

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA CLARA COBUCCI SOARES DE MOURA

**DIÁLOGOS HISTORIOGRÁFICOS NA ESCRITA DE PRIMITIVO
MOACYR**

MARIANA – MG
2019

MARIA CLARA COBUCCI SOARES DE MOURA

DIÁLOGOS HISTORIOGRÁFICOS NA ESCRITA DE PRIMITIVO MOACYR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora: Rosana Areal de Carvalho.

MARIANA – MG
2019

M929m Moura, Maria Clara Cobucci Soares de.
Diálogos historiográficos na escrita de Primitivo Moacyr [manuscrito] /
Maria Clara Cobucci Soares de Moura. - 2019.
116f.: Quadros .

Orientadora: Profª. Drª. Rosana Areal de Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação.

Área de Concentração: Educação.

1. Moacyr, Primitivo. 2. Educação - História. 3. Educação - Historiografia. I.
Carvalho, Rosana Areal de . II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 37(043.3)



Maria Clara Cobucci Soares de Moura

Diálogos historiográficos na escrita de Primitivo Moacyr

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFOP, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre (a) em Educação, e aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Mariana, 26 de abril de 2019.

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan (Membro)
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra (Membro)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*Aos meus pais, Márcia e Agenor
pelo amor, sabedoria e exemplo.*

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer a algo tão significativo furta as melhores palavras e os sentimentos jamais serão plenamente capazes de estarem presentes neste espaço. Mesmo assim reluto com essa sensação, pois há muito que agradecer. Primeiro à querida Professora Doutora Rosana Areal de Carvalho, que não mediu esforços para me auxiliar com uma orientação presente em todo percurso, dedicação ímpar, compreensão das minhas dificuldades pessoais, crença no meu trabalho e pela ótima relação que construímos nestes anos todos desde 2013.

A toda minha família pelo apoio, incentivo e amor que sempre me deram, principalmente meus pais, Marcia, Agenor e minha irmã Maria Fernanda que são meu porto seguro, onde todas as energias boas são abastecidas. Aos meus tios Karla e Paixão pela acolhida, pelo lar que me concederam nestes quase oito anos em Mariana. Serei grata pelo resto da vida.

A “História” percorrida na UFOP desde 2011, todos os excelentes professores, ao conhecimento compartilhado, aos grupos de estudos, as trocas de ideias, vivências e amizades. Ao Programa de Pós Graduação em Educação pela oportunidade de dar prosseguimento a minha formação com ensino de qualidade. A turma PPGE 2017 por todos os momentos de aprendizado e fortalecimento. A CAPES, pela bolsa concedida que possibilitou a dedicação exclusiva à pesquisa. Aos membros da banca Juliana Cesário Hamdan e José Gonçalves Gondra pela leitura atenta, críticas construtivas e apontamentos para a escrita da dissertação.

Aos velhos, novos e sempre bons amigos, que me apoiaram, por compreenderem minhas ausências, por somarem forças, pela presença mesmo distante, pelas orações, diversão e lealdade. Estendo o agradecimento a todos àqueles que de alguma forma participaram e foram importantes para a conclusão desta etapa. Por último agradeço a Deus pela luz que concede em minha travessia.

RESUMO

Primitivo Moacyr foi redator de debates e documentos parlamentares do Poder Legislativo brasileiro a partir de 1898, aposentando-se em 1933. Antes da aposentadoria lançou seu primeiro livro sobre educação *O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia*, em 1916. Entre 1936 e 1942 Moacyr se dedicou à escrita de quinze livros, dos quais, neste trabalho, selecionamos como fonte os dois livros inaugurais de suas coletâneas: pela Companhia Editora Nacional, dentro da Coleção Brasiliana *A Instrução e o Império: Subsídios para História da Educação no Brasil 1823-1853* v.1 e pela Imprensa Nacional, chancelado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, *A Instrução e a República: Reforma Benjamin Constant 1890-1892* v.1. A partir da análise destes livros, tendo como objeto as escolhas historiográficas de Moacyr, buscamos reconhecer em que medida a escrita destes livros se aproximam e ou se distanciam das publicações contemporâneas ao autor presentes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) e em manuais didáticos de História da Educação publicados entre os anos de 1930 e 1940. Utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica, incluindo os debates teóricos e educacionais para desenvolvimento da investigação. Concluímos que o autor tinha uma preocupação com a escrita para além da cópia e recorte desinteressado. Seus livros foram fontes importantes para a escrita dos manuais de história da educação consultados. E sua dedicação para a escrita, a escolha por fontes históricas que ultrapassaram a documentação oficial do Estado, a preocupação com relatos dos feitos e a sua construção narrativa o tornam um pesquisador de seu tempo.

Palavras-chave: Primitivo Moacyr; História da Educação; Historiografia da Educação.

ABSTRACT

Primitivo Moacyr was the editor of debates and parliamentary documents of the Brazilian Legislative Power from 1898, retiring in 1933. Before retirement, he published his first book on education "O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia," in 1916. Between 1936 and 1942, Moacyr dedicated himself to the writing of fifteen books, of which, in this thesis, we selected as source the two inaugural books of his collections: "A Instrução e o Império: Subsídios para História da Educação no Brasil 1823-1853 v.1", printed by Companhia Editora Nacional, within the Coleção Brasileira; and "A Instrução e a República: Reforma Benjamim Constant 1890-1892 v.1", printed by the Imprensa Nacional, sealed by the Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP. From the analysis of these books, based on Moacyr's historiographical choices, we seek to recognize the extent to which the writing of these books resembles and distances itself from the contemporary publications of the author in the Journal of the Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), in didactic manuals of History of Education published between the years of 1930 and 1940. We used the methodology of bibliographic research, including the theoretical and educational debates for research development. We conclude that the author had a concern with writing beyond copying and disinterested culling.

His books were essential sources for the writing of the education history manuals consulted. Also, his dedication to writing, his choice of historical sources that surpassed the official documentation of the State, his concern with reports of the deeds and his narrative construction make him a researcher of his time.

Keywords: Primitivo Moacyr; History of Education; Historiography of Education

LISTA DE ABREVIATURAS

BPB – Biblioteca Pedagógica Brasileira

CAP – Coleção Atualidades Pedagógicas

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (atualmente Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira)

R.IHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Títulos de sumários da R.IHGB entre 1930 e 1940 com temáticas relacionadas à Centralidade do Estado, grandes eventos e personagens históricos	46
Quadro 2 - Capítulos dos livros com conteúdos semelhantes.....	80
Quadro 3 - Historiadores, pesquisadores e políticos citados brevemente na dissertação.....	101
Quadro 4 - Autores mais recorrentes nos sumários da Revista do IHGB (1936-1942).....	110
Quadro 5 - Gastos da renda pública e instrução nas províncias brasileiras na década de 1880.....	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A TRAJETÓRIA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A INSERÇÃO DE PRIMITIVO MOACYR.....	20
1.1 Contexto histórico-educacional – primeiras configurações da História da Educação no Brasil.....	20
1.2 Primitivo Moacyr e sua produção como objetos de pesquisas atuais da História da Educação.....	24
2. A GUIA DA COMPARAÇÃO DE IMPRESSOS: PRIMITIVO MOACYR, O IHGB E OS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	30
2.1 O Instituto Histórico e Geográfico e sua Revista: A memória histórica em construção....	30
2.1.2 Aproximações e distanciamentos: Primitivo Moacyr e os historiadores filiados ao IHGB.....	35
2.1.2.1 Moacyr e o IHGB – Apontamentos histórico educacionais.....	35
2.1.2.2 Os historiadores do IHGB e Moacyr.....	39
2.2 A presença de Primitivo Moacyr nos manuais didáticos de História da Educação (1930-1940).....	49
2.2.1 O manual de Afrânio Peixoto.....	52
2.2.2 O manual de Theobaldo Miranda Santos.....	55
2.2.3 O manual de Raul Briquet.....	58
3. UM OLHAR PARA A ESCRITA DE MOACYR: OS PRIMEIROS VOLUMES DA INSTRUÇÃO E O IMPÉRIO E A INSTRUÇÃO E A REPÚBLICA	62
3.1 O livro Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação – 1823-1853.....	62
3.1.1 O livro e a editora.....	62
3.1.2 O livro, sua materialidade e conteúdo.....	65
3.2 O livro A Instrução e a República: Reformas Benjamin Constant 1890-1892.....	72
3.2.1 O Inep, o livro e Moacyr.....	72
3.2.2 O livro, sua materialidade e conteúdo.....	73
3.3 A comparação entre os livros.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
FONTES.....	92

REFERÊNCIAS.....	94
ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

Primitivo Moacyr nasceu em Salvador, Bahia em 1867¹, órfão desde muito cedo, recebeu suas primeiras instruções em asilo. Seu interesse pela educação principiou-se ao exercer o cargo de professor de primeiras letras na cidade de Lençóis (BA). Empenhou-se em obter transferência para Salvador, mas teve o pedido negado. Recebendo o convite do Presidente de Pernambuco Inocêncio Góis de Calmon, foi desempenhar a função de inspetor no Liceu de Recife. Nesta cidade iniciou os estudos para adentrar ao ensino superior, mas foi somente quando se instalou no Rio de Janeiro que ingressou na Faculdade Livre de Direito, tornando-se assim, Bacharel (VENÂNCIO FILHO, 1943; CARDOSO, 2002).

No Rio de Janeiro chegou a investir num escritório de advocacia, mas sua boa relação com o deputado Artur Rios, então presidente da Câmara, levaram-no ao cargo público, função que lhe proporcionou oportunidades, reconhecimento e que exerceu pelo resto da vida. Seu ingresso na Câmara dos Deputados ocorreu no ano de 1895, e sua primeira função era a de redator de debates. Em 1912, a Câmara iniciou a publicação da série denominada *Documentos Parlamentares* que contou ao todo com oitenta volumes. Moacyr tornou-se o responsável pela redação desses documentos e dos debates parlamentares. Com a extinção da redação de debates, Moacyr ocupou-se, ao fim, da redação dos documentos parlamentares até aposentar-se em 1933 (VENÂNCIO FILHO, 1943; CARDOSO, 2002).

Moacyr teve outros vínculos empregatícios, como o de inspetor de exames de segunda época de institutos particulares de ensino secundário no ano de 1929. No *Jornal do Comércio*, Moacyr escrevia para uma coluna junto a outros intelectuais da época e ainda produziu artigos entre 1929 e 1930, as *Crônicas Inatuais*, que apresentavam conteúdos sobre a instrução pública e a república e que se tornaram a base para escrita de seus livros sobre este conteúdo. Sua boa relação com a direção do Jornal como pode ser confirmada em seu obituário: “ilustre historiador e antigo e brilhante colaborador desse jornal” o fez publicar seu primeiro livro pela Typographia deste jornal. O autor publicou ainda no Jornal *O Estado de S. Paulo* no ano de 1940 o artigo *A universidade de Dom João VI* (CARVALHO e MESQUITA, 2013; OLIVEIRA, 2015; MELO, 2018). Fatos que comprovam sua atuação ativa e interesse pela educação em meios de circulação diferentes.

¹ Primitivo Moacyr morreu em 1942.

Antes da aposentadoria, Moacyr publicou seu primeiro livro *O Ensino Público no Congresso Nacional. Breve Notícia* em 1916. Otto Prazeres comentou a respeito desta obra em sua coluna no Jornal *O País* afirmando tratar-se de um “[...] interessante livro, em que é feito um bom resumo comentado e criticado da história do ensino na Câmara republicana” (*O PAÍS*, 1916: p.1). Para Rosana de Carvalho e Ilka Mesquita (2013), essa obra seria muito semelhante à coletânea *Documentos Parlamentares* sobre a instrução pública, pois trata da mesma temática, organização e ainda tem como fonte principal os Annaes e Diários da Câmara dos Deputados. As autoras afirmam ainda que outros livros de Moacyr seguem, de maneira geral, esta mesma lógica de conteúdo e fonte, presente nos documentos parlamentares.

Sua obra é composta ainda por três volumes de *A Instrução e o Império* e outros três sobre *A Instrução e as Províncias* publicadas pela Editora Nacional entre os anos de 1936 a 1940, dentro da Coleção Brasileira coordenada por Fernando de Azevedo. A respeito da República, Moacyr publicou o livro já citado *O ensino Público no Congresso Nacional: breve notícia* (1916) e dois volumes da Instrução Pública no Estado de São Paulo. Pela Imprensa Nacional, dentro do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), naquele período comandado por Lourenço Filho, foram publicados sete volumes sobre *A Instrução e a República* (1941 e 1942). Apresentou ainda dois artigos em congressos de História: *Ensino comum e as primeiras tentativas de sua nacionalização na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1835-1889* (1940) e *Instrução primária e secundária no Município da Corte na Regência e Maioridade* (1942).

O objeto de estudo desta dissertação são as escolhas historiográficas de Primitivo Moacyr. E para compreendê-las selecionamos como fonte os livros *A Instrução e o Império: subsídios para História da Educação no Brasil -1823-1853* (1936) e *A Instrução e a República: Reforma Benjamin Constant -1890 – 1892* (1941). A justificativa para tal escolha perpassa por algumas questões. Primeiro, pela abrangência nacional da educação desde o ensino primário ao ensino superior que ambos os livros apresentam, os diferenciando já, a princípio, dos demais de suas coletâneas. Em segundo lugar, por esses livros serem os únicos de suas coletâneas que apresentam uma bibliografia de referência. E terceiro, pelo fato de apresentarem um capítulo preliminar ao conteúdo, em que Moacyr resume antecedentes dos fatos explorados e, em seguida, nos leva à hipótese de uma preocupação do autor com a construção narrativa de seu texto.

O fato de serem livros publicados por instituições diferentes - Editora Nacional e Inep, também nos interessa, pois, possibilita diferenciar a materialidade dos livros, a relevância

destes órgãos para educação e para a história, além de identificar a presença de Primitivo Moacyr no interior destas organizações.

O contexto em que estes livros são publicados entre as décadas de 1930 e início dos anos 1940 são marcados por significativas mudanças, tanto políticas, econômicas e educacionais. E todas elas são significativas para compreender a escrita de Moacyr, pois, como defende Certeau: “Da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (CERTEAU, 2007: p. 74). Por isso, nos interessa explorar a busca pelo progresso como meta social, assim como os ideais modernos e a influência que geraram em políticos e intelectuais oportunizando o surgimento de reformas de nível estadual e nacional, a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930); o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e a criação do Instituto Nacional de Pedagogia (INEP).

É justamente diante deste cenário de mudanças que as ciências humanas e sociais sofreram alterações e são finalmente institucionalizadas. Nos currículos formativos das Escolas Normais, a cadeira de História da Educação foi incluída em Decreto estabelecido por Anísio Teixeira no Distrito Federal (1932) e por Fernando de Azevedo em São Paulo (1933).

Partindo deste contexto buscamos compreender o período que a obra de Primitivo Moacyr se insere, para assim analisar sua escrita, suas escolhas e então entendê-lo como um pesquisador de seu tempo. De que maneira ele se aproxima e ou se distancia de historiadores contemporâneos? E quanto àqueles que escreviam os manuais didáticos sobre educação no período, o que pensavam sobre educação, se e como referenciam Moacyr e sua obra?

Por último nos propomos a traçar um comparativo entre os dois livros inaugurais das coletâneas sobre instrução imperial e republicana, com intuito de analisar a construção narrativa de Moacyr, contrastando fatos, projetos e leis em debate na perspectiva do referido autor sobre o Império e a República, possibilitando, ainda, assimilar as diferenças entre as coletâneas e a presença de Moacyr nestes locais de edição. Diante destas questões, pretende-se responder, de modo geral, como Primitivo Moacyr contribuiu para a construção do campo de pesquisa educacional no Brasil.

O que justifica a efetivação deste trabalho, primeiramente, se deve ao fato do interesse crescente pela obra de Primitivo Moacyr. Encontramos citações, artigos, estudos que falam acerca de sua produção para educação, mas as dissertações e teses que têm Moacyr e ou sua obra como objeto e fonte ainda são escassas. A ideia de compará-lo com seus contemporâneos através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico – IHGB e dos manuais didáticos e ainda comparar os dois livros selecionados, também é algo inovador na área e busca

possibilidades de enriquecer as discussões e estabelecer novos questionamentos para futuras pesquisas.

* * *

Evidenciamos três núcleos em universidades que se propuseram a elaborar trabalhos que têm Primitivo Moacyr e sua obra como objeto e ou fonte. O primeiro deles se encontra na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde os pesquisadores José Gonçalves Gondra, Guaraci Fernandes Marques de Melo e Marcio Mello Pessoa, publicaram em conjunto *Narrativas da História da Educação Brasileira: Notas para pensar a experiência de Primitivo Moacyr 1867-1942* (2011). Guaraci Melo em sua monografia de conclusão de curso de graduação em Pedagogia, sob a orientação de José Gondra, apresentou *Primitivo Moacyr: a arte de produzir material historiográfico* (2013) e o trabalho mais recente de Guaraci foi sua dissertação de mestrado *Primitivo Moacyr: de professor a dândi, uma vida dedicada à escrita da instrução pública*, defendida em 2018 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

O segundo grupo de trabalho está presente na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná, onde Maria Cristina Gomes Machado, além de produzir artigos junto a Luiz Antônio de Oliveira, cujo tema central foi a produção moacyrniana, o orientou em sua dissertação de mestrado *A contribuição de Primitivo Moacyr na História da Escola Pública – ações Imperiais e Republicanas* (2009) e em sua tese de doutorado *Tessituras do Ensino Público: A Unidade em Primitivo Moacyr - 1910-1930* (2014).

O último grupo de estudos encontra-se na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e conta com a orientação de Rosana Areal de Carvalho na escrita de artigos como *Os subsídios de Primitivo Moacyr para Modernização da Educação Brasileira* (2015) com Raphael Ribeiro Machado e Thamires Silva. Rosana Carvalho ainda orientou os trabalhos de iniciação científica de Milena Sousa Oliveira e Romulo de Freitas Siansi e produziu artigos fora do grupo como *O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia, de Primitivo Moacyr* (2013) junto com Ilka Miglio de Mesquita, e outro artigo com Guaraci Melo *Nacional e Continental - Brasil e Américas na perspectiva de Primitivo Moacyr* (2015).

Nosso trabalho se insere neste último grupo citado e certamente dialoga com as produções até então publicadas. O que difere essa dissertação dos demais trabalhos produzidos e soma à justificativa está na leitura aprofundada dos livros *A Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação – 1823-1853* (1936) e *A Instrução e a República: Reforma Benjamin Constant – 1890-1892* (1941), tendo-os como fontes para compreender as escolhas historiográficas de Primitivo Moacyr, as diferenças e semelhanças

com a escrita de historiadores e escritores da educação no período, e a narrativa histórica da educação construída por ele.

* * *

A hipótese principal que construímos é a de Primitivo Moacyr ser um historiador de seu tempo, ou seja, suas escolhas historiográficas, como seleção de fontes, recortes de documentos, preocupação com uma narrativa coerente, correspondem às possibilidades e demandas de pesquisa comuns naquele período e estas escolhas podem ser muito semelhantes à escrita de outros historiadores contemporâneos.

A metodologia adotada no trabalho é bibliográfica. Procuramos identificar, a princípio, dissertações, teses, periódicos, artigos e livros que trazem Primitivo Moacyr como objeto de pesquisa, para construir um diálogo, novos questionamentos e fundamentos para nossa pesquisa. Avançamos com a pesquisa por fontes que nos atualizam quanto ao contexto histórico educacional no qual Moacyr se insere, e em produções contemporâneas que se centralizam nas Revistas do IHGB, publicadas entre os anos de 1930 e 1940, e manuais didáticos deste mesmo recorte. Seguindo as tendências de pesquisas recentes do campo, estabelecemos um diálogo entre História da Educação e a produção historiográfica propriamente dita com seus arcabouços teórico-metodológicos, fundamentando e fortalecendo a pesquisa educacional dentro das ciências humanas.

Focamos principalmente na leitura crítica e apurada dos livros selecionados, estabelecendo comparações no que diferem, aproximam, se integram. Paralelamente foram consultados os outros componentes de cada uma de suas coletâneas, utilizando-os para melhor esclarecimento de questões que surgiram no delinear da escrita.

A pesquisa e a escolha dos manuais didáticos tiveram início antes deste trabalho, pois, durante a graduação em História, pude participar como bolsista Proativa – UFOP (2014), sob a orientação de Rosana Areal de Carvalho, com o trabalho de digitalização e catalogação de acervo didático. Dentre os documentos digitalizados, encontram-se os manuais didáticos publicados entre os anos 1940 e 1950. Através da catalogação anteriormente feita, pôde ser realizada a escolha daqueles manuais que seriam mais úteis para este trabalho.

Quanto à organização da dissertação, está formada por três capítulos. No primeiro, cujo título é *A trajetória da História da Educação brasileira e a inserção de Primitivo Moacyr*, procuramos apresentar o contexto histórico educacional no qual Moacyr se insere,

para melhor compreender suas escolhas. E destacamos os trabalhos atualizados que tratam Moacyr como objeto e fonte² de estudo.

No segundo capítulo, expomos as aproximações e distanciamentos entre Moacyr e os historiadores filiados ao IHGB contemporâneos ao autor a partir da pesquisa com as edições de 1930 a 1940 da Revista do IHGB. E damos visibilidade à escrita da história educação do período recortado tomando os manuais didáticos de Afrânio Peixoto - *Noções de História da Educação*, Theobaldo Miranda Santos como o mesmo título - *Noções de História da Educação* (1945) e o de Raul Briquet - *História da Educação: Evolução do Pensamento Educacional* (1946). O que justifica a escolha destes manuais é que o manual de Peixoto foi o primeiro a ter uma tiragem maior entre os manuais em circulação e o que servirá de modelo para as outras publicações e a segunda justificativa engloba os três manuais, pois todos foram escritos no mesmo período que Moacyr e ainda trazem o autor como referência bibliográfica. Nosso objetivo é, portanto, compreender de que maneira a história da educação era escrita e pensada nas décadas de 1930 a 1940, e de que forma esses autores referenciam a obra de Primitivo Moacyr.

O terceiro capítulo contém a análise mais aprofundada dos dois livros inaugurais das coletâneas e objeto desta pesquisa. Assim sendo, iniciamos o capítulo com uma explanação sobre cada uma das instituições de publicação dos livros, ou seja, a Editora Nacional e o Inep, e de que maneira estes órgãos produziram os livros, comparando-os desde a materialidade ao conteúdo em si. E, finalmente, comparamos esta escrita sobre Império e República, pela ótica de Moacyr, suas escolhas historiográficas e sua narrativa.

Há ainda quadros anexos à dissertação que complementam o nosso trabalho. A começar pelo quadro de historiadores citados na dissertação. A opção por elaborar esse quadro se deve ao fato de que citamos muitos historiadores, principalmente no capítulo 2, no qual apresentamos os dados acerca da Revista do IHGB. Por isso, consideramos mais didático organizar esse quadro com nomes dos historiadores que citamos brevemente. Para os demais, ou seja, aqueles dos quais utilizamos alguma obra ou assunto mais estendido, optamos por incluir os dados biográficos no corpo do texto.

Outro quadro é de historiadores mais recorrentes nos sumários da Revista do IHGB (1936-1942) e foi elaborado logo no início da dissertação para auxiliar no entendimento de

² Como fonte, Moacyr foi referenciado com certa frequência na verdade, mas não lhe deram o devido crédito, deixando de citá-lo, algo profetizado por Afrânio Peixoto no prefácio do livro de Moacyr *A Instrução e a Império* v.1.

quem eram os sujeitos que escreviam na R.IHGB e identificar quem escreveu mais durante o período que Moacyr também escreveu os livros selecionados com fonte da pesquisa.

O último quadro - Gastos da renda pública e instrução nas províncias brasileiras na década de 1880 - tem uma função mais ilustrativa. Ela foi produzida a partir do capítulo preliminar do livro *Instrução e a República* v.1 no qual Moacyr exhibe estes dados de maneira não homogênea, ou seja, faltam algumas informações entre as províncias. Na tentativa de aproximar ao máximo o número de informações transformamos as contas dos valores em porcentagens destes gastos públicos, tornando estes dados mais didaticamente compreensíveis, o que facilita a comparação entre as províncias e torna-se uma fonte útil para pesquisas futuras.

1. A TRAJETÓRIA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A INSERÇÃO DE PRIMITIVO MOACYR

O recorte cronológico que nos dispusemos a trabalhar nesta dissertação está inserido em um contexto de acontecimentos fundamentais para o entendimento e a circunscrição da História da Educação no Brasil. Entre reformas de âmbitos regionais e nacionais, reviravoltas políticas, ideias em disputa, discussões das mais acirradas e todo o olhar oportuno dos historiadores na atualidade para desvelar e compreender o que foi, como foi, quem participou e escreveu sobre esse importante período. Começamos com esse panorama histórico para localizar a produção de Primitivo Moacyr e assim saltarmos para quem escreve sobre o autor, os grupos de pesquisa e as produções ligadas a sua obra.

1.1 Contexto histórico-educacional – primeiras configurações da História da Educação no Brasil

O processo inicial de formação do campo histórico-educacional brasileiro é marcado por um contexto de significativas mudanças de cunho político, econômico e social, que refletiram em suas primeiras abordagens e temas. Falamos aqui das primeiras décadas do século XX marcada pelo fim da Primeira República (1889-1930) e início do que se configurará no Estado Novo (1937-1945), em que modernização e autoritarismo se mesclavam, simbolizando o poder estatal e o projeto que o Governo Vargas reservava para o Brasil.

Trata-se de um período de expansão e consolidação do processo de escolarização brasileiro, com destaque para a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), as reformas do então Ministro Francisco Campos (1931)³, as contribuições do Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932), e a fundação das universidades de São Paulo (1934) e do Distrito Federal (1935). Salientamos ainda a criação do Instituto Nacional de Pedagogia (Inep) reorganizado pelo Ministro Gustavo Capanema⁴ em 1936 e convertida na Lei nº378 em

³ Em 1931, vários decretos efetivaram a legislação educacional conhecida como Reforma Francisco Campos, que estruturou e centralizou para a administração federal os cursos superiores, o ensino secundário e o ensino comercial (ensino médio profissionalizante). Essa reforma restringiu-se aos níveis de ensino secundário e superior, os mais procurados pelas elites, não contemplando o ensino primário ou elementar e o ensino normal que permaneceram na alçada dos Estados. Francisco Campos foi ministro do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, entre 1930 e 1934, durante o Governo Provisório instaurado com a Revolução de 1930 – Verbete disponível no site HISTEDBR. Acesso em 12/05/2018

⁴ Gustavo Capanema (1890-1985) Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Minas Gerais. Iniciou a vida pública como vereador em sua cidade natal Pitangui em 1927, ao mudar-se para Belo Horizonte ocupa o cargo de Oficial de Gabinete, depois Secretário do Interior e Justiça do Governo Olegário Maciel. Mas certamente o cargo que o tornou conhecido fora o de Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas, cargo este que ocupou de 1934 a 1945. Dentre as sua intervenções destacam-se a promulgação das Leis

1937, que contou com a dedicação de Primitivo Moacyr como colaborador e atuante na publicação dos sete volumes da *Instrução e a República* (1941-1942) editados por este órgão (LOURENÇO FILHO, 2005).

As ciências humanas e sociais, nos anos de 1930, sofreram um processo de institucionalização que permitiu maior visibilidade e surgimento de novos conteúdos e temas investigados, além de novas disciplinas nos currículos formativos (MONARCHA, 2007). A História da Educação foi uma dessas disciplinas incluídas nas Escolas Normais a partir de uma reforma elaborada por Anísio Teixeira⁵ (1932) no Distrito Federal (Decreto 3810, de 19/3/32). E em São Paulo a disciplina passa a se tornar obrigatória nas Escolas Normais a partir de outra reforma Decreto 5846, de 21/2/33, realizada por Fernando de Azevedo⁶ (TANURI, 2005).

A História da Educação surge dentro do campo educacional como disciplina formadora, associada às Escolas Normais e posteriormente aos cursos de Pedagogia nas

Orgânicas do Ensino (1942), suas medidas em prol da cultura, como a criação em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional de Teatro e o Instituto Nacional do Livro. Dando prosseguimento à vida pública, elegeu-se Deputado por Minas Gerais em 1945, sendo membro da Comissão de Justiça da Câmara. Em 1964 Capanema apoiou o golpe militar que depôs o presidente João Goulart, ingressando em seguida na Aliança Renovadora Nacional (Arena). Encerrou sua vida pública como Senador por Minas Gerais em 1979 (HORTA, 2002: p. 425-429).

⁵ Anísio Spindola Teixeira (1900-1971) Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública como Inspetor-Geral do Ensino da Bahia em 1924 a convite do Governador Francisco Marques de Góes Calmon. Ao demitir-se do cargo foi lecionar Filosofia e História da Educação na Escola Normal de Salvador. Sua trajetória como educador foi marcada pela referência ao filósofo americano John Dewey (1859-1952), com publicações de estudos sistematizados e a tradução de dois ensaios. Ao assumir a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal tomou frente de importantes ações tais como a reforma educacional e a criação da Universidade do Distrito Federal. Afastou-se do cargo público durante um período do regime autoritário, mas não deixou de participar do cenário educacional, sendo um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e membro ativo da Associação Brasileira de Educação (ABE). No ano de 1951, Anísio Teixeira assumiu o cargo de Secretário-geral da Capes, e no ano seguinte tornou-se Diretor do Inep, incumbindo-se em ambas as gestões como uma figura fundamental para educação no Brasil. O autor tinha um propósito voltado para a democratização da educação, crítico ao privilégio educacional da elite, sempre se preocupou em ampliar as condições e oportunidades escolares. Durante os quarenta anos de vida pública, foi um sujeito atuante, produzindo leis, artigos, livros, participando de eventos tudo isto com o intuito maior de promover uma educação para todos (NUNES, 2002: p.71-79).

⁶ Fernando de Azevedo (1894-1974) Sua formação inicial deu-se junto a Companhia de Jesus, com intuito de tornar-se padre jesuíta. Ao deixar a carreira sacerdotal transfere seus estudos para Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, continuou o curso em Belo Horizonte e concluiu no Largo São Francisco em São Paulo no ano de 1918. Foi professor de Latim e Psicologia no Ginásio do Estado em Belo Horizonte e na Escola Normal da Capital (São Paulo). Teve forte atuação no jornalismo, trabalhando no Correio Paulistano e no Estado de São Paulo, com importantes publicações neste veículo como *A Instrução Pública no Estado de São Paulo*. Entre 1927 e 1930 dirigiu a Instrução Pública no Distrito Federal, onde também efetivou a Reforma da Instrução Pública voltada para o ensino primário, técnico-profissional e normal. Afastando-se deste cargo, dedicou-se ao movimento dos renovadores da educação, inaugurando em 1931 a Biblioteca Pedagógica Brasileira, dentro da Companhia Editora Nacional, foi quem escreveu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, sendo ainda nesta década Diretor Geral da Instrução Pública (1933), um dos fundadores da Universidade de São Paulo e da Sociedade Brasileira de Sociologia (1935). Além destes importantes postos públicos ocupados por Azevedo, ele ainda se dedicou à escrita de livros fundamentais para educação tais como *A cultura Brasileira* (1943) (PILETTI, 2002: p.349-353).

Faculdades de Filosofia. A disciplina, juntamente com a Filosofia da Educação, era marcada por uma visão pragmática de caráter utilitário, em que seu estudo serviria para o presente das práticas pedagógicas. Mas, como ambas não apresentavam soluções rápidas para os problemas, tal como demandado na área da educação, Lopes e Galvão (2005) defendem que seria este um dos motivos das disciplinas serem secundarizadas no interior do campo de pesquisa educacional - diante da Psicologia, Biologia e Sociologia - e, ainda, ignoradas por historiadores de ofício.

A associação estabelecida entre as áreas de história e filosofia da educação ocorrida nesse período trouxe consequências até hoje vigentes nos cursos de formação de professores e no delineamento assumido pela História da Educação. Uma das principais consequências dessa proximidade está presente na vertente mais estudada na História da Educação, que é a história das ideias pedagógicas em detrimento do processo pedagógico, que só ganhará força mais adiante, principalmente, com a História Cultural (LOPES; GALVÃO, 2005).

De maneira bem didática, Vidal e Faria Filho (2003) contribuem em seu artigo para o entendimento da trajetória constitutiva do campo da História da Educação, estabelecendo um recorte de três vertentes, sendo a primeira ligada ao IHGB, a segunda às escolas de formação para o magistério e por último à produção acadêmica entre os anos 1940 e 1970. Para esses autores, como pode ser observada, essa trajetória é anterior à década de 1930, pois consideram as produções sobre instrução pública feitas por Santa-Anna Nery, Pires de Almeida⁷ e posteriormente o próprio Primitivo Moacyr como um marco inicial da escrita da História da Educação.

Já para Moysés Kuhlmann Junior, as primeiras iniciativas de escrita da História educacional são ainda anteriores às produções de Santa-Anna Nery. Segundo Kuhlmann, as raízes da historiografia nacional são encontradas a partir do ano de 1881, com a Exposição de História do Brasil realizada no Rio de Janeiro. A justificativa do autor para definir este marco se deve ao Catálogo divulgado nesta ocasião que trazia uma coleção de documentos referentes à instrução pública, que deveriam servir de fonte para os estudos subsequentes. Mas o próprio autor afirma que não eram obras historiográficas, e que, expressavam apenas, pela primeira vez, o interesse pela divulgação dessa temática (KUHLMANN, 1999).

Esta sistematização e divulgação de fontes incluindo, principalmente, documentação oficial e regulamentos para a História da Educação ainda perdurará por muito tempo como sendo elementos constituintes nessa trajetória da disciplina e nas pesquisas do campo.

⁷ O livro de Pires de Almeida foi traduzido para o português somente em 1989. Sua versão original foi escrita em francês e publicada em 1889.

Segundo Vidal e Faria Filho (2003), ainda hoje há uma dedicação a esta disponibilização de documentos na íntegra como subsídio e fortalecimento da pesquisa educacional e, nesse sentido, citam o exemplo da *Coleção Documentos da Educação Brasileira* (1999). Este tipo de afirmação motiva e justifica ainda mais a nossa pesquisa voltada para obra de Primitivo Moacyr, pois sua escrita segue exatamente este perfil subsidiário à história da educação e indica um modelo muito fortalecido entre seus contemporâneos e persistente ainda, de certa forma, até os dias atuais.

A constituição da História da Educação no Brasil, enquanto campo de pesquisa fortalecido é considerada mais recente. Esta relação estabelecida com o ensino da Pedagogia e a proximidade com a Filosofia da Educação trazia pesquisas que expunham mais um desejo do que deveria acontecer, do que a representação da realidade ou aspectos que compunham a realidade escolar. Segundo Lopes e Galvão (2005), apesar de surgirem obras importantes nas décadas de 1930 e 1940, somente a partir dos anos de 1950 e 1960 com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, no Rio de Janeiro, e os Centros Regionais de Pesquisa Educacionais vinculados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) que se consolidariam as pesquisas com levantamentos de fontes, impulsionando assim novas investigações histórico-educacionais, modificando o campo de pesquisa.

Já a disciplina de História da Educação Brasileira somente surgirá nos currículos formativos de maneira autônoma a partir dos anos de 1970. Até aquele momento, o conteúdo aparecia, no máximo, ao final do programa de História da Educação Geral. Assim eram também os livros didáticos disponibilizados e produzidos na primeira metade do século XX, com ênfase na História Geral da Educação contemplando, frequentemente, um apanhado de caráter extensivo da Antiguidade Clássica, Idade Média, Renascimento, Idade Moderna e um capítulo final ou apêndice com poucas páginas reservadas à educação brasileira. Assim se configura, por exemplo, o primeiro manual de história educacional - *Noções de História da Educação* (1933) de Afrânio Peixoto e o livro *Noções de História da Educação* (1945) de Theobaldo Miranda Santos.

Entre as décadas de 1960 e 1970 surgem os primeiros cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil, na PUC-Rio, em 1965, e na PUC-SP em 1969. Destaca-se ainda a cadeira de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo regida por Laerte Ramos de Carvalho⁸. Este autor promoveu um

⁸ Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972) - Formado em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Lecionou filosofia em vários colégios de São Paulo além de desenvolver atividades como jornalista — redator de O Estado de S. Paulo — e historiador. Desde 1944, como professor

projeto de produção de monografias históricas com intuito de construir uma visão mais ampliada, qualitativa e com uma periodização bem delineada da história educacional brasileira. O projeto inicial das teses de doutoramento contou com participação de nomes conhecidos hoje dentro do campo educacional, tal como Jorge Nagle, por exemplo. Ainda refletiu-se em outras novas teses na própria instituição e fora dela como nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, além de qualificar e quantificar a carreira docente que promoviam (BONTEMPI, 2002).

O movimento de inovação e diversificação das fontes e objetos estudados na História da Educação no Brasil ocorrerá em meados dos anos de 1980. A princípio sob forte influência de correntes marxistas⁹ e mais adiante da Nova História. Há neste período um aumento considerável de pesquisas em termos tanto qualitativo quanto quantitativo devido ao surgimento de novos espaços de trocas de conhecimento. Como o Grupo de Trabalho de História da Educação da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) no ano de 1984, destacam-se também os grupos História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) formado em 1991 e a Sociedade Brasileira de História da Educação criada em 1999, e outros eventos da área como os congressos de História da Educação, Luso-Brasileiro de História da Educação e os Grupos de Estudos que mantém em constante renovação as pesquisas do campo.

1.2 Primitivo Moacyr e sua produção como objetos de pesquisas atuais da História da Educação

Os estudos atuais de História da Educação têm buscado um diálogo constante com outras áreas de conhecimento como a própria historiografia e seus suportes teórico-metodológicos. Estas proximidades auxiliam em pesquisas e ajudam a repensar os processos que permeiam a educação no Brasil com olhar e questões renovadas pelas perguntas e balanços historiográficos mais recentes.

Primitivo Moacyr tem despertado o interesse de muitos pesquisadores da Educação no Brasil. Há um número significativo de estudos, artigos e citações de sua obra em trabalhos

assistente, lecionou história e filosofia da educação na Faculdade de Filosofia da USP, pela qual se tornou doutor em 1951. Em 1961, foi nomeado diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, cargo que ocupava ao ser nomeado, em 1965, reitor da Universidade de Brasília (UnB). Permaneceu no cargo até 1967, e em 1969 tornou-se o primeiro diretor da recém-criada Faculdade de Educação da USP. Fonte: Acervo CPDOC. Acesso: 03/10/18.

⁹ A influência de teorias marxistas começam a despontar já na década de 1970.

recentemente apresentados. Porém, apesar desta constante presença, o número de dissertações e teses que possuem sua obra como objeto específico de estudo ainda é escasso. Encontramos três núcleos de pesquisa em universidades diferentes que se dedicam (ou dedicaram) ao estudo sobre Primitivo Moacyr e ou sua obra como objeto central de pesquisa.

O primeiro grupo encontra-se na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e conta com José Gonçalves Gondra, Guaraci Fernandes Marques de Melo e Marcio Mello Pessoa. O trabalho em conjunto destes pesquisadores foi apresentado em formato de artigo no VI Congresso Brasileiro de História da Educação em 2011, com o título *Narrativas da História da Educação Brasileira: Notas para pensar a experiência de Primitivo Moacyr (1867-1942)*. Neste artigo os autores procuram examinar as diversas experiências de escrita da história da educação promovidas por Moacyr, privilegiando o livro *O Ensino Público no Congresso Nacional, Breve Notícia* (1916) e o 7º volume de *A Instrução e a República – Ensino Agrônomo (1892 – 1929)* (1942). Os autores questionam de que forma essas experiências de escrita se ligam, reforçam ou se alteram em termos da tradição historiográfica, além de definir as prioridades que Moacyr estabeleceu nos debates descritos e seu ponto de vista sobre os assuntos selecionados.

De acordo com Gondra, Melo e Pessoa (2011) Moacyr aponta caminhos para compreender e modificar o curso de desenvolvimento do ensino no Brasil, e faz isso através dos recortes nos documentos e pareceres estabelecidos. Esse desenvolvimento deveria ser interpretado como projeto de nação orientado pela ciência e pelo chamado mundo civilizado. Segundo os autores ele exprime estas ideias em sua escrita:

Na escolha dos focos, na constituição do núcleo documental, no tratamento espacial, no ordenamento cronológico, nas escalas de observação e nas comparações e apreciações introduzidas ao longo do texto, aí comparecem os traços de uma disciplina em organização e os pertencimentos e posições sociais do autor (GONDRA; MELO; PESSOA, 2011: p. 9).

Com a orientação do professor José Gonçalves Gondra, Guaraci Fernandes Marques de Melo (2012) em sua monografia de graduação intitulada *Primitivo Moacyr: a arte de produzir material historiográfico* pretendeu reconhecer Primitivo Moacyr como um homem de seu tempo, compreender a influência que sua rede de sociabilidade propiciou em suas escolhas e concepções pedagógicas, unindo estas questões na tentativa de responder o que o impediu de assinar o Manifesto da Escola Nova. Apesar de não alcançar este último objetivo no trabalho, a autora afirma que Primitivo Moacyr teve a oportunidade de fazer parte do movimento, pois tinha estreita relação com participantes do movimento e pertenceu a locais de produção e legitimação de saberes do campo (MELO, 2012: p. 59)

Guaraci Melo, dando continuidade ao interesse e pesquisa iniciados na graduação, defendeu no ano de 2018 a dissertação *Primitivo Moacyr: de professor a dandi, uma vida dedicada a instrução pública*. Seu objetivo geral foi analisar a obra de Primitivo Moacyr sobre a instrução pública na Província do Rio de Janeiro partindo de suas escolhas, como redator parlamentar, escritor e memorialista. A autora selecionou como obra principal consultada *A Instrução e as Províncias: subsídios para a História da Educação no Brasil - 1835-1889* (Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo) Volume 147- A Coleção Brasileira (1939). Destaca-se em sua pesquisa o caráter biográfico com acesso e levantamento de documentos pessoais, como cartas, certidões e outros pertences adquiridos através do contato direto com descendentes de Moacyr e entrevista cedida pelo neto Gustavo Bueno Moacyr. Essa etapa enriqueceu o trabalho com a reconstrução dos aspectos biográficos tanto pessoal quanto profissional para compreensão de como Moacyr era visto em seu tempo histórico.

Nesse aspecto nossos trabalhos se aglutinam no sentido do nosso objetivo também ser a compreensão de Moacyr a partir de seu tempo. O que difere o presente trabalho é a proposta de comparar a escrita de Moacyr com historiadores do período (IHGB) e sua presença nos manuais didáticos da época para assim consolidar nosso argumento, enquanto Melo (2018) parte de aspectos mais biográficos do autor.

Outro grupo que se dedicou à pesquisa sobre Moacyr encontra-se na Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, no Programa de Pós-Graduação em Educação desta instituição. Trata-se de um grupo de pesquisa intitulado *História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares* do qual a professora Maria Cristina Gomes Machado é membro e orientadora da dissertação e tese de doutoramento de Luiz Antônio de Oliveira¹⁰.

Além da dissertação e tese, estes pesquisadores produziram artigos cuja fonte e objeto foi a obra de Primitivo Moacyr. O primeiro artigo que Machado e Oliveira (2008) produziram foi *Primitivo Moacyr e o processo de construção da escola pública no Brasil*, em que os autores apresentam, de forma breve, vida, obra, contexto e a importância do trabalho de Moacyr para escrita da História da Educação com o foco voltado para a instrução pública. Já em *A Instrução Pública na Província do Paraná* (2011), o objetivo perpassa por compreender a inserção da instrução pública nessa província e os obstáculos enfrentados entre os idos de 1870 até o início da República. Os autores reconheceram, por meio da leitura da obra de Moacyr, haver nesse momento um ensino desorganizado e problemas com a manutenção da estrutura das escolas devido ao baixo orçamento a ele direcionado.

¹⁰ Luiz Antônio de Oliveira é o único pesquisador até este momento a dedicar tese de doutorado utilizando a obra de Primitivo como objeto do trabalho.

Sob a orientação da professora Maria Cristina Gomes Machado, Luiz Antônio Oliveira (2009) em sua dissertação de mestrado *A contribuição de Primitivo Moacyr na História da Escola Pública – ações Imperiais e Republicanas* recorreu às perspectivas de Moacyr para compreender o processo de discussão e construção da Instrução Pública no Brasil, dedicando maior atenção à escola pública primária. Já em sua tese *Tessituras do Ensino Público: A Unidade em Primitivo Moacyr (1910-1930)* o autor propõe que para além de simples relatos de processos históricos há uma unidade na escrita de Primitivo Moacyr, que conduz à ideia de federalização do ensino primário.

Oliveira (2014) reconhece que os recortes efetuados por Moacyr ultrapassam uma escrita desinteressada, ou mera compilação, pois toda seleção de fonte já apresenta posicionamento, como defende Michel De Certeau¹¹. Quanto à forma que Primitivo posiciona-se frente à escrita da história pode-se dizer que ele compartilha da condição de seu tempo, já que não era alheio ao processo histórico. O autor reconhece como propósito na escrita de Moacyr a defesa da federalização da instrução primária e do projeto de nação.

O terceiro grupo de pesquisa localiza-se na Universidade Federal de Ouro Preto e conta com a regência de Rosana Areal de Carvalho como autora e orientadora dos trabalhos desenvolvidos. Dentre os artigos já publicados há um em parceria com Raphael Machado¹² e Thamires Silva, como *Os subsídios de Primitivo Moacyr para modernização da educação brasileira* (2015), em que além de reforçar a ideia de que Moacyr não era apenas um copista, trabalham com o conceito de modernidade, empenhando-se em investigar em que medida Moacyr foi porta voz dessa modernidade. Buscando ainda compreender o cenário no qual se insere a produção moacyrniana e de que maneira sua obra se enquadra na arquitetura da construção de uma nova identidade para a educação brasileira postulada pelos escolanovistas.

Dois trabalhos de iniciação científica do grupo apresentaram também o foco no sujeito Primitivo e sua obra. Milena Souza Oliveira, com a orientação de Rosana Areal de Carvalho e co-orientação de Raphael Machado, realizou entre os anos de 2015 a 2016 sua iniciação científica com o projeto *A modernidade educacional pelas lentes de Primitivo Moacyr*. Os objetivos desdobraram-se por identificar a contribuição de Moacyr para a formulação das leis de ensino com o foco no ensino técnico e profissional e na investigação

¹¹ Segundo Certeau “[...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2007, p. 81).

¹² Outros artigos de Rosana Areal de Carvalho e Raphael Machado: *A Ciência a serviço do progresso: A matriz historiográfica Moacyrniana e a maneira de se fazer História da Educação* (2016); *Caminhos percorridos: A obra Moacyrniana e os possíveis olhares para a História da Educação Brasileira* (2016); *Os subsídios de Primitivo Moacyr para a modernização da educação brasileira* (2016); *Construindo as redes de sociabilidades na trajetória e obra de Primitivo Moacyr* (2016).

da modernidade educacional em sua obra. A conclusão alcançada nesta pesquisa permitiu aos pesquisadores afirmarem que parte da obra do autor dedicada ao ensino industrial no Brasil pode ser pensada como um recurso técnico para a formulação da Lei Orgânica de 1942.

Outro projeto de iniciação científica do grupo e orientado por Rosana Carvalho, pertence à Romulo de Freitas Siansi. Nessa pesquisa, realizada entre 2016 e 2017, o pesquisador dedicou-se por entender a produção historiográfica de Moacyr a partir de sua rede de sociabilidades. Com o recorte das décadas de 1910 a 1940, Siansi selecionou edições da Revista FON-FON!¹³ como fonte para compreender a rede de sociabilidades de Moacyr, a qual contava com importantes nomes da intelectualidade e políticos de renome, tais como Anísio Teixeira e Afrânio Peixoto, e assim entender o modo de pensar a educação e a política do país compartilhada entre eles, nas reuniões, festas e demais eventos descritos na revista.

Fora desse grupo acima descrito, mas ainda tendo a obra de Primitivo Moacyr como objeto de pesquisa, Rosana Areal de Carvalho, desta vez junto à Ilka Miglio de Mesquita, publicaram *O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia, de Primitivo Moacyr* (2013). Nesse artigo, há uma exposição breve da materialidade do livro *O Ensino Público no Congresso Nacional: Breve notícia* (1916) assim como todo conteúdo da obra, dando atenção maior à discussão sobre a Reforma Rivadávia Correia (1911) e a desoficialização do ensino por ela implementada.

O trabalho mais recentemente publicado por Rosana Carvalho e Raphael Machado, intitulado *Primitivo Moacyr e a produção historiográfica: entre o modus operandi do IHGB e a chancela do INEP* (2016) defende que Moacyr inaugurou uma escrita da história da educação brasileira com as pesquisas arquivísticas. Para os autores, Primitivo Moacyr tem uma produção historiográfica próxima ao *modus operandi* do IHGB, ou seja, de valorização do documento oficial como fonte, e ainda “apadrinhada” pela Companhia Editora Nacional e o Inep, o que o torna um pesquisador alinhado às propostas de seu tempo.

De modo geral, vemos que os três núcleos de pesquisa, buscaram, de algum modo, reconhecer em seus trabalhos a importância da obra de Primitivo Moacyr para a História da Educação brasileira partindo do contexto, das suas relações sociais e das publicações contemporâneas ao autor. Desde o recorte mais breve, a uma análise maior, vemos que as pesquisas têm fundamentado e justificado a dedicação necessária para o entendimento do

¹³Revista ilustrada semanal fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro em 13 de abril de 1907, e extinta em agosto de 1958. O repertório temático de Fon Fon incluía os costumes e o cotidiano carioca; crítica de arte, teatral e cinematográfica; literatura, partituras, cinema, atualidades; sátira política, crônica social; jogos, charadas, curiosidades; concursos e colunismo social. Trazia flagrantes em fotos de nomes do *jet set* carioca, políticos, artistas e jornalistas brasileiros e internacionais. Oferecia aos seus leitores, ainda, as mais recentes novidades do estrangeiro sobre moda e comportamento. Fonte: CPDOC, acesso em 07/10/2018.

sujeito, de sua obra e todas as publicações que Moacyr se propôs a escrever sobre a educação no Brasil. Este trabalho se somará à pesquisa histórico-educacional por propor uma leitura crítica dos livros *Instrução e o Império: subsídios para a História da Educação - 1823-1853* (1936) e *A Instrução e a República. Reforma Benjamin Constant- 1890-1892* (1941), impulsionando o entendimento das escolhas historiográficas de Primitivo, delineando comparativos com seus contemporâneos e sua presença na escrita da educação através dos manuais didáticos e ainda nas editoras de seus livros.

2. A GUIA DA COMPARAÇÃO DE IMPRESSOS: PRIMITIVO MOACYR, O IHGB E OS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA A DA EDUCAÇÃO

Nossa proposta neste capítulo é compreender as produções de Moacyr em seu tempo por meio da comparação com as publicações históricas no recorte temporal em que sua obra historiográfica se estabelece. Seleccionamos as produções da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como parâmetro de escrita legitimada na década de 1930, buscando entender as dinâmicas dessa escrita, as diferentes publicações e possíveis proximidades e distanciamentos com Moacyr. Na segunda parte do capítulo, apresentamos os manuais didáticos de História da Educação publicados entre os anos de 1930 e 1940 selecionados para a pesquisa, com o intuito de desvelar a presença da obra de Moacyr nestes impressos e traçar a equiparação e contraste entre as produções dos autores.

2.1 O Instituto Histórico e Geográfico e sua Revista: A memória histórica em construção

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado no ano de 1838, sob os auspícios do Imperador Dom Pedro II, quem financiou e incentivou os passos iniciais das pesquisas e ainda ofereceu a sala do Paço Imperial para a Sede do Instituto. Para José Honório Rodrigues (1978) a pesquisa histórica nasceu com a fundação daquele instituto, pois antes havia apenas um ou outro estudioso interessado na pesquisa individual sem utilizar métodos adequados. O Instituto Histórico, desde seus primeiros estatutos, demonstrava a intencionalidade de trazer uma orientação para um projeto de escrita da História nacional com objetivo de investigar, organizar e publicar os documentos históricos brasileiros. Segundo o Estatuto aprovado a 25 de Novembro de 1838, eram seus fins:

1. Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem.
2. Corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo.
3. Ramificar-se nas províncias do Império, para mais fácil desempenho dos fins a que se propunha.
4. Publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (R.IHGB, 1931, v. 164: p.591).

O surgimento da ideia de fundar um Instituto Histórico e Geográfico desponta no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional¹⁴ (SAIN), criada em 1827. Já no

¹⁴ Fundada anos antes por D. João VI, porém viabilizada apenas em 1838, a sociedade tinha como projeto promover o desenvolvimento da agricultura, lavoura e pecuária no país (SCHWARCZ, 2005: p.101).

âmbito desta Sociedade os ideais iluministas de civilização e progresso projetados para uma nação moderna estavam em pauta. Raimundo José da Cunha Matos¹⁵ secretário do SAIN foi quem apresentou a proposta da criação do Instituto no ano de 1838 e assim recebeu a aprovação em assembleia geral e o IHGB no mesmo ano foi fundado¹⁶(GUIMARÃES, 1988).

Primitivo Moacyr, no livro *A Instrução e o Império* v. 1, fala sobre a fundação do Instituto:

Uma associação de literatos, debaixo do titulo de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se instalou nesta capital: ela pode prestar relevantes serviços não só difundindo o amor às ciências, como também corrigindo inumeráveis erros que a respeito do Brasil publicam na Europa, escritos mal informados ou desafetos; e averiguando muitos pontos históricos e geográficos que convêm elucidar no interesse da administração e da diplomacia (MOACYR, 1936: p. 530).

O primeiro a pronunciar um discurso no Instituto foi o cônego Januário da Cunha Barbosa, orador sacro¹⁷ dos mais renomados de seu tempo, foi ainda jornalista e político atuante. No Instituto Histórico foi secretário perpétuo e sócio correspondente fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. Pertenceu a inúmeras instituições culturais no Brasil, como a Biblioteca Nacional da qual assumirá o cargo de diretor, assim como da Tipografia Nacional¹⁸.

José Honório Rodrigues (1978)¹⁹ considera Januário da Cunha Barbosa¹⁹ o primeiro teórico e prático da pesquisa histórica. O discurso de Barbosa carregava uma proposta de organização geral e teórica sobre um tipo de método histórico, em que se aconselhava a aquisição de fontes entre manuscritos, documentos, arquivos em cartórios civis e eclesiásticos por todas as províncias e ainda apresentava reflexões e definições do que se entendia como história e como ela deveria ser escrita.

A aprovação dos sócios do Instituto ocorria através da apresentação de um trabalho sobre História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia²⁰. Esse tipo de seleção foi instituída somente a partir do Estatuto de 1851 e, antes dele, eram apenas os contatos e relações pessoais que conduziam o recrutamento dos sócios. De todo modo, as redes de sociabilidade nunca deixaram de ser um fator importante nos processos de admissão no IHGB, vê-se isto pelo perfil dos sócios: quase todos com ligação direta ao aparelho do Estado e componentes

¹⁵ Perfil em anexo.

¹⁶ Apesar de ser criado por iniciativa do SAIN, a administração e organização do Instituto dá-se separadamente.

¹⁷ Orador sacro - clérigo que faz práticas religiosas ou prega sermões. Fonte: Dicionário Michaelis Online. Acesso: 13/11/2018

¹⁸ Dados coletados no site do IHGB. Acesso em 15/01/2018.

¹⁹ Perfil em anexo.

²⁰ RIHGB, 1931, V.164, p.591.

da elite intelectual no Brasil desde o Império e continuamente na República (GUIMARÃES, 1988).

Para Lilia Schwarcz (2005) não há uma aleatoriedade no que diz respeito aos sócios do IHGB. Há sim uma combinação extensa de políticos, proprietários de terra e também literatos e ou pesquisadores notáveis como Gonçalves Dias (1823-1864) e Euclides da Cunha (1866-1909), todos eles empenhados em fazer do Instituto um lugar de legitimação da elite, um vínculo fortalecido com o Estado e um ambiente de projeção intelectual.

A hierarquia dentro do Instituto não deixava de existir, pelo contrário, reafirmava as relações de poder, principalmente político, no que tange aos cargos mais altos. Para defesa deste argumento, Schwarcz (2005) dispõe de uma análise do perfil biográfico dos oito presidentes do Instituto até os anos de 1930 e conclui tratar-se de perfis muito semelhantes. Para exemplificar cita José Feliciano Fernandes Pinheiro²¹, o primeiro presidente do Instituto, considerado pela autora como grande estadista e ministro; o segundo presidente conselheiro Cândido José de Araújo Vianna²², que apresentava vasta experiência estatal que incluíam cargos como Conselheiro do Imperador e foi ainda deputado por Minas Gerais, Senador e ocupou as pastas da Fazenda, Justiça e Império (2005: p.105).

Outros importantes nomes presidiram o Instituto como o Visconde do Bom Retiro²³ (Senador e Conselheiro do Estado), Marquês de Paranaguá²⁴ (presidente das províncias do Piauí, Maranhão e Pernambuco) e Barão do Rio Branco²⁵ (Ministro das Relações Exteriores). Os cargos de secretário foram ocupados por intelectuais que se dedicaram arduamente às tarefas internas do Instituto, como o próprio Januário da Cunha Barbosa, Varnhagen²⁶ e Max Fleiuss²⁷ já no período republicano. Sejam quais fossem seus cargos, sendo eles políticos influentes ou intelectuais de renome, todos se empenharam à maneira que lhes cabiam para produzir uma interpretação unificadora e com estreitos laços com o que era tido como interpretação oficial (SCHWARCZ, 2005: p. 107-108).

De acordo com o historiador Temístocles César (2004) a *historia magistra vitae* conduziu as premissas que orientaram e justificaram as investigações do IHGB nestes primeiros períodos de sua existência. Por isso era preciso eternizar e salvar os fatos históricos

²¹ Perfil em anexo.

²² Perfil em anexo.

²³ Perfil em anexo.

²⁴ Perfil em anexo.

²⁵ Perfil em anexo.

²⁶ Perfil em anexo.

²⁷ Perfil em anexo.

descobertos e corrigir os trabalhos anteriores para que houvesse um plano geral e um princípio unificador a seguir. Destaca-se também a inclinação pela escrita da história dos grandes homens e seus feitos que, por mérito, deveriam ser eternizados com o registro de sua história feita agora pelos historiadores nacionais e não por estrangeiros, como predominava, segundo o autor, até então.

A primeira geração do Instituto foi assinalada pela influência das tradições do Iluminismo português com marcas nitidamente conservadoras e católica. O diálogo e vínculo com o Institut Historique de Paris (1834) também marcaram a visão de história e os trabalhos historiográficos brasileiros. Os Institutos mantiveram trocas de correspondências e publicações que fortaleceram a construção da imagem do Brasil de uma nação civilizada tal qual a francesa. E era apenas o IHGB quem tinha o papel único e legítimo para escrever esta história, como seus partícipes defendiam (GUIMARÃES, 1988).

A Revista do Instituto era, senão a maior, uma das mais relevantes maneiras que o IHGB conduzia como forma de legitimar e perpetuar uma concepção exemplar da história. Por meio, principalmente, das biografias de personagens expoentes da história pátria e depois dos próprios sócios do Instituto que se construía a galeria de heróis nacionais e fortalecia o papel fundamental e central do historiador na condução dessa escrita (GUIMARÃES, 1988; SCHWARCZ, 2005).

A publicação inaugural da Revista do Instituto ocorreu um ano após a fundação do IHGB, no ano de 1839. Esta edição foi impressa pela Typographia da Associação do Despertador, e a partir de 1908 passou a ser editada pela Imprensa Nacional²⁸. No primeiro Estatuto do Instituto, em seu terceiro artigo, assim foram definidas as funções da Revista:

Art. 3. Publicará de três em três mezes um folheto, que tenha pelo menos oito folhas de impressão, com o título seguinte – Revista trimestral de historia e geografia; ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.- Nesta Revista se publicarão, além das actas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros que forem interessantes a história e geografia do Brazil; e assim também as noticias ou extractos de história e geografia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas litteratas, estrangeiras ou nacionais, precedendo a respeito delas o relatório de uma comissão do seu seio, para esse efeito nomeada (R.IHGB, 1839, t.1, p.6).

Quanto à organização interna das publicações da Revista seguia-se certo padrão de conteúdo escrito, havendo sempre uma primeira parte com artigos, documentos ou mesmo

²⁸ FLEIUSS, Max. O Instituto Histórico e sua Revista. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.

edições inteiras de livros²⁹ que eram consideradas relevantes ao Instituto. Seguiam-se depois as biografias de brasileiros, exaltando os personagens pátrios, como informamos anteriormente e, por último, publicavam as atas das sessões ocorridas no Instituto, com as discussões em assembleias, pareceres e votações, dentre outras atividades cotidianas das reuniões.

Sem dúvida a R.IHGB é uma fonte essencial para os estudos referentes ao IHGB e seus sócios, e que circula com regularidade até os dias de hoje. Observamos em nossa pesquisa - com recorte cronológico focado mais nos anos 1930 -, que as revistas não eram publicadas no seu ano de referência, sendo um ano, dois ou mesmo cinco anos após a data indicada. Encontramos uma justificativa no volume 170 da Revista do ano de 1935, na qual os autores explicam que as edições não estão em dia “[...] devido ao acúmulo de serviços na Imprensa Nacional, onde, por lei, é impressa. Mas ao mesmo tempo não culpabilizam a empresa, e afirmam que “[...] não é porém justo esquecer o interesse que sempre os funcionários daquele estabelecimento, desde o mais graduado ao mais modesto, patentearam e patenteiam pelas publicações do Instituto” (R.IHGB, 1935: p. 344).

De todo modo, o que interessa aqui é perceber que mesmo com atraso, a Revista não deixou de ser divulgada e disponibilizar a essencialidade da escrita da História que os historiadores associados construíram no período recortado. A publicação de cerimônias, dos relatórios, as datas comemorativas e a divulgação de documentação primária e todos os outros conteúdos das edições marcam esta preocupação em construir e preservar a memória histórica nacional.

Adequando-se com as circunstâncias de sua historicidade, as mudanças no quadro interpretativo de compreender e lidar com a história foram se alterando ao passar dos anos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como em sua Revista. O que vimos como certa permanência³⁰ desde as primeiras publicações da Revista até o foco de nossa pesquisa nos anos de 1930 foi a articulação com os interesses políticos, temáticas de historiografia nacional baseada nos grandes eventos e seus respectivos “grandes homens” e a necessidade de construir uma história do Brasil ainda em andamento.

²⁹ A pesquisa de conteúdo empreendida neste trabalho pôde constatar isto. Um exemplo é a edição do ano de 1930 volume 162 tomo 108 em que a Revista “[...] encerra unicamente a História do Brasil, de Henrique Handelmann” (R.IHGB, 1930: p.5).

³⁰ Mesmo diante de mudanças e exceções que privilegiavam estas premissas.

2.1.2 Aproximações e distanciamentos: Primitivo Moacyr e os historiadores filiados ao IHGB

2.1.2.1 Moacyr e o IHGB – Apontamentos histórico educacionais

O modo como Primitivo Moacyr opta para a sua escrita subsidiária à educação, de organizar, selecionar e trazer fatos e questões em destaque é, segundo Marta Carvalho (2003), uma característica que pode ser associada ao padrão de produção documental herdado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A autora constrói tal hipótese, argumentando que a pesquisa histórica delimitada nos padrões do IHGB indica um modelo que permaneceu vigente entre os Renovadores da Educação, enfatizando ainda a presença de autores filiados ao Instituto mesmo na prestigiada Coleção Brasileira.

Primitivo Moacyr manteve uma circularidade em espaços intelectuais que o possibilitou ter uma rede de sociabilidade³¹ com figuras importantes entre os Renovadores da Educação como Anízio Teixeira, Loureço Filho e Fernando de Azevedo. Diferente destes intelectuais citados, Moacyr não assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, assim como não se associou a nenhuma organização. No entanto, transitou por esses espaços intelectuais com frequência e desenvoltura, o que nos permite reconhecer seu lugar entre esses pares.

Vidal e Faria Filho (2003), ao reportarem-se a Primitivo Moacyr e sua obra, mencionam haver uma estreita proximidade entre ele e o IHGB. A justificativa dos autores perpassa por três argumentos: primeiro pela escolha de Moacyr em coligir e metodizar documentos; em segundo lugar pelas escolhas bibliográficas de Moacyr por autores ligados ao Instituto para escrita de seus livros. Finalmente, devido ao elogio de Afrânio Peixoto em Prefácio escrito no primeiro volume da coleção *Instrução e o Império: subsídios para História da Educação 1823-1853*, que situa Moacyr como herdeiro de uma tradição reconhecida em Varnhagen.

De acordo com Saviani (2008) as primeiras iniciativas de preservação da memória da educação brasileira foram ancoradas pelo IHGB que mantinha em seu estatuto os princípios de coletar, arquivar e publicar documentos, ações tendencialmente positivistas. Para o autor, Primitivo Moacyr vincula-se ao Instituto Histórico e Geográfico exatamente pela escolha positivista levada ao pé da letra de que o “documento fala por si” e, assim, apenas coligir documentos em sua obra (SAVIANI, 2008: p. 154).

³¹ Conceito de Jean François Sirinelli.

Essa vinculação de Moacyr com o IHGB aparece nesses artigos mencionados, mas não há nenhum indício de que o autor tenha sido sócio do Instituto, como evocam Rosana Carvalho e Ilka Mesquita em seu artigo *O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia, de Primitivo Moacyr* (2013). O que podemos confirmar, partindo das pesquisas até então conclusas, é a participação de Moacyr em dois eventos promovidos pelo IHGB, como o III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia em Porto Alegre no ano de 1940, que o autor apresentou o artigo *O ensino comum e as primeiras tentativas de sua nacionalização na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. Outro evento foi o III Congresso de História Nacional em 1942, no Rio de Janeiro, com o artigo *A instrução primária e secundária no município da Corte na Regência e Maioridade*.

O III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia contou com a presença de uma variedade de temas e áreas de conhecimento que privilegiaram a história do Rio Grande do Sul com artigos sobre as entradas, sesmarias, povoamento, genealogias e biografias. Apesar do destaque à região sul, havia teses, artigos e comunicações sobre outras localidades brasileiras, abarcando geografia, arqueologia, paleontologia, antropologia, história e literatura. Nos Anais do Congresso, encontram-se ainda textos sobre o folclore, clima e poesia demonstrando a pluralidade da produção historiográfica e a fluidez do campo do saber histórico, como enfatiza Charles Monteiro (2006).

O evento teve um fluxo de 421 participantes; entre convidados brasileiros e estrangeiros encontravam-se jornalistas, advogados, professores, membros de diversos institutos e sociedades brasileiras de pesquisa. Destaques da intelectualidade brasileira como Mário de Andrade, Alfredo Ellis Júnior e Gilberto Freyre e, ainda, o próprio presidente da República Getúlio Vargas que, ao comparecer no encerramento, foi gratificado com o título de Grande Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (MONTEIRO, 2006).

O outro evento no qual Moacyr participou foi o III Congresso de História Nacional sediado no Rio de Janeiro em 1942. A regra geral para inscrição de trabalhos era de que se restringissem a obras inéditas e previamente avaliadas por comitês científicos, aprovando-se no total cinquenta e cinco trabalhos. Estes foram agrupados em categorias: Bio-bibliografia; História Política e Parlamentar; História Econômica e Social; História Diplomática e Militar; Etnografia; Geografia e Arqueologia; Ciências, letras, artes e religião (GUIMARÃES, 2007).

Segundo Lúcia Guimarães (2007) os trabalhos apresentados no Congresso, privilegiavam o exame de organização política do Estado e de suas instituições. O que nos legitima afirmar que os livros de Moacyr se adequavam a um padrão da época. Outro destaque evidenciado pela autora está nas cinco teses de gênero biográfico que indicam “[...]”

propósito de trazer à superfície personalidades, cujas histórias de vida evidenciassem virtudes cívicas, de modo a servir de modelo para a formação do sentimento brasileiro” (GUIMARÃES, 2007: p. 185).

De acordo com Guimarães (2007), o texto apresentado por Primitivo Moacyr no Congresso é importantíssimo e considerado “referência obrigatória” para estudos do século XIX. A autora compara o texto de Moacyr a outras apresentações que, segundo ela, se igualam em riqueza de fontes de dados estatísticos. Trata-se, por exemplo, dos trabalhos de Branca Fialho - *A educação secundária no Brasil* - no qual trata do processo educacional desde o período colonial; e o trabalho de Adolfo Morales de Los Rios, *Ensino Artístico no Brasil*, concernente ao estudo pedagógico sobre a implantação dos cursos de artes na Corte entre os anos de 1816 e 1888.

Primitivo Moacyr não era alheio ao que ocorria no interior da Instituição, pois do contrário não teria recebido o convite e apresentado dois artigos com temas e em congressos distintos. O que nos instiga é até que ponto essas relações e proximidades com a tradição historiográfica³² presente no IHGB se estenderam à escrita de Moacyr. Nesse ponto reconhecemos o distanciamento entre a escrita da História e a História da Educação que se configuravam contemporaneamente ao período delimitado por esta pesquisa.

A História da Educação não foi formulada internamente nos moldes da História como uma especialização temática desta, mas sim como campo de estudo da Educação. Para a pesquisadora Miriam Warde (1990), a História da Educação era vista como uma ciência auxiliar da educação; sua utilidade estava direcionada a um conteúdo disciplinar para formação de professores. Ao mesmo tempo foi colocada em segundo plano diante das chamadas ciências matriciais do campo educacional: Sociologia, Psicologia e Biologia, delimitando sua função enquanto disciplina formadora de cunho moralizador para o futuro educador.

Portanto, a argumentação de Mirian Warde (1990) para justificar a constituição tardia da História da Educação como campo de pesquisa e seu distanciamento da pesquisa historiográfica se afirma nesta função de disciplina formadora para professores e pedagogos, dificultando sua configuração enquanto área investigativa, com objetos e temáticas específicas. Carvalho (2003) soma este argumento defendido por Warde (1990) ao fato de as

³² Esta tradição historiográfica é reconhecida por nós do ponto de vista teórico metodológico, em consonância com Lúcia Guimarães (2007), ao afirmar que esta tradição era baseada na escola metódica. Segundo Guimarães os intelectuais do Instituto recebiam forte influência da cultura histórica do nacionalismo e por não querer cometer os mesmos erros do passado, investiram na formação de repertórios variados para serem absorvidos e apropriados no presente, fortalecendo e legitimando assim a escrita da história brasileira.

universidades serem instituições tardias no Brasil, o que certamente também protelou o avanço da pesquisa educacional.

Apesar dos fatores apontados como uma espécie de atraso para o delinear da pesquisa histórico-educacional, identificamos nas obras de Primitivo Moacyr uma referência no que tange a um levantamento documental, que reporta a um recorte cronológico da Instrução Pública no Brasil desde 1823 até o ano de 1929, com pesquisas arquivísticas as quais, inclusive, ultrapassaram a documentação oficial, com o uso de revistas, jornais e arquivos que não pertenciam ao Estado. Demonstrando um empenho e interesse com foco direcionado à escrita da educação brasileira que o destaca enquanto escritor.

Outros historiadores educacionais, como José Ricardo Pires de Almeida, já produziam anteriormente material historiográfico, como o livro - *A Instrução Pública no Brasil: História e Legislação (1500-1889)* - publicado em 1889 e dedicado ao Conde D'eu³³. A obra foi encomendada pelo governo e seu conteúdo era elogioso ao Império e à situação educacional do Brasil durante este regime sem conferir, portanto, críticas ou posicionamentos contrários em sua escrita. Apesar disso, fora uma obra de referência para estudos subsequentes, como do próprio Primitivo Moacyr.

Moyses Kuhlman Jr., em artigo publicado em 1999, cita outras importantes publicações dedicadas à escrita da educação brasileira. O autor destaca as Exposições Nacionais e Internacionais ocorridas no final do século XIX e início do século XX como precursoras da divulgação da história nacional e que traziam entre suas temáticas a educação. A Exposição de História do Brasil, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1881, fora a primeira a apresentar um catálogo com documentos sistematizados como fontes para história da educação, tendo sob sua organização Benjamin Franklin Ramiz Galvão³⁴. Este autor ainda organizou e supervisionou os trabalhos do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil em 1900, que gerou a publicação do *Livro do Centenário*, cujo capítulo sobre educação foi de responsabilidade de José Veríssimo Dias de Matos com o título *A Instrução e a Imprensa: 1500-1900*.

Kuhlmann (1999) cita ainda o livro de Santa-Anna Nery, *Le Bresil*, de 1889, divulgado na Exposição de Paris (1889) e a obra já mencionada de Pires de Almeida também publicada no mesmo ano. E mais adiante no ano de 1922, Rocha Pombo divulgou uma edição especial de seu livro *História do Brasil*, citando avanços na instrução pública; Sud Mennucci escreveu em edição comemorativa do Jornal de São Paulo o artigo *Cem anos de Instrução*

³³ Conde D'Eu era genro do Imperador.

³⁴ Perfil em anexo.

Pública e por último, neste mesmo ano, e mais uma vez sob a coordenação de Ramiz Galvão, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, que apresentou um capítulo escrito por M. P. de Oliveira Santos com o título *Instrução Pública, notícia histórica de 1822 a 1922, resenha da evolução*.

Observando esses dados fornecidos por Kuhlmann, podemos identificar que os textos, artigos, livros e exposições, embora estejam tratando do tema educacional, o fazem em alguns capítulos ou dedicam certo espaço diante de uma temática maior, como a imagem de um país em pleno desenvolvimento e progresso e para fortalecer tal aspecto de civilidade, trás dados sobre a instrução pública. Reconhecendo a importância de o assunto educacional estar em pauta nesses trabalhos citados e nos ambientes, tais como os eventos promovidos pelo IHGB, de fundamental relevância para a pesquisa histórica, não queremos negar a escrita histórico-educacional anterior ao autor. Mas nos chama a atenção o pioneirismo de Primitivo Moacyr diante dos demais autores, anteriores ou contemporâneos a ele, que se propuseram a escrever sobre educação. A dedicação e o fôlego do autor para a escrita da uma obra volumosa, com conteúdo voltado integralmente para a instrução no Brasil e a pesquisa arquivista o fazem um pesquisador de destaque em seu tempo.

Acreditamos que esta questão de ser uma obra encomendada pelo governo e ser elogiosa a ele, difere dos livros de Moacyr, que apesar de não apresentarem um conteúdo explicitamente crítico, é possível identificar seu posicionamento contrário a certas decisões, conflitos entre deputados e sua seleção de falas que considera pertinente ou não, opinando no fim ou antes de apresentar o recorte de um documento.

2.1.2.2 Os historiadores do IHGB e Moacyr

Partindo da premissa da relevância de seu trabalho e das afirmações que situam a obra de Primitivo Moacyr aparentada com as diretrizes historiográficas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, torna-se fundamental localizar em que medida há aproximações e distanciamentos da escrita de Moacyr comparada a dos historiadores filiados ao Instituto. Não se trata de uma tentativa de definir Moacyr no mesmo patamar que historiadores reconhecidos/renomados dentro do Instituto, mas ao menos encontrar entre seus contemporâneos um diálogo quanto ao que se configurava enquanto uma pesquisa histórica.

Os sócios do IHGB, desde a fundação do Instituto, compunham um grupo heterogêneo tanto no que diz respeito à formação acadêmica, que contava com médicos, engenheiros, advogados, entre outras formações, mas também com concepções de como escrever história.

Argumento também defendido por Ângela de Castro Gomes (2009), ao afirmar que o perfil do historiador no início do século XX encontrava-se em aberto. Patrícia Hansen (2015) declara que este cenário torna-se interessante para observar “[...] as ideias em disputa, as tensões e os debates de caráter científico, político e filosófico que marcam aquela etapa da conformação do campo historiográfico” (2015: p. 451). De todo modo, Hansen (2015) enfatiza que, apesar disso, os sócios se reconheciam, ainda que de maneira ampla e fluída enquanto historiadores e expressavam tal reconhecimento através dos *rituais* institucionais muito comuns no interior da entidade.

As concepções de história e as escolhas narrativas que começaram a surgir no início do século XX apareceram por meio das mudanças políticas e sociais ocorridas na instituição da República e no distanciamento que se pretendia estabelecer com o passado escravista e o regime imperial. Nesse momento prevaleceu uma ênfase voltada à civilização e ao progresso adequados aos moldes da modernidade. E a produção de história no Brasil inclinou-se a pensar na cientificidade da disciplina, uma exigência do “novo tempo” que se arquitetava (GOMES, 2009).

Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921) fora um dos membros do Instituto que se propôs a refletir sobre a cientificidade da História. O autor era positivista, abolicionista e republicano, rotulações que o encaixam junto à chamada geração de 1870³⁵. Seu nome era muito respeitado no meio jurídico, chegou ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi fundador da Liga de Defesa Nacional (1916) e membro da Academia Brasileira de Letras.

Lessa escreveu um ensaio como introdução de um livro de Henry Thomas Buckle (1821-1862)³⁶, *História da Civilização na Inglaterra* que foi traduzido para o português no ano de 1900 e editado pela Tipografia da Casa Eclética. Na primeira versão, o título do ensaio era *É a História uma Ciência?* Já para a edição publicada na Revista do IHGB no ano de 1908, que inclusive o credenciara como sócio do Instituto, esta sofreu uma modificação passando para o título *Reflexões sobre o Conceito de História*.

³⁵ Trata-se de um movimento intelectual surgido no Brasil nos anos 1870, identificado pelos próprios contemporâneos, que associaram sua constituição à divulgação de novas escolas europeias de pensamento. Acusam tal geração de ter se dedicado mais em edificar novos sistemas filosóficos, do que interpretar a realidade nacional. O grupo no qual Pedro Lessa era reconhecido tinha autores de obras filosóficas como Pereira Barreto, Alberto Sales e Aarão Reis e compunham uma “escola” denominada “positivismo ilustrado” (Alonso, Ângela, 2002: p. 34).

³⁶ Historiador e sociólogo positivista inglês. Era crítico a interpretação teológica e propunha descobrir as leis do processo histórico em determinados países, partindo do determinismo geográfico. Fonte: Dicionário de Filosofia www.filosofia.org Acesso em 20/11/2018.

Pedro Lessa construiu a sua narrativa retomando a escrita da História desde a Antiguidade Clássica, Idade Média, Renascimento até chegar a Comte para fundamentar a sua contraposição das premissas de Buckle que defendia a história como uma ciência. Lessa demonstra, ao longo do artigo, sua concepção de História ancorada na pesquisa, seleção e ordenamento dos documentos e pela crítica interna a esses documentos, modelo aderido através da história metódica (GOMES, 2009).

Lessa estava em consonância com os “modernos parâmetros” do seu tempo que tinham uma perspectiva cientificista que implicava um grau de inferioridade e limitação para a História, mas que se justificava, pois era a condição da disciplina demarcar sua especificidade (GOMES, 2015). Pedro Lessa considerava que a História tinha um papel de subsidiar as outras ciências sociais ditas especiais, apresentando os fatos que serviriam de generalizações para a Sociologia.

A História não tem um conteúdo científico próprio, leis do seu domínio, induções, princípios e deduções, que lhe sejam peculiares, generalizações que dela façam uma ciência. Quando o historiador, uma vez ou outra, extrai dos fatos uma verdade geral o suco ideal que constitui a ciência, é a sociologia; ou qualquer das ciências sociais especiais. (LESSA, 2005: p. 232).

A História, na visão de Lessa, não teria um posicionamento inferior diante das outras ciências sociais. Na verdade, as reflexões sobre os fatos históricos seriam a base fundamental das induções científicas. Sem esta base sólida, a Sociologia nada mais poderia conter que especulações, hipóteses e asserções aproximadas da verdade (LESSA, 2005).

Observamos em seu artigo que as concepções de História ainda estavam sendo reformuladas e questionadas nestas primeiras décadas do século XX. O autor afirma que a maioria dos historiadores contemporâneos se limitava à tarefa de narração dos fatos, sendo poucos aqueles que “subiam as leis gerais” e estavam livres de preconceitos e compreendiam verdadeiramente a natureza da ciência (LESSA, 2015).

Diante deste cenário de circulação de ideias e concepções de História muitas vezes distintas, o IHGB ia se reformulando e adequando as discussões debatidas entre seus sócios. O que, sem dúvida, uniu os membros partícipes do Instituto nas primeiras décadas republicanas foi a função de organização e divulgação de documentos para que se construísse uma identidade nacional fortalecida. Assim declarava Manuel de Oliveira Lima em seu artigo³⁷ publicado na Revista do Instituto no ano de 1913 em defesa da divulgação dos

³⁷ LIMA, Manuel de Oliveira. O Atual Papel do Instituto Histórico e Geográfico. In: RIHGB, t 76(2), 1913.

documentos, pois, segundo ele, somente atingiríamos convicções de nacionalidade se os institutos históricos se comprometessem a produzir e divulgar um passado comum.

Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) era pernambucano, bacharel em Letras e importante diplomata, trabalhando em países como Estados Unidos, Japão e Venezuela. Após a aposentadoria, em 1914, lecionou e proferiu conferências em várias universidades como a Universidade Católica de Washington e a Sorbonne, em Paris. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a Cadeira nº 39, cujo patrono era Varnhagen, e tornou-se sócio correspondente do IHGB em 1895, depois honorário em 1912 e, finalmente, benemérito em 1917³⁸.

Nesse artigo, pronunciado em conferência a convite do Conde de Affonso Celso³⁹, Oliveira Lima manifestou sua preocupação com a construção narrativa da história do Brasil, principalmente no que diz respeito ao passado. Para ele interessava uma integração daquilo que já fora escrito no passado imperial ao que se edificava enquanto nação em seu tempo. A operação historiográfica buscada pelo autor era uma herança identitária com a figura de Varnhagen, que associava o fazer do historiador com a diplomacia.

Oliveira Lima via como papel do IHGB comprometer-se em formar uma “federação intelectual e afetiva” através da união dos Institutos Históricos estaduais, com a promoção de congressos, mas também dirigir e congregar as pesquisas pelos arquivos da Europa, com o intuito de publicizar os documentos de uma maneira metódica e inteligente (LIMA, 2015: p. 434). Ao falar da Revista do IHGB, Oliveira Lima afirma ser acertado que se sobressaíssem mais os documentos do que os ensaios em suas edições. O autor argumentava em torno de uma necessidade maior em preparar o material que, segundo ele, andava disperso e era urgente o aproveitamento da documentação (LIMA, 2015: p. 422).

As publicações da Revista, na década de 1930, seguem um padrão de conteúdos permanentes nos anos anteriores. Com as biografias dos grandes nomes da História, livros reproduzidos na íntegra, artigos de jornal, e as sessões com assembleias, votações, discurso de posse, homenagens póstumas e necrológio dos sócios. O propósito da Revista e do próprio Instituto também se assegurava nas ideias dos estatutos já mencionados, apesar, claro, da heterogeneidade dos sócios e suas respectivas fundamentações. De certo modo, a idealização de fortalecer a concepção de nação ainda era uma temática central, como asseverava Fleiuss:

Lembre-mos que esta casa [IHGB] é como disse o espírito superior de João Mendes Junior, uma oficina onde se trabalha nas profundezas dos nossos arquivos e

³⁸ Informações extraídas do site do IHGB, acesso em 21/06/2018.

³⁹ Perfil em anexo.

monumentos, trazendo a luz os exemplos das virtudes, de patriotismo e de sabedoria dos nossos antepassados. Aqui não se nutrem invejas nem competições, trabalhamos pela grandeza de nossa pátria, procurando tornar conhecida, com exatidão, a sua nobre e muitas vezes fulgente História (FLEIUSS, Max. In. R.IHGB, 1936: p.40).

Os discursos, como neste trecho de Max Fleiuss pronunciado em uma Sessão Magna comemorativa do nonagésimo oitavo aniversário da fundação do Instituto, permaneceram nutridos pela concepção escrita da História voltada para unidade da Pátria. Antes desta fala, o presidente Conde de Affonso Celso expressou tal intencionalidade reforçando ainda outra questão de destaque nas temáticas historiográficas que era a veneração ao passado da Pátria, preocupação comum também entre seus contemporâneos como preservar a memória histórica de maneira conjunta, sintetizando passado, presente e o radioso porvir (CELSONO, 1936).

Os elogios e as biografias sobre grandes homens estão presentes em todas as edições da Revista consultadas nesta pesquisa. Como exemplo, podemos citar a Conferência do Sr. Rodrigo Octavio Filho⁴⁰ sobre o general Osório, Marquês do Herval⁴¹ (1931, p.5); as palavras do Sr. Conde de Affonso Celso⁴² sobre o motivo da sessão: comemorar a data centenária do natalício do Conselheiro Gaspar Silveira Martins⁴³ (1935, p.22); e ainda o Discurso do Sr. Ramiz Galvão⁴⁴ sobre Benjamin Constant Botelho de Magalhães⁴⁵ (1936, p.457). A importância e justificativa destes textos elogiosos pode ser comprovada pelas palavras de Manoel Cícero⁴⁶ que, na Sessão Especial comemorativa do centenário da morte de José da Silva Lisboa Visconde de Cairu⁴⁷, escreveu:

Não podia o Instituto Histórico, sempre vigilante, a rememorar os fatos principais da nossa história e os vultos que assumiram maior destaque no empenho de bem servir o Brasil, elevá-lo e engrandecê-lo, olvidar José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, deixando de celebrar o centenário do seu desaparecimento (CICERO, In. RIHGB, 1935: p. 295).

Alguns anos depois, em 1940, em seu Discurso de Posse no IHGB, Oswaldo Aranha⁴⁸ também manifestava um otimismo nacionalista pela escrita da História, destacando a herança do passado e as qualidades da terra brasileira para edificação do progresso e do bem estar da

⁴⁰ Perfil em anexo assim como dos próximos historiadores mencionados.

⁴¹ Manuel Luís da Rocha Osório - Marquês do Herval (1808-1879) foi um marechal, político e monarquista brasileiro. Fonte CPDOC cpdoc.fgv.br Acesso em 17/11/18.

⁴² Perfil em anexo.

⁴³ Gaspar Silveira Martins (1835-1901) - Deputado geral pelo Rio Grande do Sul; ministro da Fazenda; Senador. Fonte CPDOC cpdoc.fgv.br Acesso em 17/11/18.

⁴⁴ Perfil em anexo.

⁴⁵ Perfil em anexo.

⁴⁶ Perfil em anexo.

⁴⁷ Perfil em anexo.

⁴⁸ Perfil em anexo.

nação. Para o autor, a História do Brasil só poderia ser escrita pelos historiadores que aqui viviam, e esta História era vista como uma lição, cheia de ensinamentos que deveríamos absorver ao direcionar nosso olhar para a nossa terra (ARANHA, 1940).

Neste mesmo discurso, Oswaldo Aranha chama atenção para as funções do IHGB que julgava necessárias destacar naquele momento. Declarando ser aquele local o mais respeitável entre os grandes conselheiros da vida brasileira, seus sócios deveriam se responsabilizar em “[...] estudar, examinar, investigar e, ao fim de incansáveis esforços, concluir e aconselhar, essa vossa missão” (ARANHA, 1940: p. 512). O autor reconhecia que muitas novas responsabilidades e problemas se acrescentariam ao passar do tempo, mas para cumpri-las deveriam ser resguardadas tais missões para construir e proteger a História Nacional.

Partindo dessa breve explanação sobre o Instituto, sua Revista e os textos de seus sócios aqui citados, podemos reconhecer os moldes historiográficos pautados ainda no documento oficial, nos grandes eventos e na exaltação de personagens destacáveis, recorrentes nos discursos desde a origem até as publicações do ano de 1940 presentes nas Revistas consultadas. Abordagens com caráter mais aproximado de discussões ancoradas em teorias e categorias mais reformuladas ainda não eram tão comuns nas publicações do Instituto. Isto provavelmente está relacionado com os espaços acadêmicos ainda escassos no Brasil na década de 1930 e início dos anos 1940.

Sabemos que esses autores filiados ao IHGB também publicaram obras e textos fora do Instituto e que estes conteúdos podem ir além daquilo que encontramos na pesquisa com as Revistas. Portanto, a proximidade e o distanciamento que pensamos aqui giram em torno das escolhas e das publicações existentes apenas no interior do Instituto, e que nos permitiu acessar textos e autores variados, que se adequaram às premissas do IHGB.

Diante desta escolha em trabalhar com a R.IHGB fizemos um quadro⁴⁹ com o nome de historiadores que publicaram textos nas Revistas do IHGB, entre os anos de 1936-1942, pois representam as datas de publicação dos livros do Primitivo Moacyr que são objeto desta pesquisa. Constatamos algo importante a partir dessa coleta de dados. Alguns nomes presentes nestes sumários tais como Oliveira Vianna, Affonso de Taunay, Wanderley Pinho, Basílio de Magalhães e Pedro Calmon, publicaram junto com Primitivo Moacyr na Coleção Brasileira, edição da Companhia Editora Nacional, 5ª série da Biblioteca Pedagógica. Este fato torna-se, para nós, uma das proximidades a serem apontadas entre Moacyr e os historiadores filiados ao Instituto, pois, coloca Moacyr no mesmo espaço de divulgação de um

⁴⁹ Ver anexo.

saber reconhecido e junto a nomes importantes para História no Brasil e ainda associados ao IHGB⁵⁰.

Outro ponto que consideramos de proximidade está relacionado à preocupação com a divulgação dos documentos oficiais, objetivo pautado nos estatutos do Instituto e nos conteúdos das Revistas⁵¹ consultadas. Esta é uma posição compartilhada com Primitivo Moacyr, observada na análise dos dois livros objeto da pesquisa, e também nos demais volumes de sua obra. Por exemplo, no livro *A Instrução e o Império* v. 1, no capítulo sobre o ensino na Constituinte de 1823, Moacyr apresenta uma argumentação breve pela escolha de transcrever o documento: “É tão complicado o processo de votação, com as numerosas emendas, que só a transcrição palavra por palavra dos ‘anais’ poderá dar uma vaga ideia do que a Assembleia aprovou” (MOACYR, 1936: p. 87).

A divulgação de documentos referentes aos trâmites e discussões na Câmara dos Deputados sobre a educação no Brasil feita por Moacyr é o tipo de conteúdo mais volumoso nos seus livros consultados. Por meio desta divulgação é possível reconhecer aquilo que só ficou no papel, o que simplesmente foi engavetado ou não passou de uma discussão calorosa entre os deputados. O que para nós não deixa de ser uma denúncia do autor, que nos aponta onde, quem e quando determinado assunto foi sugerido e nada foi feito ou quando realmente foi levado a sério e seguiu em frente. Há ainda exemplos de documentos oficiais que nunca antes foram divulgados e Moacyr os traz em primeira mão, como a “Memória de Martim Francisco”, uma sugestão de reforma de estudos menores da província de São Paulo.

O governo não mandou publicar a “Memoria” pelo tesouro publico, nem os homens de letra puderam tomar estímulo. Os “anais” da Constituinte do mez se julho (data do parecer) a novembro (data da dissolução) não disseram mais nada sobre ela. O silencio sobre o assunto nos relatórios dos ministros do Imperio prova que não houve publicidade, pois no tempo, de acordo com a lei de 15 de Outubro de 1827, que mandou criar as primeiras escolas elementares, so se cogitava do metodo lancasteriano. O documento que hoje publicamos é copia do manuscrito original que se acha no Arquivo Nacional (vol. 12 de memorias) e que supomos pela primeira vez tem publicidade (MOACYR, 1936: p. 119).

A centralidade do Estado, os grandes eventos e personagens históricos como temáticas dos assuntos também é um ponto de proximidade entre os conteúdos da R.IHGB e dos livros de Moacyr selecionados para este trabalho. Em nossa pesquisa com a Revista, constatamos,

⁵⁰ Os perfis dos historiadores citados no parágrafo encontram-se em anexo.

⁵¹ Um exemplo: Após o discurso já citado de Manoel Cícero, sobre a morte do Visconde de Cairu, há em anexo um trecho do documento oficial “Arquivo Público da Bahia. Cartas Régias. Liv. 63 – 1799” (R.IHGB, 1935: p. 312).

nos sumários entre os anos 1930 a 1940, a existência de textos com os seguintes títulos, que justificam nossa hipótese:

Quadro 1 - Títulos de sumários da R.IHGB entre 1930 e 1940 com temáticas relacionadas à centralidade do Estado, grandes eventos e personagens históricos

Título no Sumário	Ano	Volume	Página
Parecer do Projeto do Senador Affonso Celso	1930	161	03
Conferência do Sr. Clovis Bevilacqua sobre “Uma figura Histórica: Visconde de Ouro Preto”	1931	163	1005
Inconfidentes Mineiros desterrados da Pátria, por Nelson de Senna	1932	165	899
Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco 2ª ed.	1933	167	11
Proposta para que sejam eleitos presidentes perpétuos honorários os Srs. Dr. Getúlio Vargas e General Augustin P. Justo	1934	168	03
Manuel Cicero Peregrino sobre o Dia da América	1935	170	03
Discurso do Sr. Ramiz Galvão sobre Benjamin Constant Botelho de Magalhães	1936	171	455
Centenário do nascimento do Barão Homem Melo	1937	172	679
Centenário de falecimento de José Bonifácio, o Patriarca	1938	173	09
A paz com o Paraguai depois da guerra da Tríplice Aliança	1939	173	09
Palestra do Sr. Brás do Amaral, sobre O Brasil no Congresso de Viena 1815	1940	175	760

Selecionamos um exemplo de cada ano. Há mais títulos entre as Revistas consultadas. Quadro elaborado pela autora da dissertação a partir da consulta das Revistas do IHGB.

Nos livros de Primitivo Moacyr essa centralidade do Estado, os sujeitos que efetivam as leis e todos aqueles partícipes da narrativa histórica da educação que o autor constrói são destacados, assim como as datas comemorativas que marcam os eventos salientados.

No livro *A Instrução e o Império* v.1, os recortes dos anais, regimentos, decretos e falas são sempre acompanhados de identificação dos nomes dos parlamentares e da data que marca aquele acontecimento. Em se tratando de um deputado, em alguns casos, Moacyr informa a província que representa: “Na sessão de 4 de junho o deputado Padre Belchior Pinheiro de Oliveira (Minas), em nome da Comissão de Instrução Pública, leu uma proposta...” (MOACYR, 1936: p. 79); “A este estranho argumento responde o Sr. Vergueiro

(S. Paulo): Pois a Constituição que nos rege aqui não é a mesma das Províncias?” (MOACYR, 1936: p. 348).

No livro *A Instrução e a República* v.1, assim como no livro do Império, Moacyr ressalta as datas e os sujeitos em sua obra. Destacando-se neste livro muitos parágrafos que se iniciam com datas: “1890-1891 – O governo provisório não poupou sacrifícios às escolas de belas-artes [...] (fala do diretor Leopoldo Miguez)” (MOACYR, 1941: p. 182); “1890-1891 Criado por dec. 667 de 16 de agosto de 1890: franqueou a biblioteca e o museu e registrou 355 visitas na sua maioria a professores do Distrito Federal e do Estado do Rio. [...] (Conclusões de um minucioso relatório do diretor Dr. Meneses Vieira)” (MOACYR, 1941: p. 90-91).

O que também consideramos aproximar a escrita de Moacyr com os textos presentes na Revista do IHGB são os elogios aos sujeitos “grandes homens” que, para os historiadores do período, eram quem compunham a História. Um exemplo na R.IHGB está no texto de Clovis Bevilacqua publicado no ano de 1930, com o título *Uma figura histórica*. O autor traça enaltecimentos ao perfil de Affonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto⁵², reconhecendo sua importância para história nacional.

Hoje, porém, que a distancia no tempo e a pacificação dos espíritos nos dão inteira serenidade ao julgamento, podemos ver projetar-se no plano da História Pátria, com nitidez e verdade, a figura do Brasileiro ilustre, que foi o visconde de Ouro Preto, a quem devemos a homenagem da nossa estima de patriotas (BEVILAQUA, R.IHGB, 1930: p. 716).

Primitivo Moacyr, em sua narrativa, também tece elogios àqueles que a seu julgamento cumprem, defendem e ou elaboram leis de acordo com as necessidades educacionais do Brasil, no passado e o presente, e que por isso devem ser lembrados e reconhecidos.

Em defesa do projeto de reforma de instrução pública apresentada a Câmara em 1847, o seu autor, o deputado Torres Homem, na época, o mais tenaz paladino da causa do ensino, proferiu em julho um dos mais notáveis discursos sobre a matéria e dele damos como homenagem tardia de 87 anos, os principais trechos (MOACYR, 1936: p. 250).

Há nomes no Império que devem ser lembrados pelo amor e interesse que tomaram pela instrução e educação. Muitos deles, grandes nomes na política, administração e diplomacia, são esquecidos neste setor (MOACYR, 1941: p. 18).

Estes foram os pontos de proximidade entre as diretrizes historiográficas tomadas por Moacyr e os historiadores sócios do IHGB que publicaram na Revista entre 1936 e 1942. O que encontramos como distanciamento está associado às referências ampliadas dos autores

⁵² Perfil em anexo.

consultados, como no texto de Pedro Lessa, que já apresenta reconhecer autores europeus daquele período, além da trajetória da história que narra em seu livro e das questões sobre o que é a história, a sua cientificidade e função dentre as ciências sociais.

Assim também o faz Oliveira Vianna, que apresentando influência dos *Annales*, e fundamentando-se em conceitos como o de história de Leopold von Ranke (1795-1886) e Theodor Mommsen (1817-1903) (DUTRA, 2013), propõe-se a pensar sobre a operação historiográfica que ele executa, diferentemente de Varnhagen e Robert Southey (1774-1843).

Nos dois livros fontes desta pesquisa, Moacyr não traz questões conceituais, nem aborda sobre a escrita da História. Sua narrativa é construída pelo recorte de determinados trechos acompanhados de pequenos comentários ou o resumo dos fatos, sem formular questionamentos mais elaborados sobre aquele proceder histórico, mas sim alguma opinião de maneira mais direta e rasa. “O ano de 1837 foi um dos mais fecundos em iniciativas em prol da cultura e da instrução, no período da regência, o deputado Antônio Ferreira França (Bahia) ofereceu a câmara um belo contingente de iniciativa” (MOACYR, 1936: p. 232).

A ampliação das fontes também é um ponto que distancia Moacyr destes autores do IHGB que encontramos na pesquisa. Moacyr, apesar de trazer algumas referências para além da documentação oficial, estas são bem mais escassas do que aquelas. De todo modo, destaca-se uma fonte presente no livro *A Instrução e o Império* v.1, da própria Revista do Instituto. Trata-se do texto “A instrução nos tempos Coloniais” publicado no ano de 1892, de autoria de Moreira de Azevedo. As outras fontes, que não são documentos oficiais, são a Revista da Universidade do Rio de Janeiro (1932), “A obra dos jesuítas em nossa terra” do Padre Serafim Leite; “Instrucion Publique au Bresil” (1882) de Pires de Almeida e “Essais Statistiques sur le Royaume de Portugal et d’Algarve” (1822) de Adrien Balbi.

Podemos constatar que há diferenças nítidas em formação, posicionamentos políticos e maneiras de escrever história, mesmo entre os membros do IHGB. Mas vemos também que há um projeto maior que os envolve, um interesse em formular, escrever uma História do Brasil com clareza e verdade. Para a historiadora Eliana Dutra (2013) trata-se de um interesse em buscar uma síntese histórica “[...] que se traduz como conjunto dos aspectos geográficos, econômicos, sociais políticos; a invocação de autores, categorias e procedimentos sociológicos para autorizar o advento da história como ciência social” (2013, p.73).

Primitivo Moacyr não demonstra esse conjunto de síntese tal qual alguns historiadores contemporâneos apresentaram, de acordo com nossa leitura de seus livros. Mas, diante de toda obra produzida para educação brasileira, demonstrou que lhe interessava produzir e publicizar história, mesmo que não se reconhecesse como historiador. Segundo Venâncio

Filho: “Não pretendeu, entretanto, ser historiador. Certo se quisesse, poderia ter sido. Conscientemente, preferiu realizar o trabalho humilde, paciente e probo do desbravador, jungindo a cópia e ao resumo” (1943, p.97). Sua produção bibliográfica está sustentada em uma pesquisa arquivística detalhada, preocupada em relatar uma verdade histórica assim como se escrevia ainda a história tradicional⁵³ naquele período, baseada nos documentos oficiais, pautada numa visão de cima, concentrada nos grandes homens e seus feitos e escrita de maneira objetiva⁵⁴.

2.2 A presença de Primitivo Moacyr nos manuais didáticos de História da Educação (1930-1940)

Os manuais didáticos de História da Educação publicados entre os anos de 1930 e 1940 tinham como objetivo comum estabelecer uma cronologia linear da educação geral e suas ideias pedagógicas e fortalecer a imagem dos sujeitos icônicos da história intelectual. Sobre História da Educação no Brasil dedicaram uma parte encurtada de sua páginas, mas apresentando os fatos educacionais que consideravam de relevo e seus atores de maneira crítica e didática.

Os manuais selecionados para esta dissertação consultaram as obras de Primitivo Moacyr como fonte para sua construção narrativa e apresentaram características comuns e outras nem tanto na maneira de escrever história, nos interessando aqui apurar estes pontos de distanciamentos e aproximações que apontam o delinear da escrita histórica deste período.

O Brasil, na década de 1930, era um país cada vez mais urbanizado e industrializado, por conseguinte parte da população demonstrava maior interesse em se profissionalizar e ter acesso à educação para assim melhorar sua condição social. Tendo plena consciência deste mister da população, Getúlio Vargas lança em seu programa de reconstrução nacional, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, com o intuito de difundir o ensino público e técnico profissional, como um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados (GHIRALDELLI,2009). Francisco Campos⁵⁵ foi o primeiro Ministro a assumir a

⁵³ Definição de história tradicional feita por Peter Burke (2011: p. 12-13)

⁵⁴ Salientamos que novas abordagens históricas já começam a despontar no Brasil naquele período, principalmente sob influência dos Annales. Mas constatamos nos conteúdos das Revistas do IGHB uma permanência da História tradicional.

⁵⁵ Francisco Campos (1891-1968) – formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade Livre de Belo Horizonte; foi Deputado Estadual em Minas (1919) e Deputado Federal (1921); Catedrático em Filosofia de Direito da Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte; ao assumir a Secretaria dos Negócios do Interior de MG (1926) no governo mineiro de Antônio Carlos, empreende a Reforma do Ensino Primário e Normal em Minas e na esfera Federal foi o primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública (1930-32) e estabeleceu Reformas com seu

pasta, e já apresentava experiência em assuntos educacionais devido a sua atuação no governo de Minas nesta área.

O reconhecimento de seu trabalho frente ao governo Vargas foi marcado pela reforma que levou seu nome “Reforma Francisco Campos” (1931). A partir de decretos, Campos estruturou o ensino secundário, ensino comercial e ainda o superior com uma nova organização e regulamentações. Destacamos o ensino secundário, que passou por significativas mudanças como a implementação de seriação do currículo, adoção da frequência obrigatória dos alunos às aulas, divisão do curso em dois ciclos, um sistema de avaliação discente e a reestruturação da inspeção federal (DALLABRIDA, 2009).

Francisco Campos esteve à frente do Ministério entre 1930 a 1932, ano que foi demitido e substituído por Washington Pires, que permaneceu no cargo até 1934. O terceiro ministro empossado foi Gustavo Capanema, que permaneceu no cargo num período mais extenso, de 1934 a 1945.

A gestão Capanema foi marcada principalmente por políticas voltadas para cultura, educação e projetos arquitetônicos. Na educação sobressaem a implementação da reforma do ensino secundário, iniciada com Francisco Campos, a criação da Universidade do Brasil, com a reforma universitária e a participação efetiva de intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Fernando de Azevedo entre outros sujeitos importantes como consultores, autores de projetos, defensores de propostas para educação e cultura no governo.

Realçamos em sua gestão, também, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Instituto Nacional do Livro, (INL) e os programas nacionais de saúde pública. As críticas à sua direção também estão presentes nos debates educacionais, sobretudo por medidas autoritárias e centralizadoras do governo Vargas. Dois marcos deste autoritarismo foram o fechamento da Universidade do Distrito Federal e o ato de nacionalização do ensino que instituiu o fechamento de escolas alemãs no sul do Brasil (CPDOC, 2017; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984).

Antes mesmo destes cenários educacionais impulsionados pela criação do Ministério da Educação decorrerem, desde a década de 1920 já havia um movimento educacional com bases político-educacionais em reformas regionais de ensino, como a Sampaio Doria em São Paulo (1920); no Ceará, implementada por Lourenço Filho (1922-1923); na Bahia, feita por Anísio Teixeira (1924); no Rio Grande do Norte por Bezerra de Menezes (1925-1928); no

nome que gerou integração e estrutura de ensino em um sistema nacional; após deixar o cargo no Ministério ainda ocupou o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal (1935) e redigiu a Constituição do Estado Novo em 1937; Foi ainda Ministro da Justiça no Estado Novo (1937-1942) e redator do Ato Institucional N 1 de 1964 (MORAES, 2002: p. 382-387).

Paraná, implementada por Lisimaco Costa (1927-1928); em Minas Gerais por Francisco Campos (1927-1928) e finalmente no Distrito Federal concretizada por Fernando de Azevedo em 1927-1930 (CPDOC, 2017).

O debate educacional se acirrou na década de 1930 a começar pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), inclusive assinado, dentre outros participantes, por estes intelectuais das reformas estaduais dos anos 1920. O Manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo e apresentava uma proposta de romper com a educação tradicional e fundamentar-se numa pedagogia moderna, com base nos métodos científicos e filosóficos, criando uma escola pragmática, comum e única a todos e sob a tutela do poder Estatal. Para os signatários do Movimento todos os indivíduos teriam o direito biológico pela educação e isso ultrapassava os limites das classes sociais. O interesse e o avanço educacional eram de caráter individual, mas em nome de um bem estar coletivo.

Apesar de apontarem no documento os erros de uma escola tradicional e os planos educacionais mal geridos pelo governo até aquele momento, os Pioneiros, em nossa opinião, não apresentavam de que modo tais mudanças e soluções deveriam acontecer, apenas expunham ideias e projetos sem uma aplicabilidade efetiva. Na verdade essa era uma característica comum naquele período, quando ocorriam grandes disputas de ideias na política que refletiram significativamente no debate do campo educacional sem muita concretude.

Segundo Ghiraldelli (2009), havia quatro projetos em disputa: o ideário liberal, católico, integralista e comunista. O ideário liberal tinha como proposta educacional algumas atribuições como igualdade de oportunidades e democratização através da escola, escola ativa e a hierarquia justificada pela competência de cada aluno. Já o ideário católico buscou espaço para o ensino religioso nas escolas e aproximação com Estado, empenhando-se em ser uma terceira via entre o tradicionalismo e o ideário da educação nova.

O ideário integralista, apesar de conservador como o católico, apresentava suas especificidades. A hierarquização social e do saber eram bem delimitadas para os integralistas, a escola consagraria a divisão entre trabalhadores da inteligência, do braço e do capital; suas políticas educacionais eram de caráter fascista e ainda contrários a coeducação. O quarto ideário citado por Ghiraldelli (2009) é o comunista, que apresentava críticas ao escolanovismo, afirmando que os interesses da classe dominante reforçavam as hierarquias sociais e a escola, nesse, padrão silenciava a realidade social. A pedagogia que defendiam era marxista, que pretendia integrar o conhecimento científico à realidade social e preparar o proletário para luta e revolução.

Diante desses acirrados debates ideológicos as disputas também se encontravam no campo editorial de manuais didáticos destinados à formação de professores e, conseqüentemente, nas diferentes instituições de ensino. O aumento significativo das publicações com a temática de História da Educação a partir da década de 1930, como já mencionamos no primeiro capítulo, se deve à introdução da disciplina de História da Educação no currículo das Escolas Normais (TANURI, 2005).

2.2.1 O manual de Afrânio Peixoto

O primeiro manual de História da Educação destinado à formação docente com expressivo reconhecimento⁵⁶ e tiragem foi escrito por Afrânio Peixoto⁵⁷, trata-se do - *Noções de História da Educação* - publicado em 1933 com atualizações em 1936 e 1942. O livro foi elaborado a partir do curso de História da Educação para professoras primárias que Peixoto ministrava no Instituto de Educação, em 1932, e possui uma estrutura muito parecida com a elaborada para o curso (GONDRA, 2011; DUARTE; GATTI, 2017).

A publicação do livro ficou a cargo da Companhia Editora Nacional⁵⁸ dentro do seu projeto Biblioteca Pedagógica Brasileira na Serie III da Coleção Atualidades Pedagógicas, destinada à formação de professores e dirigida nesse período por Fernando de Azevedo que, inclusive, convidou Afrânio Peixoto para escrever o livro. Já no prefácio, Peixoto deixa claro que por ser o primeiro, não se podia esperar muito do mesmo. “Aqui está, pois, o livro. É o primeiro dos nossos, precursor do qual não se deve exigir muito. Não poderá ter tudo. Tem, entretanto, um pouco de tudo, e até de história da educação” (PEIXOTO, 1933: p. 3).

Afrânio Peixoto, como ele mesmo afirma, faz um apanhado da evolução das ideias educacionais, desde os selvagens e primitivos, passando pela educação antiga, medieval, a educação na Idade Moderna e ainda dedica capítulos a filósofos que, a seu ver, foram importantes para esse processo, como Locke, Fröebel e Stuart Mill. O último capítulo é

⁵⁶ De acordo com a pesquisa de Diana Vidal (2001) feita nos arquivos do Instituto de Educação do Distrito Federal, em 1937, dos nove programas de ensino acompanhados de bibliografias, o livro de Peixoto estava na categoria dos mais utilizados (ROBALLO, 2009).

⁵⁷ Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947) Médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia; foi Professor Substituto de Medicina Pública na Faculdade de Direito da Bahia; foi Diretor do Hospital Nacional dos Alienados; Professor das cadeiras de Medicina Legal e Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Diretor da Escola Normal do Distrito Federal e Diretor-Geral da Instrução Pública. Foi Deputado Federal pela Bahia (1930-32); Catedrático da Faculdade de Direito do RJ (1932); Membro da ABL (1911) e seu presidente em (1923); Reitor da UDF em 1935; sua produção bibliográfica foi de 141 livros; membro do IHGB, do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, do Liceu Literário Português, da Academia Nacional de Medicina, da Academia de Ciências de Lisboa e do Instituto de Medicina Legal de Madri (LOPES, 2002: p. 659-663).

⁵⁸ Mais informações sobre a Cia. Editora Nacional no capítulo 3.

dedicado à Escola Nova e seus precursores, espaço em seu livro que Peixoto deixa claro seu posicionamento favorável às teorias e ideias do movimento.

[...] a necessidade da escola democrática, escola “única”, que reúne todas as classes da sociedade, fundindo-as, fazendo, a-parte dos regionalistas bairristas, a alma do brasileiro, capaz de amar e servir a grande a grande causa da Pátria comum... Tudo, tudo improficuamente (PEIXOTO, 1933: p. 239)

Por meio desta operação narrativa de descrever a evolução da civilização e das ideias pedagógicas, Peixoto demonstra sua intenção de destacar para o leitor, futuro professor, as lições que deve aprender com os exemplos históricos e os sujeitos de destaque que precisam reconhecer para lecionarem na escola renovada projetada. Para Gondra (2011), Peixoto estabelece isso através de um manual evolutivo, linear e enciclopédico, que está de acordo com os parâmetros de escrita de seu tempo e corresponde a um meio de alcançar, por meio da escola, uma educação integral, equilibrada tanto no aspecto intelectual, quanto moral e cívico, para assim construir uma sociedade mais disciplinada e educada.

Peixoto dedicou um capítulo para falar sobre a educação no Brasil e o organiza da seguinte maneira: numa primeira parte apresenta o que chama de “Sincronismo” que nada mais é que marcos históricos gerais e educacionais do Brasil definidos por ele desde 1500 – *Descobrimento do Brasil por Cabral até 1932 – Manifesto educacional*. O restante do capítulo é dividido em: Jesuítas; Anchieta; Pombal: subsídio literário; Monarquia (1822-1889); República (1889-1932) e Educadores brasileiros.

Chama-nos a atenção que ele cita a obra de Primitivo Moacyr *O ensino público no Congresso Nacional. Breve Notícia* (1916) - a única publicada por Moacyr até aquele presente momento - como um dos marcos educacionais dentre os sincronismos, referindo-se à temática “Código Civil” presente no livro, mas não explora esse conteúdo em seu manual, assim como outros marcos que cita entre os sincronismos.

O que o motivaria citar Primitivo Moacyr? Para nós, a estreita relação entre os dois interliga os fatos. De acordo com a pesquisa feita por Rômulo Siansi (2017), sobre a rede de sociabilidade de Moacyr, ele e Afrânio Peixoto dividiram um apartamento na Rua das Laranjeiras no Rio de Janeiro durante um período após a morte da esposa de Moacyr. Na pesquisa, Siansi ainda demonstra que Peixoto e Moacyr frequentavam vários outros eventos, todos relatados na Revista Fon-Fon. E ainda há o fato de Peixoto ter escrito de maneira elogiosa o prefácio do livro de Moacyr *A Instrução e o Império* v.1. Ocorrências que reforçam um reconhecimento mútuo de seus trabalhos.

Constatamos que há uma proximidade de escrita da História da Educação brasileira entre este manual de Peixoto e os livros fonte desta pesquisa. As semelhanças estão, principalmente, na ênfase do Estado como centralidade das discussões educacionais. Ambos autores utilizam de documentos como os *Annais* da Câmara, relatórios e *Fala do Trono* como fonte. Citam trechos de artigos constitucionais, se prendem a acontecimentos considerados marcos históricos e suas respectivas datas e dão o devido crédito aos homens que as discutem e efetivam, citando seus nomes nos livros.

Primitivo Moacyr e Afrânio Peixoto ainda compartilharam outras fontes como o livro *Instruction Publique Au Bresil* (1882) de Pires de Almeida e *A Instrução nos tempos Coloniais* publicado na Revista do IHGB por Moreira de Azevedo. Afrânio Peixoto não apresenta uma bibliografia como o faz Moacyr, mas cita alguns autores como estes mencionados e com os assuntos tratados nos seus respectivos livros, o que nos leva a deduzir o uso das fontes⁵⁹.

Eles se aproximam ainda pelo recorrente uso de reticências ao final de alguns parágrafos que nos faz pensar em ser um recurso para retratar frases com um fundo crítico e até mesmo irônico.

É a primeira ideia de intervenção, que vai fazer carreira, ate meio século mais tarde, senão mais outros meios séculos... (PEIXOTO, 1933: p.228).

E antes da promulgação do Ato Adicional (1834) que dava as províncias o dever da instrução elementar e secundaria, poucas aulas de primeiras letras foram creadas pelo governo central e muitas não providas... (MOACYR, 1936: p. 219).

A valorização dos dados estatísticos também é um ponto em comum entre os autores. No livro da *Instrução e o Império* v.1, Moacyr além de trazer esses dados numéricos da educação no decorrer de sua escrita, apresenta na bibliografia a consulta do livro de Adrien Balbi *Essais Statistiques sur le Royaume de Portugal et D'Algarve* (1822). E no seu outro livro, fonte desta dissertação, *Instrução e a República* v.1, Moacyr mantém o uso de dados estatísticos e reforça seu uso afirmando: “Não há progresso inteligente e firme em instrução pública sem uma boa estatística escolar” (MOACYR, 1941: p. 234). E quanto ao manual de Afrânio Peixoto, ao reportar-se à educação republicana também apresenta estatísticas como a taxa de analfabetos e alunos matriculados nas escolas no Brasil (PEIXOTO, 1933: p. 240-241).

A diferença que consideramos de maior destaque é que Afrânio Peixoto escreve de maneira mais claramente crítica às questões educacionais brasileiras. Ele aponta os erros e

⁵⁹ Afrânio Peixoto cita Moreira de Azevedo na página 218 e Pires de Almeida na página 234.

acertos de cada período retratando em vários trechos do texto, como esse “A República manteve a atribuição da instrução primária aos Estados. O retrocesso ainda foi maior do que no tempo das Províncias” (PEIXOTO, 1933: p. 239). Enquanto Moacyr, apesar de também demonstrar posicionamento, não o faz de maneira tão direta quanto o outro, requerendo do leitor uma atenção mais interessada.

2.2.2 O manual de Theobaldo Miranda Santos

O manual *Noções de História da Educação* escrito por Theobaldo Miranda Santos⁶⁰ teve sua primeira edição publicada em 1945 e a segunda em 1948, pela Companhia Editora Nacional, dentro do projeto Biblioteca Pedagógica no Volume III da Coleção Atualidades Pedagógicas assim como o manual de Afrânio Peixoto. O livro muda de coleção a partir de 1951 fazendo parte, então, do Curso de Psicologia e Pedagogia sem sofrer alterações em seu conteúdo e mantendo uma tiragem significativa de 5000 exemplares por ano. Feito que tornou o autor, segundo divulgação da Cia. Editora Nacional, quem mais publicou obras em toda América Latina naquele período (ROBALLO, 2009).

O convite para publicar na Editora Nacional não veio de Fernando de Azevedo, diretor da Biblioteca Pedagógica na época e quem costumava convocar para publicações, mas sim do próprio dono da editora Octalles Marcondes Ferreira, demonstrando a importância do autor (ROBALLO, 2009). Seu manual se diferenciou dos demais de seu tempo pela opção do autor em organizar as divisões dos capítulos pelas tipologias educacionais, alegando ser “mais fecundo e interessante do que a exposição monótona dos fatos educacionais em sua lenta sucessão cronológica” (SANTOS, 1945: p. 2).

Miranda Santos era adepto à pedagogia cristã e essa influência se encontra presente em seu manual, mas de uma maneira integrada a conhecimentos ditos “modernos” e típicos dos renovadores, como a crença em que a educação seria um meio para reformar a sociedade através do conhecimento científico e filosófico e ainda ressalta a valorização do trabalho, como os Pioneiros deferiam em seu Manifesto.

⁶⁰ Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) – Diplomou-se em Odontologia e Farmácia no Colégio Grambery em Juiz de Fora; professor em Escola Normal de Manhuaçu MG; em Campos – RJ foi Diretor do Liceu de Humanidades e lecionou nesta instituição Física, Química e História Natural; Catedrático de História Natural na Escola Superior de Agricultura e Veterinária e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campos foi catedrático de Ortodontia e Odontopediatria; no Distrito Federal assumiu a disciplina de História Natural no Instituto de Educação; foi professor de cátedra de Pátria de Ensino na Universidade do Distrito Federal, no Colégio Notre-Dame de Sion e no Instituto Católico de Estudos Superiores; Diretor Geral do Departamento de Educação Primária (1942); professor de Filosofia da Educação do Instituto de Educação do RJ; assumiu duas vezes a Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro e Diretor do Departamento de Difusão Cultural; teve grande produção de livros e ainda escreveu artigos para jornais e revistas como A Ordem (ROBALLO, 2012).

Queira Deus que domine na sociedade de amanhã o conceito do trabalho, considerado, não somente como instrumento de prosperidade econômica e de progresso material, mas antes e, sobretudo, como um meio de elevação da pessoa humana e de espiritualização do indivíduo e da sociedade (SANTOS, 1945: p. 508)

Sobre a História da Educação brasileira, Santos reservou apenas um apêndice em seu livro. Essa prática tornou-se comum entre os outros autores de manuais e irá permanecer usual até a década de 1960, momento que a disciplina História da Educação Brasileira ganha espaço nos currículos acadêmicos (MONARCHA, 2008). As outras características de sua escrita como discurso nacionalista, ideário de modernidade e civilidade, a crença na educação e o destaque para intelectuais responsáveis por difundir essas ideias estão presentes nas estratégias de produção e na discussão daqueles que, assim como Santos, se propunham a escrever sobre educação no Brasil naquele período; falamos aqui de médicos, engenheiros, jornalistas, educadores e demais interessados.

Santos organizou seu apêndice sobre educação no Brasil em períodos: Colonial, Monárquico e Republicano. No final de cada período o autor faz um balanço conclusivo, opinando de maneira crítica sobre os retrocessos e avanços educacionais daquela época. Ao longo de todo o texto, ele manifesta seu parecer sobre os assuntos expostos. Seu posicionamento contrário e favorável a determinadas políticas são bem enfáticos: “E assim surgiu o monstro político dos tempos modernos, o Estado Totalitário, arrogando-se o direito de ser livre para oprimir as consciências e esmagar os povos” (SANTOS, 1945: p. 508); ou ainda “E ultrapassando o período inicial de confusão e perplexidade, o regime instaurado pela Revolução (1930) entrou numa fase de trabalho metódico e construtivo, baseado nas solicitações da realidade nacional” (SANTOS, 1945: p. 503)

Na bibliografia do manual, entre outros autores brasileiros contemporâneos a Moacyr, encontramos seus livros *A Instrução e o Império* 3 volumes e a *A Instrução e a República*. Construimos a hipótese de que Santos, entre outros dados que são semelhantes e estão presentes nos livros objeto desta dissertação, utilizou, pelo menos, duas informações extraídas dos livros de Moacyr para produzir este manual. A primeira, diz respeito à Memória do Deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado quanto à necessidade de haver reformas dos estudos menores para todas as províncias. Tal memória foi publicizada pela primeira vez no livro *A Instrução e o Império* v. 1, ou seja, fonte legítima sobre o assunto.

Outro conteúdo extraído do livro de Moacyr é o trecho sobre o projeto do Cônego Januário da Cunha Barbosa, pois é exatamente o assunto do capítulo seguinte à Memória citada acima e relata conteúdo muito semelhante ao escrito por Moacyr. De todo modo, vale

ressaltar, não se trata de uma compilação ou recorte, Theobaldo Santos escreve seu texto, de modo geral, consultando as fontes, mas escrevendo a seu modo.

As semelhanças encontradas entre o manual de Santos e os dois livros de Moacyr, que identificamos são os eventos tidos como marcos educacionais em evidência como as reformas educacionais, a valorização e destaque para os intelectuais e ou políticos responsáveis por estes atos, ou seja, mais uma vez a história da educação brasileira escrita pelas ações estatais e seus homens é o assunto principal.

Os posicionamentos críticos também se fazem presente. No caso de Santos de maneira muito mais explícita que Moacyr, mas ambos à sua maneira conseguem, de algum modo, denunciar ou ao menos apontar erros e acertos que, em sua opinião ou de um terceiro citado, edificam a narrativa educacional. A seguir, apresentamos um exemplo presente em cada obra sobre a falta de escolas de ensino primário no Império, em detrimento da contraditória preferência pelo investimento em universidades.

Em seguida fala o Sr. Pedro José da Costa Barros (Ceará): Não há muito tempo ou não há muitos dias, que nós com lagrimas nos olhos pedimos aulas de primeiras letras para algumas províncias, donde se pode coligir o estado em que nos achamos; e como procuramos já de presente estabelecer universidades onde não há mestres de primeiras letras? Eu sempre desconfio de quem me promete muito; e não tendo ainda um bom colégio como nos metemos já a ter duas universidades de pancada? (MOACYR, 1936: p. 100)

Nas discussões que surgem e nos projetos que apresentam, verifica-se que a educação é compreendida como instrumento de formação da personalidade e desenvolvimento da nação. Mas o problema não sai do plano das divagações teóricas para o das realizações práticas. E o interesse dominante ainda é o ensino superior. Todo mundo reconhece a situação lamentável da instrução pública, mas nada se faz em seu benefício (SANTOS, 1945: p. 494).

De modo geral, a narrativa do texto de Santos sobre educação no Brasil é construída por fatos ligados às mudanças educacionais ocorridas por meio das ações governamentais em vigência no período, partindo de seu ponto de vista, construído por uma pedagogia cristã sob influências claras de ideários modernistas. Sublinhamos que Santos não usa fontes primárias para sua escrita, dando preferência a livros de comentadores e intelectuais da educação, algo que o diferencia de Moacyr que se dispôs a escrever sua obra tendo por base a pesquisa e recorte de documentos oficiais selecionados por ele.

O posicionamento de Santos em texto é muito claro e objetivo. Pensamos que isso faz sentido, pois, seu público alvo eram as Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia e, para formar estes estudantes da maneira como acreditavam ser possível, no sentido de construir uma nação aos moldes modernos era necessário que tomassem posicionamentos pareados na crença e valores políticos, filosóficos e científicos como os dele.

2.2.3 O manual de Raul Briquet

O manual *História da Educação: Evolução do Pensamento Educacional* escrito por Raul Briquet⁶¹ foi publicado em 1946 pela editora Renascença. Este é mais um dos manuais criados a partir de uma disciplina já existente, no caso trata-se da cadeira “Educação Nacional” que pertencia ao terceiro e último ano da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Seu conteúdo, como afirma o autor, centrará no estudo da evolução do pensamento educacional, com os “[...] vultos pioneiros da teoria educacional” (BRIQUET, 1946. p. 7).

O primeiro capítulo desta vez não é iniciado pela educação primitiva como nos dois outros manuais anteriormente citados. Neste manual o autor opta por começar pela educação grega, em que Platão e Aristóteles consideravam como um escopo ideal incutir nos jovens o culto da verdade e da justiça e finaliza seu percurso linear com a educação para a vida, que pleiteia a reorganização pedagógica por meio da escola nova, instrumento de reconstrução da experiência (BRIQUET, 1946: p.8).

A cadeira de Educação Nacional que deu origem ao manual foi, segundo Carlos Monarcha (2014), a primeira e única no ensino superior no Brasil. Seu programa de ensino era dividido em eixos temáticos que remeteriam a problemáticas lógicas, ontológicas, epistemológicas e possuía uma bibliografia extensa e requintada. O objetivo de Briquet era educar os profissionais com um conteúdo erudito e complexo e assim estabelecer uma formação de elites intelectuais e promover o progresso do saber humano.

Em seu manual, Briquet manteve esse perfil centrado em um conteúdo complexo, mas de uma maneira sintética de abordagem para ser mais didático. Seu posicionamento favorável aos ideais da Escola Nova estão bem evidentes no livro. Não podemos deixar de ressaltar, que Briquet foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação e, portanto, há toda uma lógica em traçar uma cronologia educacional que chegasse ao modelo ideal definido pela Escola Nova, que remodelaria a educação através da escola única, com bases harmônicas do trabalho mental e manual e na coeducação.

Para falar sobre a História da Educação do Brasil, Briquet separou o último capítulo de seu manual. Ele o organizou em tópicos: Brasil-Colônia, Brasil-Reino, Brasil-Império e

⁶¹ Raul Carlos Briquet (1887-1953) – Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1911); catedrático na Clínica Obstétrica e Puericultura Neonatal da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo; Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Psicanálise; membro da Academia Paulista de Letras e outras associações médicas; Participou do Inquérito de 1926 patrocinado pelo O Estado de São Paulo; Envolvido na criação da Sociedade Paulista de Filosofia e Letras; Signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; Participante da criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e membro da comissão de estudos para criação da Universidade de São Paulo. Nesta instituição foi catedrático de Clínica Obstetrícia e Puericultura Neonatal da Faculdade de Medicina e Cirurgia (MONARCHA, 2014).

República (1889-1900), seguindo, portanto, uma linearidade cronológica e ainda progressiva da educação primária e secundária até a primeira década republicana. Sua intenção, de acordo com o prefácio, ao falar sobre Educação no Brasil era expor “de modo sumário, aquilo que se fez de maior monta entre nós até fins do século passado em matéria de educação” (BRIQUET, 1946: p. 8).

Sua narrativa se diferencia da escrita dos demais manuais citados pela forma como referencia suas fontes ao longo de todo texto. Briquet insere em todos os assuntos expostos em seus parágrafos um número como referência a determinado autor encontrado em sua bibliografia denominada “Leituras”. Esta numeração vai do 1, referente a Pires de Almeida, à 17 Jose Verissimo de Matos. Dentre estes autores, Briquet cita Primitivo Moacyr na referência de número 10 com os três volumes dos livros *Instrução e o Império*.

No trecho sobre Brasil-Império, entre as oito páginas dedicadas à temática, Briquet faz referência oito vezes a Primitivo Moacyr. O autor utiliza as obras de Moacyr como fonte, estabelecendo sua própria narrativa, interpretação e crítica sobre dado momento histórico. Briquet também não consulta, ou pelo menos não indica entre suas leituras, fontes primárias como fez Moacyr. O que indica para nós certa confiabilidade que depositam no trabalho efetuado por Moacyr. Seguem dois exemplos de citação de Moacyr como fonte no manual de Briquet. O primeiro referenciando o volume I e o segundo o volume II.

Merece referência o projeto de Januário Cunha Barbosa, de 1826, para a reforma do ensino nacional. Sugeriu a inspeção escolar, a fundação do Instituto Imperial do Brasil, nos moldes do Instituto de França, com quatro classes: ciências matemáticas, naturais, sociais, literatura e belas-artes. Vedava toda e qualquer alteração no sistema de instrução pública, durante seis anos, a fim de se evitarem “modificações que não fossem ditadas pela experiência e madura reflexão”¹⁰.

Reforma Leôncio de Carvalho. Em 1878 é decretada essa reforma, a última do Império e que vigorou até à de Benjamim Constant, de 1890. Caracteriza-se pela liberdade do ensino secundário e superior, critério que culminou na reforma Rivadávia Corrêa, de 1911. Exigia, porém, a obrigatoriedade do ensino primário para as crianças de ambos os sexos, de sete a catorze anos, salvo se os pais provassem que davam aos filhos conveniente educação.^{10-II}

Recortes feito pela autora da dissertação. Fonte: BRIQUET, Raul, 1945: p. 171- 174

Outra característica importante do manual de Briquet é o acréscimo, ao final do livro, de uma Bibliografia Brasileira de Educação. Trata-se de 410 referências entre artigos, livros e congressos dentro da temática educacional. São 26 tópicos como *Cultura Educacional*,

Educação Feminina, Educação Rural e História da Educação em que cita todos os livros de Primitivo Moacyr como fonte para o assunto. Fato que reforça o reconhecimento entre os pesquisadores da educação para o trabalho de Moacyr.

Ao trazer esse número significativo de fontes para a pesquisa em educação, Briquet demonstra que não pretendia apenas ensinar conteúdos, mas também estimular o interesse pela investigação em seus leitores, como afirma Monarcha (2014). Complementamos este raciocínio com o fato de Briquet referenciar em todo seu texto sobre educação brasileira os autores que consultou para construir sua narrativa. Mais uma vez ele atesta que lhe interessava expor as fontes e assim estimular a pesquisa e o progresso do ensino.

Essa Bibliografia Brasileira de Educação foi uma iniciativa do INEP e publicada na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em volumes do número 1 ao 5 durante o ano de 1944. Sua elaboração e levantamento foram feitas a partir do ano de 1935 por técnicos da Diretoria Nacional de Educação para servir aos estudos históricos em educação. Quem suscitou tal empreendimento fora o Ministro da Educação em exercício Gustavo Capanema. As fontes foram buscadas em acervos das bibliotecas Nacional, Central Pedagógica e Municipal da Prefeitura do Distrito Federal. Monarcha (2014) ainda salienta que Raul Briquet pode ter participado da elaboração destas séries bibliográficas.

O último ponto que gostaríamos de acentuar neste capítulo é o fato de que assim como os outros manuais selecionados nesta dissertação, Briquet reserva uma pequena parte de seu livro para tratar sobre Educação brasileira. O que nos chama a atenção é que em todos estes manuais a História da Educação do Brasil não faz parte do traçado histórico cronológico que organizam sua narrativa histórica. A História educacional do Brasil é ilustrada à parte, como se não fosse uma fração da História Geral da Educação. Há algumas possibilidades para justificar, ou ao menos tentar compreender essa separação.

Para alguns historiadores daquele período a História da Educação no Brasil ainda não havia se firmado enquanto campo de pesquisa e o que escreviam – as *Noções* - serviriam ao futuro da História da Educação. Como escreve Afrânio Peixoto no prefácio do livro *Instrução e o Império* v.1, “[...] a futura história da educação brasileira, pensa o autor, modestamente, poderá agora ser feita” (PEIXOTO, 1936: p. 8).

Saviani (2008) afirma que a história da educação brasileira para estes autores de manuais didáticos era “[...] praticamente inexistente, pouco relevante, com quase tudo ainda por fazer” (SAVIANI, 2008: p. 156). Segundo ele, somente a partir da década de 1970 que surgirão manuais didáticos mais específicos e consistentes. Essa afirmativa de Saviani é oportuna para lembrarmos que esses autores de manuais da década de 1930 e 1940, escreviam

de acordo com seu tempo e o lugar social⁶² que ocupavam e para eles, apesar de se predisporem a escrever sobre história educacional e reconhecerem os trabalhos de seus pares, ainda lhes faltava um fortalecimento do campo que só será plenamente visível com a instalação dos programas de pós-graduação a partir das décadas de 1960 e 1970.

Gostaríamos de ressaltar, como ponto chave nesse capítulo, a importância do trabalho de Moacyr ser referência nestes manuais didáticos e o reconhecimento por seus pares de suas obras para a História da Educação brasileira. Pois segundo De Certeau:

[...] o que é uma “obra de valor” em história? Aquela que é reconhecida como tal por seus pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos “objetos” e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis por sua vez, novas pesquisas. O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou a ressurgência de uma realidade passada. É o produto de um lugar (CERTEAU, 2007: p. 72-73).

Primitivo Moacyr, como escreveu Venâncio Filho (1943), não pertenceu a qualquer uma das classes que se dedicou, mas isso não lhe impediu de escrever sobre educação⁶³. Certamente transitou em locais como a Câmara dos Deputados, Congressos do IHGB, *Jornal do Commercio*, eventos sociais com outros intelectuais e políticos, nas editoras em que seus livros foram publicados, enfim, talvez não tenha lhe feito falta ser membro efetivo de nenhum destes lugares sociais legitimados como espaços educacionais, pois sua sociabilidade já lhe bastava para publicar sua obra e esta ter o reconhecimento e uso como fonte importante para a História da Educação brasileira.

⁶² Lugar social como categoria definida por Michael de Certeau (2008: p. 66).

⁶³ Ao final deste mesmo texto que trata de um obituário de Moacyr, Venâncio Filho diz que em 1940 a Associação Brasileira de Educação, através de uma intervenção de Afrânio Peixoto conferiu a Moacyr, finalmente em tempo o título de sócio honorário (VENÂNCIO FILHO, 1943: p. 97).

3. UM OLHAR PARA ESCRITA DE MOACYR: OS PRIMEIROS VOLUMES DA INSTRUÇÃO E O IMPÉRIO E A INSTRUÇÃO E A REPÚBLICA

Utilizar dois livros como fonte de pesquisa requer uma dedicação que ultrapassa o entendimento de seus conteúdos propriamente dito. Observar o impresso, seu suporte físico compreendê-lo como mercadoria de uma editora, de um período em específico, também se torna uma etapa significativa para o trabalho. Por este motivo, pretende-se ater neste capítulo a uma análise destes impressos. Falaremos sobre suas edições, editoras, materialidades e significações comparativas que conseguimos construir como leitoras e pesquisadoras. Pois, como argumenta Chartier: “[...] não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor” (1990: p. 127).

3.1 O livro *Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação – 1823-1853*

3.1.1 O livro e a editora

O livro *Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação – 1823-1853* pertence à Companhia Editora Nacional, que foi fundada em 1925 por Monteiro Lobato⁶⁴ e Octalles Marcondes Ferreira⁶⁵. A Nacional surge a partir dos fundos editoriais da empresa gráfica e editora que os mesmos proprietários tiveram e que veio a falência devido às dívidas com compras exorbitantes de materiais e uma conjuntura nacional e internacional desfavorável ao empreendimento. Apesar disso, o padrão da antiga empresa foi mantido e aos poucos a Nacional foi se erguendo e firmando espaço no mercado editorial (TOLEDO, 2010).

De acordo com Eliana Dutra (2006), a década de 1930 foi marcada por um expressivo surto editorial e modernização do sistema de edição. O mercado do livro começou a ganhar espaço a partir do reconhecimento de que não se tratava apenas de um suporte físico do saber, mas também como formador social e reformador político. À exemplo da Editora Nacional, outras empresas foram surgindo como a Editora Melhoramentos de São Paulo, Editora José Olympio e Francisco Alves do Rio de Janeiro e a Editora Globo de Porto Alegre.

⁶⁴ Monteiro Lobato (1882-1948) – Cursou Direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1904); Foi Promotor Público em Areias SP (1907); Colaborador e editor da Revista do Brasil; funda em sociedade com Octalles Marcondes Ferreira a "Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato". Com o racionamento de energia, a editora vai à falência. Vendem tudo e fundam a Companhia Editora Nacional (1927); Foi adido comercial nos Estados Unidos, onde permanece até 1931; É reconhecido principalmente como escritor literário, com gênero conto, sendo as obras principais Urupês que deu origem ao personagem Jeca Tatu e as histórias do Sítio do Pica-pau Amarelo.

⁶⁵

O destaque para Editora Nacional está em seu projeto de contribuir para o desenvolvimento da nação brasileira através do investimento no livro como instrumento modernizador e, por se apresentar como agência educadora de seu público leitor com um conteúdo unificado e adequado para essa nação. Para atingir diferentes segmentos sociais, a Nacional investiu em coleções com conteúdos voltados para cada fração do mercado, o que lhe proporcionou uma organização interna especializada em projetos políticos culturais de diferentes intelectuais, uma estratégia comercial que lhe garantia selo de qualidade devido aos nomes já conhecidos e consagrados na literatura⁶⁶ que publicavam na editora (TOLEDO, 2010; DUTRA, 2006).

A Biblioteca Pedagógica Brasileira - BPB, lançada em 1931, era parte desse projeto de cunho educacional da Editora Nacional em conjunto com a iniciativa de nacionalizar a cultura brasileira através da escola, reestruturando-a com o propósito de trazer a modernidade, a civilização e a cultura para a sociedade por meio da leitura que os renovadores da educação nova vinham propondo. Fernando de Azevedo foi o sujeito convidado para a direção da BPB. Segundo Toledo (2011), o convite se deveu à estreita relação com Monteiro Lobato, mas também pelo reconhecimento de sua efetiva participação no movimento pró-educação nova, no Inquérito de 1926⁶⁷ e na reforma educacional do Distrito Federal em 1928.

Dentro da BPB há cinco séries de livros⁶⁸ que trabalhavam de maneira independente, com práticas e ritmos definidos por suas demandas de mercado e desenvolvidas por um intelectual responsável. A produção atendia públicos de todas as idades e se articulavam atendendo a necessidade de formar o leitor brasileiro com uma bibliografia completa e difusora da cultura nacional.

A Coleção Brasileira⁶⁹ pertence a V Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Para Dutra (2006: p. 301) foi o maior empreendimento editorial a reunir um conhecimento sistemático sobre o Brasil, ainda hoje sem equivalente na história da edição do país. A função da Coleção era disponibilizar e difundir livros compactos e enciclopédicos de clássicos, obras

⁶⁶ Exemplos de autores com trabalhos publicados na Editora: Fernando de Azevedo; Afrânio Peixoto; Sigmund Freud; Oliveira Vianna; Alberto Torres; Artur Ramos.

⁶⁷ O Inquérito de 1926 foi realizado pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* sob a orientação de Fernando de Azevedo. Seu propósito foi estabelecer um diagnóstico sobre a educação pública no estado de São Paulo nos âmbitos de três sessões, sendo elas: ensino primário e normal, o ensino técnico e profissional e o ensino secundário e superior (CPDOC, 2015).

⁶⁸ Série I Literatura Infantil; Série II Livros didáticos; Série III Atualidades Pedagógicas; Série IV Iniciação Científica; Série V Brasileira. Fonte: TOLEDO, 2011.

⁶⁹ A Brasileira possui um acervo online em que disponibiliza um rico material: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao> Acesso em: 10/03/19.

raras, traduções e, principalmente, assuntos brasileiros ao maior número de leitores possível e, assim, difundir um parâmetro cognitivo de compreensão do país (DUTRA, 2012).

Esse projeto cultural formador da *Brasiliana* ia ao encontro com o projeto político do Estado que se estabelecia no Brasil. Havia um interesse mútuo de formar cidadãos letrados e um perfil de nacionalidade e patriotismo através do caminho da leitura que indicava progresso e modernização, assinalando uma sociedade desenvolvida e que incentivava a cultura tal qual se observava em civilizações europeias.

Os autores que publicavam na *Brasiliana*, em sua maioria, tinham cargos empregatícios no governo, mas também transitavam na imprensa, em museus, no IHGB e no setor universitário. Eram homens de reconhecimento social e intelectual e traziam autoridade e legitimidade para a *Coletânea*. Por conseguinte, fazer parte da *Brasiliana* gerava um prestígio intelectual tanto para os autores quanto para os editores.

Segundo Eliana Dutra (2006), o próprio Primitivo Moacyr, o qual a autora define como - “[...] um dos nomes envolvidos com os diagnósticos e o destino da educação republicana no país” - Faz um registro elogioso à Editora: “A Companhia Editora Nacional, pela *Brasiliana*, prossegue na sua corajosa iniciativa de servir à nação, servir à organização e orientação do público brasileiro” (MOACYR, apud. DUTRA, 2006. p: 312).

Há fatores importantes nessas falas que legitimam tanto a figura de Primitivo Moacyr como um autor com as designações necessárias para ser convidado a escrever nesta *Coleção* e a importância de seu trabalho em si. Primeiro recordemos que Moacyr ocupava um cargo público de redator de debates e documentos parlamentares da Câmara dos Deputados entre os anos de 1898 a 1933, ou seja, ele, assim como a maioria dos autores dos livros publicados, tinha estreita relação com o Estado e isto o impulsiona com “capital de autoridade⁷⁰” para escrever na coleção.

E o segundo aspecto é sobre o próprio livro, pois, de acordo com Dutra (2006) bastava integrar a coleção que o reconhecimento quanto a sua importância para enriquecimento do debate sobre o Brasil e a qualidade da obra estavam assegurados. Moacyr publicou duas coleções dentro da *Brasiliana*; três livros sobre a Instrução Imperial, três sobre a Instrução nas Províncias e outros dois sobre Instrução pública no Estado de São Paulo. Entre os livros publicados pela coleção, havia dez livros no total com conteúdo sobre educação e Moacyr

⁷⁰ Termo utilizado por Eliana Dutra (2006).

publicou oito deles⁷¹. Portanto, sua produção tinha espaço assegurado no meio intelectual e sua figura reconhecimento entre esta circulação contínua entre imprensa e política.

3.1.2 O livro, sua materialidade e conteúdo

Como já afirmamos anteriormente, as séries publicadas pela Cia. Editora Nacional tinham uma dinâmica específica, independente, com seu público alvo e ritmo próprio de produção. A Brasileira que pertence à 5ª Série da Biblioteca Pedagógica, era voltada para um público capacitado a compreender a sistematização de estudos brasileiros, com conteúdos de documentos que auxiliavam o desenvolvimento das ciências.

O formato dos livros de cada série também possuía características próprias acompanhando, principalmente, a idade de seus leitores. Os livros da coleção Brasileira eram compactos, menores se comparados a de outras séries⁷². Suas dimensões eram 12 x 18,5 cm e apresentavam uma capa bicolor com um desenho do mapa do Brasil (TOLEDO, 2010). Nada mais representativamente nacional e patriótico que um mapa do Brasil refletindo o projeto presente na Coleção Brasileira e na Editora Nacional, de contribuição para o desenvolvimento da nação brasileira através da cultura do livro.

O livro *Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação – 1823-1853* apresenta a capa citada assim como os demais livros de sua coleção. A identidade da Brasileira está presente também em duas páginas iniciais do livro informando outros volumes publicados pela Coleção. Compreendemos essa estratégia da editora como uma forma de trazer autoridade e legitimidade para a publicação, pois apresenta autores de reconhecimento nacional como Oliveira Vianna, Pedro Calmon, Ruy Barbosa e Gilberto Freyre, demonstrando a qualidade literária de suas produções e ainda divulgando livros que poderiam interessar ao leitor.

Outros paratextos do livro devem ser esmiuçados neste trabalho na tentativa de entender um pouco mais a escrita de Moacyr. Primeiro nos cabe dizer que a definição de paratexto aqui utilizada é de Gérard Genette, citado por Chartier. Para esse autor:

O paratexto é como um “vestíbulo”, uma “orla”, ou uma “zona não só de transição, mas também de transação: um lugar privilegiado da pragmática e estratégia, de influência sobre o público [...] que [...] está a serviço de uma

⁷¹ Os outros dois livros são *A Educação Pública em São Paulo. Problemas e discussões* de 1937 escrito por Fernando de Azevedo e o outro é publicado muito mais tarde, em 1984, *A consciência didática no pensamento pedagógico de Rui Barbosa* de José Arruda Penteadó. Fonte: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/areas/9/educacao> Acesso em: 10/03/2019.

⁷² Outros formatos das séries: Atualidades Pedagógicas série III (14 x 19 cm) com capa tricolor e a Iniciação Científica série IV (13 x 19 cm) capa bicolor (TOLEDO, 2010, p: 151).

recepção melhor para o texto e uma leitura mais pertinente do mesmo” (GENETTE, 1978: p. 8-9. *Apud.* CHARTIER, 2014: p.235).

O prefácio do livro é um paratexto que desperta interesse, pois, foi escrito por Afrânio Peixoto, figura de destaque para educação brasileira, amigo de Moacyr e natural de Lençóis, na Bahia, onde Moacyr exerceu o cargo de professor de primeiras letras⁷³. Peixoto de modo geral é elogioso à obra e ao autor. Ele estabelece uma associação entre a produção de Moacyr e a do historiador Varnhagen⁷⁴, como sublinha Vidal e Faria Filho (2003) em artigo já citado. Fato que chama a atenção, por Varnhagen ter um reconhecimento no meio intelectual.

Essa associação com Varnhagen, de acordo com nossa hipótese, pode estar relacionada a alguns traços da operação historiográfica dos autores. Segundo Oliveira Lima (2015), Varnhagen dava grande valor ao momento do arquivo, apresentava preocupação na divulgação dos documentos com intuito de escrever uma história nacional unificada. Primitivo Moacyr tem um trabalho significativo com os arquivos e demonstra em suas produções essa atenção e cuidado com a divulgação de documentos através da compilação.

A crítica ao trabalho dos autores, também encontra certa proximidade. Moacyr já foi avaliado como apenas um copista, seu trabalho julgado como sem comentários e conclusões como o próprio Afrânio Peixoto afirma neste prefácio⁷⁵. O mesmo ocorre com Varnhagen neste trecho a seguir, que trouxemos como exemplo, em que Tristão Araripe⁷⁶ aponta as características positivas e negativas do trabalho de Varnhagen.

Francisco de Varnhagen [...] escreveu sem crítica e sem estilo, consumindo largas páginas com fatos somenos, quando deixava nas sombras de ligeiros traços acontecimentos notáveis, dignos de mais desenvolvida notícia. É porem autor de grandes serviços de investigação; foi ele quem despertou a necessidade, e mostrou o proveito da pesquisa de antigos documentos em bem da história nacional. [...] Se como investigador de fontes históricas tem mérito, como historiador as suas obras [...] o não realçam (ARARIPE, Tristão de Alencar, 1895: p. 289).

Para enfatizar este efeito comparativo entre Moacyr e Varnhagen, Afrânio Peixoto faz uso de uma metáfora alimentar, associando a documentação como quem dispõem “a um

⁷³ CARVALHO; MACHADO, 2016: p. 358.

⁷⁴ Perfil em anexo.

⁷⁵ No caso deste comentário de Afrânio Peixoto, sobre a obra de Moacyr ser sem comentários e conclusões, ele na verdade está enaltecendo essa opção de Moacyr, pois naquele período isso o destacava de ensaístas que muitas vezes não se dedicavam à pesquisa tal como fez Moacyr.

⁷⁶ Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais exerceu funções importantes tanto no período monárquico quanto republicano. São estes os cargos: juiz Municipal e de Órfãos do termo da comarca de Fortaleza e vila de Aquiraz; Chefe de Polícia no Espírito Santo e Pernambuco; Desembargador da Relação da Bahia; Ministro do Supremo Tribunal de Justiça; foi eleito Deputado à Assembleia Legislativa da província do Ceará; Presidente do Rio Grande do Sul e do Pará e assumiu a pasta da Fazenda no 2º Ministério do Governo Provisório. Fonte: STF <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=344> Acesso: 23/01/2019

lombo familiar, prato de resistência, que, depois de servir um dia, nos consecutivos dava ainda fatias, desfiados, silveiras, escaldados” (PEIXOTO, 1936: p. 7). Este tipo de recurso literário é utilizado para trazer familiaridade, identidade do leitor com o ato da leitura. No Brasil, as metáforas alimentares surgem com os sermões datados no século XVI e XVIII, como do Padre Antônio Vieira *Sermão de Nossa Senhora do Rosário* (1654). Já no século XX, destacam-se textos do Movimento Antropofágico, que propagava a ideia de deglutir, mastigar a cultura do outro e transformá-la em algo legitimamente brasileiro (BRUNN, 2011).

Peixoto aproveita a oportunidade e escreve no prefácio críticas ao modo como se fazia pesquisa naquele período das décadas iniciais do século XX, algo comum de se encontrar devido ao delinear que as ciências humanas, principalmente a história, estavam traçando⁷⁷. Para o autor essa história não passava de repetição, comentário e fantasia interpretativa. Porém, Moacyr distingue-se deste modo de escrita, pois ao propor-se escrever sobre educação nacional “investigou nos arquivos, nas bibliotecas, nos livros, nos relatórios de governo...”.

Apesar de diferenciá-lo por fazer essa pesquisa empenhada, afirma que Moacyr fez um livro “sem comentários nem conclusões”. Fato que discordamos, pois Moacyr comenta mesmo que de maneira discreta e apresenta conclusões breves no livro. E ainda acrescenta que a produção de Moacyr produzirá uma geração de historiadores que não o citarão, apesar de copiá-lo. Algo que nos instiga, pois se o autor produz um trabalho que Peixoto mesmo afirma ser de qualidade, por que não será referenciado quando utilizado como fonte?

E para finalizar o prefácio, Afrânio Peixoto diz que o livro contém uma originalidade que surpreenderá até mesmo os homens cultos e especialistas. Segundo ele, de maneira despretensiosa Moacyr afirma que a futura história da educação [...] agora poderá ser feita. Mas para Peixoto este livro já representava a história da educação brasileira, com suas iniciativas, as sequências de nossas ideias, a descontinuidade de nossas ações. Aqui, o autor aproveita para expor sua crítica ao processo histórico-educacional vividos até aquele momento no Brasil e, o seu histórico geral como um todo, pois sua última frase é “O Brasil é principalmente Brasil, em educação...”. Peixoto, portanto, escreveu um texto curto, mas objetivo em elogiar o autor, reconhecer a qualidade do livro e ainda evidenciar pareceres problemáticos da educação brasileira.

Seguindo na análise dos paratextos do livro, nos deparamos com o *Capítulo preliminar*. Como seu próprio título sugere trata-se de um texto que antecede o conteúdo principal. O recorte cronológico do livro, como exposto no título, está entre o ano de 1823

⁷⁷ No segundo capítulo desta dissertação discorremos mais sobre este assunto.

marco da Constituinte, até 1853, ano em que se inicia a discussão sobre a Reforma Couto Ferraz. Mas Moacyr teve o cuidado de anteceder, ou melhor, demonstrou certa preocupação em contextualizar o processo histórico e apresenta neste capítulo preliminar as ações educacionais dos jesuítas no Brasil, as leis e métodos vigentes nas Escolas Régias e no governo de Dom João VI.

É neste Capítulo Preliminar que encontramos as referências bibliográficas que se distinguem da documentação oficial consultada pelo autor. São elas: *Padre Serafim Leite. A Obra dos jesuítas em nossa terra. Conferência no Instituto de Educação. Jornal do Comercio de 8 de maio de 1934*; *Dr. Moreira de Azevedo. A instrução nos tempos coloniais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Tomo LV. Pag.143*; *Afrânio Peixoto. Cem anos de ensino primário (1826-1926). Capítulo do livro Poder Legislativo*; *Pires de Almeida. Instruction Publique au Bresil. 1882.*

É interessante observar que se trata de fontes com suporte de impressos distintos. Realçamos o uso da imprensa através do *Jornal do Commercio*⁷⁸ - em que Moacyr publicou mais de uma centena de artigos, sendo que muitos foram reunidos no Mensário do Jornal - e da *Revista do IHGB* com fontes para autor. Atualmente a imprensa é reconhecidamente um instrumento privilegiado para a pesquisa em história da educação, principalmente pelo seu papel ativo nos processos de transformações sociais, políticas e culturais (BASTOS, 2002). Já naquele período em que Moacyr escreve a imprensa tinha uma posição de autoridade nas discussões políticas, educacionais e demais temas. Por isso, destacamos este reconhecimento de Moacyr, ao utilizar estes impressos como fonte histórica para sua produção e não se prender apenas aos documentos oficiais do Estado.

O número total de referências presentes na Bibliografia são dez e, além destas acima mencionadas ainda há: *Coleção de Leis do Reino de Portugal (1759-1808)*; *Coleção de Leis do Império do Brasil (1808-1850)*; *Anais da Assembléia Geral Legislativa (1823-1850)*, *Relatório do Ministério do Império (1830-1850)* e *Essais Statistiques sur le Royaume de Portugal et D'Algarve. Paris 1822. Adrien Balbi*. A maior parte do livro é elaborada com base nas referências oficiais de governo. Nada que distancie dos padrões de escrita do período que, apesar de demonstrar avanços significativos quanto às perspectivas históricas, ainda havia forte influência positivista nas produções (GOMES, 2009).

⁷⁸ *Jornal carioca* diário fundado em 1º de outubro de 1827 por Pierre René François Plancher de La Noé. Mantendo em seu título a grafia original *Jornal do Commercio*, é um dos mais antigos órgãos de imprensa da América Latina ainda em atividade. Fonte: CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio> Acesso: 20/01/2019.

Primitivo Moacyr faz uso e cita outras referências ao longo do texto e que não constam na bibliografia. Este dado nos interessa, pois nos faz pensar de que modo ele definia as fontes históricas e as diferenciava de outras fontes. Entre as referências que não constam na bibliografia estão alguns trechos extraídos do *Jornal do Comércio*, como exemplo: *Conferência do Dr. Roquette Pinto. J. C. de 11 de Julho de 1933* (MOACYR, 1936: p. 520); *Jose de Gouveia Rego. (Jornal do Comércio de 11 de outubro de 1834)*; (MOACYR, 1936: p. 609); *Centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro de Fernando Magalhães 1932* (MOACYR, 1936: p. 394). Outra referência está nas Notas: trata-se de um trabalho de José Bonifácio, intitulado de *Memória e regime das universidades do Império* e presente no livro *Ensino superior e faculdades livres* de Dunshee Abranches publicado no Rio de Janeiro em 1905 (MOACYR, 1936: p. 613).

Os outros paratextos do livro estão fixados nas páginas finais, são eles as *Notas*, *Breve conclusão*, *Bibliografia* que já comentamos e o *Índice*. Quanto às *Notas*, trata-se de um conteúdo complementar aos capítulos que se referem. São trechos recortados e copiados por Moacyr sem comentário próprio. Já na *Breve Conclusão* Moacyr apresenta dados sobre a população brasileira. Segundo ele, metade dos cinco milhões de habitantes eram índios e negros escravos, dado do ano de 1819. O autor dá continuidade à conclusão apontando fatos como marcos históricos brasileiros desde a Constituinte (1823) até os motins na Corte e revoltas nas províncias de Pernambuco, Ceará, Maranhão, Bahia, Minas, São Paulo, de 1824 a 1848. E ao finalizar, Moacyr manifesta em um parágrafo uma comparação da educação no Brasil durante o período recortado no livro: primeiro com países americanos e até mesmo com europeus, localizando-nos não muito distantes daqueles quanto à instrução pública (MOACYR, 1936: p.614).

O balanço dos esforços feitos em prol da educação tinha que sofrer embaraços e soluções precárias inerentes a sua incipiente e agitada vida política. A situação do Brasil, no caso de instrução popular, na primeira metade do século 19 não era superior nem inferior aos países do continente americano (MOACYR, 1936: p. 614).

O livro está dividido em quatorze capítulos sendo eles: Ensino na Constituinte de 1823; Reforma Januário da Cunha Barbosa (1826); Lei de 15 de outubro de 1827; Projetos legislativos; Ensino Secundário; Ensino Jurídico; Ensino Médico; Projetos de Universidades; Ensino Profissional, Ensino Artístico; Instituições Científicas; Ensino Militar; Estatística da Instrução; Programas Escolares.

A organização dos capítulos não segue uma fórmula única e linearmente cronológica dos fatos e vigência das leis. O autor separa a maioria dos capítulos a partir de um assunto educacional, como exemplo: ensino profissional, jurídico e artístico. Isso é interessante, pois auxilia a pesquisa, já que haverá dados com datas das discussões, propostas e leis que rodeiam o assunto, demonstrando muitas vezes a origem do debate e como foi ou não levado a diante.

De modo geral, no decorrer do livro, Moacyr se apresenta de maneira discreta, mas sempre sucinta e direta quando concorda ou discorda de determinado assunto. Reconhecemos sua fala, em determinados trechos ao dar início a um parágrafo e utilizar a primeira pessoa do plural. “Assim para a breve notícia que devemos dar aqui nos limitamos a tomar as primeiras escolas no Brasil do padre português Serafim Leite” (MOACYR, 1936: p. 9). “Vimos que reunida a Legislatura, em três de maio de 1826, os dois primeiros meses foram fecundos em reclamações e iniciativas em prol da instrução popular” (MOACYR, 1936: p. 180).

Observamos que sua presença na escrita do livro está, a princípio, nos recortes dos documentos. Ele nitidamente recorta o que acha necessário estar em seu texto, algumas vezes afirma isto ao longo do livro como neste caso: “Do relatório apresentado ao ministro do Império destacamos os principais trechos para termos uma ideia do estado das aulas públicas e colégios particulares de ensino secundário na capital do Império, 28 anos após a sua independência” (MOACYR, 1936: p. 307). E também trás alguns outros projetos ou leis na íntegra e, justifica quando o faz: “É tão complicado o processo de votação, com as numerosas emendas, que só a transcrição palavra por palavra dos “anais” poderá dar uma vaga ideia do que a Assembleia aprovou” (MOACYR, 1936: p. 87).

Sua opinião muitas vezes é exposta sutilmente quanto a um projeto, lei ou discussão. E está presente ao introduzir um assunto, ao finalizar um trecho de documento ou explicando como foi conduzido. “O Imperador leu uma comprida Fala” (MOACYR, 1936: p. 71); “Falhando essas grandiosas soluções para o problema da educação” (MOACYR, 1936: p. 180); “Os meses de maio e junho foram fecundos em iniciativas sobre a instrução” (MOACYR, 1936: p. 221).

Consideramos haver ainda em seu livro certa denúncia do que não saía do papel ou permanecia apenas nas discussões dos parlamentares e não eram retomadas e ou levadas a diante. Este é um dado relevante em seu livro, pois o autor não narra apenas fatos que tornaram leis legítimas e aceitas, mas também o que ficou no meio do caminho. Podendo ser propostas boas ou ruins, porém, por algum motivo, não foram bem aceitas no momento que foram sugeridas ou somente esquecidas e engavetadas: “[...] e antes da promulgação do Ato Adicional (1834) que dava as províncias o dever da instrução elementar e secundária, poucas

aulas de primeiras letras foram creadas pelo governo central e muitas não providas...” (MOACYR, 1936: p. 219). Outro exemplo de denúncia: “Ensino elementar: desleixo na inspeção” (MOACYR, 1936: p. 192).

Quanto aos trechos de documentos recortados, Moacyr opta ou por anunciar quem está falando ou ao final de um parágrafo identifica o autor ou o documento que relata como referência. O autor faz ainda o uso de aspas para delimitar as citações, o que nos auxilia na leitura. De todo modo, há alguns trechos de documentos muito extensos que podem confundir o leitor quanto a quem está falando, o que exige uma leitura cuidadosa.

Luiz Antônio de Oliveira (2014) em sua tese apresenta reportagens de jornais que publicaram opiniões sobre o livro *Instrução e o Império* de Moacyr. De acordo com Oliveira, o comentarista Jayme de Barros (1936) do jornal *Diário da Noite* disse tratar-se de um trabalho de pura e honesta documentação, em que o autor evitou o comentário e debate, mas que isso fazia pleno sentido naquele período, pois havia uma tendência comparativa entre a instrução imperial e republicana e esta última se apresentava de maneira mais complexa.

Outros dois jornais comentaram o lançamento do livro. Em *A Ofensiva* Oliveira (2014) encontrou dizeres elogiosos à publicação, definindo-a como “verdadeiro arquivo portátil”, mas também não deixaram de emitir certa crítica quanto à falta de uma análise mais aprofundada do autor. E a outra publicação de jornal veio do *Correio Paulistano* feita por Rubens Pinheiro, que igualmente elogia Moacyr por seu comprometimento com a investigação em arquivos e fontes, o que segundo Pinheiro não era comum à época. E finaliza demonstrando compreender a ausência de comentários do autor e sua objetividade na escrita, através da oportuna fala de Afrânio Peixoto no prefácio do livro ao afirmar que essa publicação permitiria que a história da educação fosse escrita (OLIVEIRA, 2014. p: 76).

Neste livro, Primitivo Moacyr destaca aos fatos, leis, trâmites, os deputados e datas que marcam a história da educação no Brasil, a partir de sua visão enquanto pesquisador. Ele escreve uma narrativa que não segue um movimento linear entre os capítulos, e sim os separa por assunto. Por isso, muitas vezes o autor retoma temas mencionados nos capítulos anteriores e que tem uma ligação ou relação com o que fala em dado momento do livro. As referências que ultrapassam os documentos oficiais demonstram o interesse e a dedicação pela pesquisa em diferentes fontes, como o próprio Jornal do Comércio e a Revista do IHGB. Entre as 619 páginas do livro, Moacyr nos subsidia com um livro cheio de dados, fatos e discussões, que nos induz a questionar e compreender como era escrita e pensada a História da Educação em seu tempo.

3.2 O livro *A Instrução e a República: Reformas Benjamin Constant 1890-1892*

3.2.1 O Inep, o livro e Moacyr

O Inep surge a partir de uma ideia dos colaboradores do Ministro Gustavo Capanema de estabelecer um novo órgão junto ao Departamento Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Educação com o título de Instituto Nacional de Pedagogia⁷⁹, cuja função inicial seria “realizar pesquisas sobre os problemas do ensino nos seus diferentes aspectos”. A partir de 1938 com o Decreto-Lei n 580, seu nome passa a ser Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (LOURENÇO FILHO, 2005).

Após o decreto, as principais funções do Instituto passam a ser de centro de estudos de questões educacionais relacionadas ao Ministério da Educação e núcleo de seleção e orientação de candidatos ao serviço público federal junto ao Dasp (DANTAS, 2001: p. 29). Lourenço Filho descreve as funções gerais do Inep em seu artigo da seguinte maneira:

[...] organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do país e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação ministrando-lhes, mediante consulta ou independente dela, esclarecimento e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos (LOURENÇO FILHO, 2005: p. 182).

Em 1938 o Inep deu início a um projeto de pesquisa educacional que tinha como objetivo a “sistematização da documentação pedagógica do país, nos seus diferentes aspectos de legislação federal e estadual, movimento escolar e fatos dignos de aí figurarem como subsídios para a história da educação” (DANTAS, 2001: p. 127). De acordo com Lourenço Filho (2005), Primitivo Moacyr era o principal colaborador do aspecto histórico desse projeto. Ele ainda reitera que se tratava de um trabalho fatigante, pois a cada semestre novos aspectos do processo educacional deveriam ser analisados, como o surgimento de novos problemas e as mudanças de cunho demográfico, econômico, institucional e político.

Em sua tese de douramento, Andreia Dantas busca uma compreensão e justificativa para o fato de Moacyr ser o responsável pela organização desse material histórico-educacional dentro do Inep. Para isso, a autora recorre às considerações de Lourenço Filho⁸⁰, que afirma

⁷⁹ Esta primeira configuração data-se de 1937 com a Lei n 378 (LOURENÇO FILHO, 2005: p. 181).

⁸⁰ Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) – Cursou direito da Faculdade de Direito de São Paulo; Lecionou Psicologia e Pedagogia na Escola Normal de Piracicaba e depois na Escola Normal de São Paulo; foi Diretor da Instrução Pública do Ceará; Participou da fundação do Liceu Nacional Rio Branco; foi membro da Academia Paulista de Letras; foi Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo (1930); Diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal; Signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; Presidente da ABE (1934); Vice-Reitor da UDF; Membro do Conselho Nacional de Educação; Implantou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Presidiu a Comissão Nacional de Ensino Primário; Organizou a I Conferência Nacional de Educação; Catedrático de Psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia; presidiu a Comissão Especial para

que Moacyr tinha o preparo para utilizar corretamente as informações, pois se destacou com o trabalho anteriormente publicado sobre o Império e as Províncias (DANTAS, 2001).

A autora chega à conclusão que Moacyr foi convidado a publicar pelo Instituto porque seu perfil de escrita sistematizada se enquadrava nas propostas do Inep. A obra não estava pronta, havia sim uma disponibilização dos dados em acervo que necessitavam de uma ordenação e Primitivo Moacyr, assim como fez nas obras publicadas pela Companhia Editora Nacional, se dispôs a escrever os sete volumes sobre a Instrução e a República.

Outro fato que chama a atenção de Dantas é o nome do boletim mensal do Instituto *Subsídios para a História da Educação Brasileira* que tem um conteúdo muito parecido com as publicações anteriores de autoria de Moacyr e ainda a explícita similaridade dos subtítulos de suas obras *Subsídios para a história da educação no Brasil*. Essa relação, para Dantas, afirma a hipótese de que o modo como Moacyr produz história da educação era referência naquele período.

3.2.2 O livro, sua materialidade e conteúdo

A Instrução e a República: Reformas Benjamin Constant (1890-1892) é o primeiro volume de uma coletânea de sete livros publicados. Abrangendo o período de dois anos Moacyr discorre utilizando recortes de documentação oficial como os anais, relatórios ministeriais, atos de governo, discussões parlamentares e decretos, sempre introduzindo, resumindo ou finalizando com breves considerações o decorrer, trâmites e desfechos de tais passagens.

O livro não possui prefácio, assim como os outros desta coletânea sobre a instrução republicana. Algo não atípico, segundo Gerard Genetti (2009), pois não existe uma regularidade constante e sistêmica em se tratando de paratextos e, principalmente, prefácios, pois estão em constante mudança conforme o autor, as obras e suas diferentes edições, o gênero, a época e a cultura na qual estão inseridas.

O paratexto que mais se destaca nesse livro, para essa pesquisa, é o capítulo preliminar. A começar pela frase que dá início ao texto *A herança cultural que o Brasil independente recebeu do regime colonial foi minguada* o que nos leva a induzir que Moacyr não fará uma escrita elogiosa ao passado, mas sim demonstrará consequências, sejam elas negativas ou não, para o Império e o presente republicano. Nitidamente consultando seus livros já escritos e publicados pela Cia Editora Nacional, Moacyr expõe, de modo compacto,

as reformas educacionais e são elas: Reforma Leôncio de Carvalho; Reforma Rui Barbosa; Reforma Almeida e Oliveira; Reforma Mamoré; e outros dados discutidos no Congresso Nacional sobre a instrução.

Ainda no capítulo preliminar, mais uma vez utilizando seus livros como referência, Moacyr fornece dados sobre a instrução em cada Província brasileira. Entre as informações presentes estão o ensino secundário e primário, cursos superiores instalados, as cadeiras disponíveis, as reformas adotadas e as despesas com a instrução a partir da renda pública arrecadada pela província.

Essa última informação não é repassada igualmente para todas as províncias, o que demonstra dificuldades na coleta de dados, ou mesmo inexistência desses. Moacyr não informa os valores arrecadados das províncias da Paraíba e Mato Grosso; a data que os dados foram coletados também se distingue, apesar de estarem localizados na década de 1880. Para seis províncias (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte) apresenta apenas o valor em porcentagem das despesas com instrução sem expor o valor em números e a renda total arrecadada; quanto às demais províncias (Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás) o autor fornece o valor em números da despesa com a instrução e a despesa geral da renda pública.

Para entender e melhor evidenciar esses dados, montamos um quadro que está em anexo nesta dissertação⁸¹, na qual tomamos os dados estatísticos em porcentagem das províncias que apresentavam informes de renda pública total e da instrução em valor numérico. Entendemos que se trata de dados importantes e nosso objetivo foi organizar e disponibilizar para futuras pesquisas os dados que Moacyr fornece, ampliando cada vez mais as possibilidades de pesquisa, fontes e objetos para a História da Educação.

Dando prosseguimento à análise do livro, os outros paratextos se encontram nas páginas finais, como a bibliografia. Nela o autor apresenta apenas três documentos oficiais: Atos do Governo Provisório (1890-1891); Relatório do Ministério da Instrução (1891) e Anais do Congresso Nacional (1891). Em nossa leitura, constatamos ainda uma sugestão de leitura feita por Moacyr. Trata-se de um texto publicado no *Jornal do Comércio*, em 1852, por Francisco Otaviano, no qual o autor, segundo Moacyr, “faz uma interessante exposição do estado da instrução na Europa e Estados Unidos, comparando-a com a do Brasil” (MOACYR, 1941: p. 37). Outra referência não citada na bibliografia está presente nas Notas, referindo-se

⁸¹ Anexo 3.

a um trecho do discurso do general Tarso Fragoso sobre Benjamin Constant (MOACYR, 1941: p. 257).

As notas, para além desse trecho do general Tarso Fragoso, incluem uma passagem do relatório de Araripe Júnior, diretor da Diretoria de Instrução do Ministério do Interior, datado em 1897, no qual o autor opina sobre a reforma Benjamin Constant e as modificações que julgava necessário efetuar para colocá-la em prática. O livro não possui conclusão e encerra suas páginas com o índice.

Os capítulos do livro somam vinte e quatro. São eles: Ministério da Instrução, Reforma do ensino primário e secundário; Relatórios do inspetor geral; Ensino normal; Pedagogium; Ginásio Nacional; Conselho de Instrução Superior; Exames de preparatórios; Escola Politécnica; Escola de Astronomia e Engenharia geográfica; Escola de Minas; Faculdades de Direito; Faculdades de Medicina; Escola Nacional de Belas-Artes; Instituto Nacional de Música; Instituto Nacional de Cegos; Docência; Ensino Militar; Escola Naval; Museu Nacional; A instrução no Distrito Federal; Despesas com a instrução; Projetos Legislativos.

O uso de itálico está presente na escrita desse livro. Nos questionamos quanto a autoria deste uso de itálico ao longo do texto, se realmente partiu de Moacyr, como achamos mais provável, ou trata-se de uma intervenção da editora e o formato que empreendiam em seus livros. Pelo teor das passagens em itálico, entendemos que destaca um fato, mais relevante ou uma opinião “falta de pessoal docente devidamente habilitado, dispõem apenas de fraquíssimos recursos materiais e carecem absolutamente de uma verdadeira orientação pedagógica” (MOACYR, 1941: p. 254).

Diferente do que ocorre no capítulo preliminar, em que Moacyr faz uso e resume seus próprios escritos, os capítulos que se seguem há uma presença mais discreta do autor. Afirmamos que a seleção e recorte dos documentos seja a primeira forma do autor se impor no texto, ou seja, ele não faz recortes desinteressados, há sim uma lógica e escolha minuciosa de conteúdos. Em alguns dos capítulos Moacyr introduz e resume a temática que será abordada. Um exemplo relacionado ao capítulo sobre a Escola Naval:

A Escola Naval tem por fim a instrução e a educação militar marítima, teoria e prática, dos jovens que se destinarem ao serviço da Armada. O ensino geral compreende: o curso prévio para aspirantes e guardas-marinha; e o superior para alunos; e as viagens de instrução para aspirantes guardas-marinha alunos e guardas-marinha confirmados” (MOACYR, 1941: p. 217).

Quando não há essa introdução do autor, gera certa dúvida inicialmente de quem está falando, o que requer paciência para chegar ao fim do assunto e ver a referência, tratando-se

em maioria de decretos. Segundo Oliveira (2014) alguns colunistas de jornais sugeriram que Moacyr indicasse a fonte antes de iniciar seu texto para facilitar a consulta, mas o autor preferiu manter nos volumes seguintes a mesma forma de escrita. Outro recurso para iniciar parágrafos são as datas que são marcos educacionais para Moacyr e demonstram sua preocupação e atenção com a cronologia. Para exemplificar: “1890-1891 – o governo provisório não poupou sacrifícios às escolas de belas-artes e deu o primeiro passo para seu desenvolvimento” (MOACYR, 1941: p. 182).

No capítulo *A Instrução no Distrito Federal*, Moacyr ultrapassou o recorte estabelecido no título do livro, que exibe 1890 – 1892 estendendo-se ao ano de 1897 para relatar sobre o Pedagogium. Este estabelecimento de ensino profissional integrava a Secretaria de Estado de Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e era ainda subordinado à Inspeção-Geral de Instrução Primária e Secundária da Capital Federal. Sua finalidade era determinada pelo decreto número 667 de 16 de agosto de 1890, tendo o primeiro artigo assim definido:

Art. 1º O Pedagogium tem por fim: Constituir-se centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrução nacional, offerecendo aos professores publicos e particulares os meios de instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado (BRASIL, 1890, p. 1877).

Em seu livro, Moacyr selecionou falas e relatórios, principalmente do diretor do Pedagogium, o Dr. Menezes Vieira, para elucidar como se dava o funcionamento da instituição com sua instalação, material disponível, a biblioteca e a Revista Pedagógica⁸², sua função e importância no cenário educacional republicano e como se deu seu fim com as dificuldades orçamentárias que passou. Para elucidar esse momento, Moacyr cita passagens como a fala do Dr. Fernando Lobo, titular da pasta do Interior, com pedido para que mantivessem o Pedagogium e não dividissem sua função e distribuísse suas coleções em outros estabelecimentos educacionais. Segundo Gondra (1997: p.381), a própria Revista Pedagógica foi utilizada como instrumento de campanha para reforçar a importância do museu e suas atividades junto à comunidade escolar.

Moacyr, ao reportar-se sobre o Pedagogium, percorreu os anos que a instituição funcionou, com sua Revista, conferências, cursos e material disponível até 1897, ano em que os serviços do Pedagogium foram transferidos para a administração do Distrito Federal. O autor não se limitou a falar apenas do funcionamento do Pedagogium no recorte estabelecido

⁸² A Revista Pedagógica foi o primeiro periódico especializado em questões educacionais financiado pelo poder público republicano, e que circulou entre 1890 e 1896 (GONDRA, 1997: p. 374).

em seu livro, mas explorou todo o contexto e as discussões que permearam suas atividades de modo integral. O que para nós demonstra sua atenção à narrativa e ao processo histórico desencadeado.

Quanto à sua opinião sobre o conteúdo dos documentos recortados, Moacyr se posiciona apenas duas vezes. Em um primeiro momento após a fala do Inspetor geral de Ensino Ramiz Galvão sobre a instrução primária, Moacyr apenas afirma ao final: “*Não é preciso comentários*” (MOACYR, 1941: p. 66). A segunda vez que o autor se posiciona está no sutil uso de um adjetivo numa referência bibliográfica: “Conclusões de um minucioso relatório do diretor Dr. Meneses Vieira” (MOACYR, 1941: p. 91 grifos nosso).

De acordo com Oliveira (2014), Primitivo Moacyr considerava a *Reforma Benjamim Constant* das mais destacáveis, pois conseguia envolver desde a instrução primária à superior. E ainda apresentava um objetivo ousado de organizar e moralizar os segmentos secundário e superior. No livro, o autor buscou evidenciar os princípios gerais da Reforma, seus debates, entraves e as conjunturas possíveis que conduziam as propostas (OLIVEIRA, 2014; 2015).

Como neste livro Moacyr trabalha apenas com as Reformas Benjamim Constant, o número de documentos e fontes são mais restritos. De todo modo, é uma fonte diferenciada por abordar como as leis foram trabalhadas e os trâmites que induziram sua efetivação. Ter a oportunidade de ver no capítulo preliminar um texto totalmente escrito por Moacyr e partindo de suas próprias fontes dos livros anteriormente escritos nos possibilita compreender o modo como o autor entende e lida com a escrita da História da Educação.

3.3 A comparação entre os livros

Selecionar dois livros entre os quinze volumes publicados por Primitivo Moacyr não foi tarefa fácil, visto que há um conteúdo vasto e diverso dedicado à educação brasileira que muito nos instiga e interessa. Para efetuar uma comparação, exige-se muito mais que leituras e conhecimento da obra. Sem contar as questões de interpretações e leituras de cada um, como bem expressa Chartier:

O texto implica significações que cada leitor constrói a partir de seus próprios códigos de leitura, quando ele recebe ou apropria desse texto de forma determinada (CHARTIER, 1998: p. 152).

Mas ele ainda nos alerta:

Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura, os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler (CHARTIER, 1988: p. 77).

De todo modo, estabelecemos critérios que justificam nossa escolha e o direcionamento de nossa leitura certamente também tomou um rumo a ser alcançado a partir das perguntas e objetivos que nos dispusemos estabelecer. Primeiramente o que justifica a escolha destes dois livros é que ambos contam com uma abrangência da história da educação que os demais de suas coletâneas não possuem. Debatem educação desde o ensino primário ao superior e ainda em nível nacional. Além desse importante fator, os dois são livros inaugurais de suas coletâneas e os únicos a apresentarem, em suas edições, a lista de bibliografia e um capítulo preliminar ao conteúdo. Esses aspectos ampliam as possibilidades de comparar e compreender as escolhas historiográficas de Moacyr.

Ao ter os dois livros em mãos temos a primeira impressão: são livros de números de páginas diferentes. O do Império possui 619 páginas, enquanto da República possui 261 páginas, ou seja, menos da metade. Logo percebemos ser pela extensão do tema e do tempo abordados no livro do Império, pois tem um recorte cronológico de 30 anos (1823-1853), e da República de dois anos (1890-1892). Seria compreensível, portanto, presumir também que a bibliografia do primeiro livro fosse mais extensa e variada que o da República. Levantamos aqui algumas questões: por que os livros da coleção sobre a instrução imperial são mais extensos?

Entre as possibilidades de resposta poderia ser por uma questão de padronização imposta pelas editoras distintas e ou coleção da qual pertencem. Ou pode ser também uma decisão de Moacyr. E o que isso pode significar? Para nós, a possibilidade do distanciamento temporal, ou seja, escrever sobre história do passado como uma escrita mais legitimada naquele período proporciona maior amparo para escrever mais sobre o período imperial que sobre o período republicano.

O que nos faz pensar nesta hipótese é que a história tradicional tinha espaço assegurado entre os historiadores contemporâneos a Moacyr, como discutido no capítulo 1 desta dissertação. Podemos comprovar com o trecho recortado da Epítome de História Universal de Jonathas Serrano⁸³ destinado ao Colégio Pedro II, Escola Normal do Distrito Federal e outros estabelecimentos de instrução da Capital da República e dos Estados, ao reportar-se à importância da história:

A história é como um grande reservatório da humanidade, a quase incalculável soma de experiência acumulada no longo envolver da nossa espécie. Estudar bem a história é abranger com o pensamento tudo que há de grande entre os homens, e

⁸³ Perfil em anexo.

seguir, por assim dizer, o fio de todas as questões do Universo (SERRANO, 1942: p. 16).

Mais um ponto que pode reforçar nosso argumento é que no capítulo preliminar do livro *Instrução e o Império* v.1, com recorte cronológico mais distanciado do presente de Moacyr, é que o autor faz uso de fontes mais variadas, citadas em sua bibliografia. Tratar do passado numa perspectiva histórica, com processos finalizados, oferece mais oportunidades para a escrita e, em geral, e menos comprometedor.

Ainda sobre os capítulos preliminares, tratando distinções entre os livros, observamos que no livro sobre a instrução imperial, há um número maior de referências bibliográficas citadas por Moacyr, como poucas falas introdutórias do próprio autor. Já no livro da instrução republicana, todo o texto preliminar é construído a partir dos dados obtidos em seus livros anteriormente publicados que fazem parte da coleção sobre Império e Províncias. Essa é a característica mais distinta entre eles.

Sublinhamos, ainda, uma observação interessante entre esses capítulos que é a referência ao *Jornal do Comércio*. No livro do Império, Moacyr cita a fonte: *A obra dos jesuítas em nossa terra*, do Padre Serafim Leite, publicado em 1934; e no livro sobre a educação republicana: Em 1852 Francisco Otaviano nos seus “Estudos administrativos” (publicados no “*Jornal do Comércio*”) fazia uma interessante exposição do estado da inserção na Europa e Estados Unidos, comparando-a com a do Brasil (MOACYR, 1941: p. 37).

Quanto ao índice dos livros, no livro do Império há mais detalhes do conteúdo de cada capítulo, enquanto no livro sobre a educação republicana Moacyr é mais direto, apesar de apresentar um número maior de capítulos neste último⁸⁴. Quanto às *Notas*, no livro do Império as notas são separadas pelos temas dos capítulos, e são dados complementares aos fornecidos neles, sendo alguns retirados do *Jornal do Comércio*. Já as *Notas* do livro da República são, na verdade, um texto em que Moacyr recorta um trecho do discurso elogioso do general Tarso Fragoso sobre Benjamin Constant e outro trecho do Relatório do Dr. Araripe Junior, diretor da Diretoria de Instrução do Ministério do Interior de 1897. Em ambas as notas não há uma fala de Moacyr, apenas sua seleção de trechos que considera complementar ao seu livro.

Quanto ao conteúdo propriamente dito dos livros, efetuamos um quadro comparativo a partir dos capítulos com temáticas e títulos próximos ou iguais como indicado a seguir:

⁸⁴ Imagem dos índices em anexo.

QUADRO 2 - Capítulos dos livros com conteúdos semelhantes

A Instrução e o Império: subsídios para a História da Educação no Brasil 1823-1853 (1936)	A Instrução e a República: Reformas Benjamin Constant 1890-1892 (1941)
Ensino Jurídico (p.320-387)	Faculdades de Direito (p.141-154)
Ensino Médico (p.388-454)	Faculdades de Medicina (p.155-167)
Ensino Artístico (p. 501-507)	Escola Nacional e Conselho Superior de Belas-Artes (p.169-176)
Ensino Militar (p.536-553)	Ensino Militar (p.201-215)

Quadro elaborado pela autora da dissertação.

No capítulo *Ensino Jurídico*, Moacyr expõe a criação do curso provisório com os planos de estudos incluído, material, exames preparatórios, referências bibliográficas, disciplinas sob autoria do Visconde de Cachoeira com a data de 1825. Ele segue o texto com o projeto do Deputado Marcos Antônio de Souza e a discussão do projeto no Plenário em 1826, a criação do cursos jurídicos de São Paulo e Olinda pela Lei de 11 de agosto de 1827, com seus estatutos aprovados por Decreto em versão final no ano de 1831. Por último Moacyr trás a fala do Ministro Lino Coutinho sobre a Academia paulista e resoluções sobre os cursos jurídicos desde 1832 a 1853.

Em *Faculdades de Direito*, Moacyr fala sobre os cursos das faculdades de direito, sendo eles ciências jurídicas, ciências sociais e notariado. Há informações sobre as cadeiras dos cursos, exames preparatório, os funcionários destas instituições, substitutos, lentes, diretores, os cursos livres que oferecem e requisitos para matrícula. O autor reserva parte do texto para falar sobre as faculdades estaduais, estabelecimentos particulares e a criação de faculdades livres e cursos anexos através de Decretos.

Já em *Ensino Médico*, encontra-se na maior parte do texto projetos legislativos que foram apresentados e discutidos na Assembleia, sendo estes projeto de Manoel Odorico Mendes, Deputado pelo Maranhão e do Deputado Lino Coutinho, que era professor da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, como informa Moacyr antes de apresentar sua fala. curiosamente, relatando os debates, Moacyr cita uma fonte para além das discussões da câmara: No livro *Centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* de 1932 do Professor Fernando Magalhães há o seguinte comentário (MOACYR, 1936: p. 394) e em seguida reproduz a tal fala. Mais adiante, o autor expõe mais projetos com suas emendas e sugestões de mudanças,

relatórios com falas de deputados, ministros do Império e o projeto de reforma Soares Meireles todo detalhado com sua lei de 1832.

Faculdades de Medicina é um capítulo focado no curso profissional de medicina, mas também em farmácia, cirurgião dentista e parteira como cursos anexos, com todos os dados já legitimados por leis e decretos. Moacyr expõe os exames preparatórios, disciplinas dos cursos, laboratórios, professores e catedráticos e suas carreiras, inclusão das mulheres nos cursos e alguns dados estatísticos de matrícula e aprovações:

Na Faculdade de medicina da Baía matricularam-se 110 alunos, sendo 96 no curso medico, 13 no farmacêutico e 1 no odontológico; e inscreveram-se 114 para frequentar os laboratórios. Tendo-se inscrito para exames nas duas épocas do ano, 25 alunos que os prestaram em número de 900, obteve-se o seguinte resultado: aprovações distintas 6, plenas 648, simples 196, reprovações 50. Defenderam teses 64 doutorandos, que foram aprovados (10 distinções e 54 plenas) (MOACYR, 1941: p. 167).

No capítulo *Ensino Artístico*, um dos mais curtos do livro, Moacyr exhibe o decreto de criação da Academia de Belas Artes com todos seus adendos de salários dos professores, idade de frequência – 12 a 18 anos; tempo de aula – todos os dias 09 às 13h, exceto pintura histórica que iria de 11h às 14h e a divisão em ramos profissionais. A continuação do texto se dá por uma divisão cronológica entre o ano de 1832 a 1848 com marcos que o autor julgou importantes. Trata-se, basicamente, de relatórios, planos e decretos.

Quanto ao capítulo *Escola Nacional e Conselho Superior de Belas-Artes* há no parágrafo introdutório uma breve fala de Moacyr dizendo a que se destina e o que compreenderá tal curso. Seguidamente o autor traz as características dos cursos, com as divisões de seções, horário das aulas – entre 09 e 16h, pessoal administrativo, conselho superior, diretor, professores, matrículas. Há também a elaboração de projeto de reforma, descrição de competição de artes, estatutos e algo distinto dentre os documentos usados como fonte por Moacyr, é um relatório do diretor da Escola, com os dados estatísticos internos à instituição.

Em *Ensino Militar*, no livro da instrução imperial, Primitivo Moacyr apresenta os cursos oferecidos pela academia militar, sendo eles de matemática, curso militar e curso de construção naval e os requisitos para admissão “a congregação somente admitira à matrícula os cidadãos brasileiros; os estrangeiros deverão apresentar licença do governo; ter 15 anos de idade, conhecimento da gramática, de língua vulgar e das quatro operações de aritmética e saber traduzir francês e inglês” (MOACYR, 1936: p. 540). Ainda expõe dados sobre professores, oficiais, o observatório astronômico e o funcionamento da Escola. Um dado considerável presente no texto é o de separação da Academia de Marinha da Academia

Militar, em 1833, feita por decreto assinado pelo ministro da Guerra Anthero José Ferreira de Britto. No final do capítulo temos a informação de que a Academia da Marinha foi, por decreto de 1839, transferida para bordo de um navio. Outros decretos sobre a Academia Militar são implantados, com alterações e também novos estatutos.

E o capítulo *Ensino Militar* do livro da instrução republicana, diferente da maioria dos demais capítulos, não começa com um parágrafo introdutório com fala de Moacyr. E sim com um trecho extenso de decreto sobre ensino militar nas escolas regimentais, militares, curso de três armas, escola superior de guerra e engenharia. Expõe, na sequência, sobre a criação do Colégio Militar, em 1889, com admissão de maiores de 8 anos e menores de 13 anos, outras características como comando do colégio, duração e tempo de aula, regras para professores e curso preliminar. O último e interessante aspecto retratado são as escolas militares no Brasil, com alguns dados estatísticos e funcionamento, sendo estas escolas: Escola Militar da Capital Federal; Escola Militar do Rio Grande do Sul; Escola Militar do Ceará; Escola geral de tiro do Campo Grande; Escola Tática e de Tiro do Rio Pardo; Escola de aprendizes artilheiros e a Companhia de aprendizes militares de Ouro Preto.

Após esta apresentação dos conteúdos dos capítulos estudados algumas considerações podem ser apontadas. De modo geral, o que marca a escrita de Moacyr nestes dois livros analisados é a centralidade do Estado, seus documentos, as falas, decretos, leis, projetos e discussões dos homens de governo como temática, fonte e escrita histórica. Alguns destes documentos são dados na íntegra, mas em sua maioria há um recorte promovido por Moacyr de partes que julga mais importante para compor sua narrativa.

Há um critério estabelecido pelo autor para isso? Provavelmente existe, mas não explicitado. Nossa hipótese é que Moacyr eleja níveis de importância para cada documento tratado e isso lhe impulse recortar o que acha necessário expor ou optar pela cópia integral. Para organizar tais fontes, o autor usa alguns recursos como aspas para delimitar as falas e os recortes ou usa datas para marcar os fatos e trâmites em questão.

Entre as diferenças dos capítulos observamos que há mais debates, emendas e propostas de leis nos capítulos do Império do que naqueles que discorre sobre a educação republicana. Perguntas surgem: havia uma maior abertura para o debate dentro da Câmara dos Deputados no governo imperial? Ou trata-se do fato desse período ainda ser um momento inicial de criação de leis e decretos e por isso mais movimentando com sugestões e discussões parlamentares?

Dando prosseguimento às observações dos capítulos vemos que há mais dados estatísticos nos capítulos do livro da República. Apesar de haver, sim, dados numéricos no

livro do Império, quando comparamos os dois há uma ênfase maior nesse tipo de dado no livro da República. Certamente este fator pode estar ligado ao interesse do Inep – instituição em que Moacyr publicou a coleção da Instrução e a República - em colher e disponibilizar dados estatísticos juntos com outras fontes de documentação, como dito por Lourenço Filho (2005). Também não podemos descartar a possibilidade de haver mais dados estatísticos no período republicano, pelo investimento que teve início ainda no governo Imperial 1871 com a criação da Diretoria Geral de Estatística, que passou por uma renovação em 1907 com os primeiros volumes de divulgação de estatísticas oficiais destinada exclusivamente ao ensino. Além disso, obras sobre estatísticas da educação foram publicadas em seguida, são elas o *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional* de 1908, *Anuario Estatístico do Brazil* no mesmo ano, em 1916 é publicado o volume Estatística da Instrução e em 1927 temos o *Ensino Primário: Resultados provisórios do Inquérito* (GIL, 2009). Mais tarde, no Governo Vargas, foi criado em 1931 o Departamento Nacional de Estatística, que a partir de 1938 é renomeado como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ⁸⁵.

Quanto às características similares entre os capítulos realçamos a elucidação do funcionamento das instituições superiores e escolares. Falamos aqui das disciplinas, materiais, exames preparatórios, cursos anexos, função dos professores e demais funcionários que Moacyr empenhou-se em expor. Essas informações são fonte interessante para a pesquisa em educação em diferentes áreas do campo como na história das instituições escolares, das disciplinas, formação docente, práticas educativas e metodologia de ensino dentre outras.

A maneira discreta de opinar em seu texto fica um pouco mais evidente nos capítulos da instrução republicana. No livro do Império há mais comentários no início e também no final dos recortes de documentos. “O debate sobre o projeto Lino Coutinho não oferece interesse” (MOACYR, 1936: p. 394). Já no livro da República, reconhecemos sua presença mais marcadamente na introdução de alguns capítulos, como no capítulo Faculdades de Medicina. As faculdades de medicina e farmácia são instituições públicas entretidas a expensas do Tesouro federal e subordinadas em tudo que lhes for concernente ao ministério da Instrução Pública (MOACYR, 1941: p. 155).

⁸⁵ Fonte: <https://memoria.ibge.gov.br/sintese-historicas/linha-do-tempo.html> Acesso em: 14/03/2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscamos compreender as escolhas historiográficas de Primitivo Moacyr, partindo da seleção de dois livros do autor *A Instrução e o Império: subsídios para História da Educação no Brasil -1823-1853* (1936) e *A Instrução e a República: Reforma Benjamim Constant -1890 – 1892* (1941). Nosso objetivo principal foi compreender em que medida a escrita de Moacyr se aproximava ou distanciava da produção historiográfica a ele contemporânea. Para isso, partimos da construção do contexto histórico e das produções presentes na Revista do IHGB e manuais didáticos de história da educação comparando-as com as produções de Moacyr. A hipótese que permeia nosso trabalho é de que Primitivo Moacyr foi um historiador de seu tempo. Sua produção ultrapassa a cópia desinteressada e se aproxima da escrita de outros historiadores contemporâneos.

Para efetuar nossa proposta utilizamos a metodologia bibliográfica. O foco de nossa investigação foi a leitura crítica e comparada dos livros selecionados para a pesquisa. Em seguida partimos para uma análise dos trabalhos que têm Primitivo Moacyr e sua produção como objetos de pesquisa, para dialogar e delimitar a nossa pesquisa dentro do campo investigativo. O contexto e a atual discussão sobre o campo histórico educacional também corroboraram na compreensão e justificativa para nossa proposta. As outras fontes lidas e analisadas foram a R.IHGB entre os anos de 1930 e 1940 e os manuais de Afrânio Peixoto, Theobaldo Miranda Santos e Raul Briquet.

As discussões e conceituações teóricas foram essenciais para substancializar e sustentar algumas discussões sugeridas no texto, como as pesquisas, teses e considerações de Ângela de Castro Gomes (2009), Manoel Guimarães (1988; 2002) e Lilia Schwarcz (1993) com trabalhos legitimados dentro do campo historiográfico sobre o IHGB e seus partícipes. Apropriamos de considerações sobre a operação historiográfica em Michel de Certeau (2007) para falar de práticas, funções e escritas históricas e lugar social. Enveredamos sobre o conceito de paratexto a partir de Gerard Genette (2009); e, finalmente, tomamos as considerações de Roger Chartier (1990; 1998; 2014) sobre o universo do livro, edição e leituras. Toda esta base textual demonstra nosso interesse em unir e dialogar com a historiografia brasileira, a História Cultural e as fontes recorrentemente presentes na História da Educação, fortalecendo e ampliando as possibilidades de pesquisa no campo.

O contexto no qual Moacyr escreveu e, no caso do livro da instrução republicana, vivencia, foi um período de consideráveis mudanças no campo educacional, com as reformas, leis e criação de instituições educacionais. Foi também um período de expansão e

consolidação do processo de escolarização desencadeando o crescimento de instituições de formação docente, estimulando o mercado de livros e de manuais didáticos. As ciências humanas e sociais sofreram um processo de institucionalização, que também fez surgir novos conteúdos e temas investigativos fomentando debates, principalmente voltados para ideais escolanovistas de modernidade, coeducação, escola única e progresso social pelas vias educacionais.

Neste cenário os debates históricos estavam também acalorados dentro do IHGB, onde discutia-se a cientificidade da História, as funções da História, do próprio Instituto e o lugar da disciplina dentro das ciências humanas e sociais. Mas em nossa pesquisa com a R.IHGB pudemos observar que em mais publicações ainda permanecia certo conteúdo ligado às biografias dos grandes homens da História, livros reproduzidos na íntegra, artigos de jornal, e as sessões com assembleias, votações, discurso de posse, homenagens póstumas e necrológio dos sócios. Esses conteúdos permaneceram recorrentes na R.IHGB nos possibilitaram traçar as proximidades com a escrita de Moacyr.

Mas antes de chegarmos a essa conclusão, justificamos a escolha pela R.IHGB para utilização no trabalho e a relação direta de Moacyr com o Instituto. Segundo Schwarcz (2005) a Revista era a forma que os membros do IHGB tinham para legitimar, fortalecer e incutir na sociedade as concepções históricas de seu interesse. Para nós este impresso é visto como fonte extensa com temas e historiadores diversos e, por isso, rico em possibilidades de pesquisa.

Quanto à relação de Moacyr com o IHGB, o que se tem comprovação até o presente momento foi sua participação nos eventos promovidos pelo Instituto: III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia em Porto Alegre, no ano de 1940, onde o autor apresentou o artigo *O ensino comum e as primeiras tentativas de sua nacionalização na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. Outro evento foi o III Congresso de História Nacional, em 1942, no Rio de Janeiro, com o artigo *A instrução primária e secundária no município da Corte na Regência e Maioridade*.

Constatamos com essa pesquisa que Moacyr não era alheio ao que ocorria no IHGB, pois ele foi convidado a participar de dois congressos importantes dentro do campo histórico, apresentando em cada um deles conteúdos diferentes sobre a instrução brasileira. Outro fator que aproxima Moacyr das publicações do Instituto é o interesse na divulgação de documentos e isso inclui a publicação na íntegra dos mesmos. Uma característica importante comum é a presença do Estado, seus grandes eventos, seus grandes homens como temática ainda central da escrita histórica. Para confirmar essa argumentação apresentamos trechos desses impressos para ilustrar e comprovar a argumentação.

Já os fatores de distanciamento entre a escrita presente na R.IHGB e a escrita de Moacyr em seus livros selecionados para a pesquisa, estão ligados primeiro à heterogeneidade dos membros do IHGB, como defende Gomes (2009): o perfil de historiador no início do século XX ainda estava em aberto, portanto, por mais que tenhamos encontrado fatores aproximados com Moacyr, outras características saltaram para outras vertentes.

Alguns historiadores já apresentavam níveis altos de discussão, reconhecimento do debate historiográfico europeu, questionamento sobre conceitos históricos e outros caminhos que distanciam da escrita de Moacyr, ainda tímida quanto a um posicionamento crítico, uso de poucas fontes, sem qualquer reflexão sobre a escrita da História. Sua narrativa é construída pelo recorte de determinados trechos acompanhados de pequenos comentários ou o resumo dos fatos, sem formular questionamentos mais elaborados sobre aquele proceder histórico, em que pese alguma opinião de maneira mais direta e rasa.

Não podemos deixar de considerar que este decurso heterogêneo da escrita historiográfica que vinha substituindo aos poucos a história tradicional por uma história mais analítica, pode explicar o apagamento de Moacyr no campo histórico educacional, comprovadamente pela falta de trabalhos como teses e dissertações com sua obra e o sujeito como objetos da pesquisa. Ou seja, o fato de Primitivo Moacyr não ser um autor que apresenta mais fontes, fundamentações teóricas, análises e opiniões, podem ser suficientes para responder isso? Essa é uma dúvida que nos importuna e estimula a compreender e comparar sua obra com seus pares e certamente sinaliza futuras produções que sejam capazes de nos trazer respostas mais desejáveis de afirmação.

No que tange à escrita da história da educação nas décadas de 1930 e 1940, período delimitado dessa dissertação e em que Moacyr escreve os livros escolhidos, nos dispusemos a analisar os manuais didáticos de história da educação. Estes manuais foram construídos, basicamente, em uma narrativa cronológica evolutiva, linear da educação no mundo, enfatizando ideias pedagógicas, os filósofos e demais pesquisadores que legitimaram esses pensamentos e os sujeitos que efetivaram, ocupando cargos de decisão no Estado, tais empreendimentos. A história educacional brasileira, que para muitos ainda não existia efetivamente, foi tratada num apêndice ou em poucas páginas dos livros, com descrição linear dos fatos, das ideias e dos sujeitos de destaque.

Sobre *Noções de História da Educação* escrito por Afrânio Peixoto, quando comparamos sua escrita e os livros de Moacyr nos deparamos com similaridades como a ênfase do Estado como centralidade das discussões educacionais, o uso de algumas fontes bibliográficas iguais e a valorização dos dados estatísticos. A maneira de organizar a narrativa

com os marcos históricos, atenção às datas, os nomes daqueles políticos que efetivaram determinadas leis e reformas também o aproximam. Já a característica mais evidentemente distante entre as escritas está no posicionamento crítico mais explícito de Afrânio Peixoto, que comenta todo o processo descrito em sua narrativa, enquanto Moacyr usa pequenas frases, de maneira sutil, para expressar sua opinião.

O segundo manual selecionado foi de Theobaldo Miranda Santos, curiosamente com o mesmo título: *Noções de História da Educação*. Ao analisarmos a escrita de Santos e os livros de Moacyr encontramos proximidades no que tange às escolhas por organizar seus textos com marcos educacionais como as Reformas, dando notoriedade para os responsáveis por efetivá-las. Propostas de mudanças e ou denúncias que ficaram apenas no papel é um conteúdo que também encontramos no trabalho dos dois autores. Santos ainda cita a obra de Moacyr em sua bibliografia e lançamos a hipótese de ter buscado as informações sobre a Memória do Deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado no livro *Instrução e o Império* v.1 de Moacyr, pois esse conteúdo era inédito e divulgado pela primeira vez por Moacyr, segundo afirma esse autor em sua obra.

Quando verificamos as diferenças na escrita de Moacyr e Santos, apontamos a criticidade e posicionamento mais claros no manual deste. E essa clareza de opinião para nós está relacionada ao público alvo para o qual Santos escrevia – as futuras professoras – que precisavam formar uma opinião que fosse ao encontro dos ideais políticos, filosóficos e científicos que o autor acreditava serem legítimos e precursores de um progresso e modernidade a ser acessado pela sociedade com a educação.

O último manual didático que lidamos foi o de Raul Briquet *História da Educação: Evolução do Pensamento Educacional*. A grande similaridade com os livros de Moacyr está na citação dos conteúdos que Briquet buscou nos livros de Moacyr. Este é citado 8 vezes ao longo da narrativa, comprovando o reconhecimento e aproveitamento de seus livros como fonte para história da educação. O que os difere notoriamente é a intenção e função dos livros. Sendo que Briquet investiu numa escrita mais erudita, com mais fontes e disponibilização de referências com um intuito de estimular a pesquisa e formação para o progresso social. Apesar disso, o autor não menciona nas referências bibliográficas do manual o uso de fontes primárias, como o fez Moacyr, que se empenhou nas pesquisas arquivísticas que merece notoriedade entre outros pesquisadores da educação.

Quanto ao trabalho com os livros de Moacyr iniciamos com o livro *Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação – 1823-1853*. O primeiro aspecto trabalhado foi o prefácio escrito por Afrânio Peixoto que apresentou singularidades quanto ao

reconhecimento do trabalho de Moacyr, diante de outros historiadores do período, elogiando-o, mas enfatizando que outros historiadores talvez não o citarão, mas utilizarão esse livro como fonte. Peixoto, mesmo num texto curto, consegue explicitar sua opinião crítica à escrita e à educação no Brasil e destacar o trabalho de Moacyr diante do cenário educacional brasileiro.

O capítulo preliminar do livro foi um ponto que nos instigou a investir maior atenção. A começar pelo interesse de Moacyr em evidenciar os fatos que antecedem o recorte cronológico definido no título do livro. O segundo aspecto é que nesta parte do livro as referências bibliográficas se distinguem da documentação oficial do Estado consultada pelo autor. Reconhecemos que o uso da R.IHBG e do Jornal do Comércio como fonte demonstram que Moacyr não se prendia apenas a documentos dito oficiais, mas estava aberto a consultar fontes em outros impressos.

Não descartamos a possibilidade do livro trazer certas denúncias do que não saía do papel ou permanecia apenas nas discussões dos parlamentares e não eram retomadas e ou levadas a diante. Este é um dado relevante em seu livro, pois o autor não narra apenas fatos que tornaram leis legítimas e aceitas, mas também o que ficou no meio do caminho. E, de modo geral, Moacyr apresenta um livro extenso, rico em detalhes, documentos pela primeira vez exibidos, recortes que apresentam sua construção narrativa, capítulos delimitados por assuntos que facilitam o entendimento e a pesquisa e nos auxilia a compreender como foram arquitetadas as leis, regimentos e discussões que compõem a história educacional brasileira.

O outro livro fonte da pesquisa *A Instrução e a República: Reformas Benjamin Constant 1890-1892*. Observamos que o mesmo não possui prefácio, como o outro selecionado. Porém, mais uma vez Moacyr investiu num capítulo preliminar que muito nos interessou. Moacyr desenvolveu esse capítulo a partir da consulta de seus outros livros sobre instrução imperial e das províncias, ou seja, ele tornou-se fonte para seu trabalho, para construir uma narrativa coerente com fatos que antecederam o conteúdo propriamente dito do livro.

Já os outros capítulos do livro seguem com uma presença mais discreta do autor introduzindo os capítulos e claro, através dos recortes e seleção de documentos que requerem um trabalho de busca e seleção que já o destaca como pesquisador. Entre os assuntos e capítulos que seguem, em *A Instrução no Distrito Federal*, Moacyr ultrapassou o recorte estabelecido no título do livro, que exhibe 1890 – 1892 estendendo-se ao ano de 1897 para relatar sobre o Pedagogium. Essa opção do autor em ultrapassar o recorte do livro, demonstra

a preocupação narrativa que ele estabelece para seus textos, interessando relatar o assunto como um todo e não apenas no recorte do livro.

Comparando os dois livros observamos a diferença de extensão: o livro da instrução imperial tem 619 páginas enquanto o livro da instrução republicana tem 261 páginas. Levantamos hipóteses para compreender essa diferença significativa e argumentamos que possa estar ligada ao fato de que a escrita da história do tempo presente ainda não estar legitimada naquele período. E, portanto, escrever sobre o período imperial, que estava no passado, tornava-se mais fidedigno com a história tradicional que era ainda muito usual entre os historiadores contemporâneos a Moacyr como vimos no segundo capítulo.

As diferenças entre os capítulos preliminares são nítidas. Embora prestem a mesma função de expor os fatos ou assuntos do contexto anterior ao conteúdo do livro julgados pelo autor necessários para compor a sua narrativa. O livro do Império apresenta uma bibliografia mais variada e com falas curtas de Moacyr, enquanto esse capítulo preliminar no livro da República é construído a partir de recortes de outros livros do próprio autor sobre a educação no Império e nas Províncias.

Selecionamos os capítulos dos dois livros que apresentavam no índice o mesmo tema e ou nome para facilitar e organizar uma comparação mais genuína. A partir disso tivemos algumas resultantes como o fato de haver mais debate entre os deputados, assim como ementas, projetos e leis no livro do Império. E nos perguntamos se isto se deve a uma possível abertura maior para o debate no governo imperial ou se trata do fato desse período ainda ser um momento inicial de criação de leis e decretos e, por isso, mais movimentado com sugestões e discussões parlamentares. O questionamento permanece para uma futura pesquisa.

Apontamos outras características como a descrição dos índices ser também mais detalhada no livro do Império que no livro da República; há mais capítulos no livro da República e neste também há mais dados estatísticos, fato que argumentamos estar relacionado ao interesse do INEP na publicação desses dados e/ou o próprio investimento do governo na produção desse tipo de informação.

Podemos afirmar que as diferenças na escrita dos livros analisados se devem a fatores como as editoras diferentes, a circulação das ideias no período das publicações que, apesar de serem próximas, certamente representam alterações. Sendo então apoiadas em suportes editoriais distintos, apresentam formato de conteúdos também diferentes, mas foram produzidas por uma maneira de escrever reconhecível como certo padrão de seu autor. Sendo as características principais a preocupação de Moacyr por selecionar os documentos, comentar quando considerava necessário, buscar fontes em arquivos diferentes e, construir

sua narrativa a partir de momentos relevantes para a História da Educação, delimitando marcos que partiam do Estado, mas diretamente relacionados à educação, o que é importante enfatizar. Seu texto não é de uma leitura fluida, mas apresenta uma organização e propósito, que são de grande auxílio para a pesquisa e fonte fundamental para compreender o modo de escrever história educacional em seu tempo.

A busca pelo entendimento da escrita de determinado autor não é tarefa simples. Compreender os motivos que o impulsionam a fazer certas escolhas, muitas vezes não serão claros, outras vezes nem respondidos. Perceber o que se repete, o que é completamente novo, separação dos capítulos, tudo vale a pena colocar em questão, pois como disse Chartier, a leitura é sempre apropriação, invenção e produção de significados (1998: p.77). E a releitura sempre nos proporciona fatos novos, interrogações novas, perspectivas diferentes, complementares ou mesmo confusas e até frustrantes quando não correspondem à determinada expectativa. Mas assim se constrói uma pesquisa, faz-se ciência e nascem hipóteses, questões, algumas boas reflexões e algumas poucas conclusões.

Em meio ao desdobramento dessa pesquisa, constatamos que a característica principal que aproxima Moacyr de outros historiadores membros do IHGB e pesquisadores da educação que escreveram manuais didáticos contemporâneos a ele é a centralidade do Estado, com as leis, trâmites e seus sujeitos como temática, fonte e escrita histórica. Por mais que outros debates historiográficos já ocorriam nas décadas de 1930 e 1940, a pesquisa com a R.IHGB demonstrou que o interesse ainda era falar sobre os grandes feitos, marcos e grandes homens da história. A análise dos manuais permitiu ver o reconhecimento do trabalho de Moacyr entre seus pares, ao citar e usar suas obras como fonte e referência bibliográfica.

Como tivemos que delimitar a escolha destes manuais para a pesquisa do mestrado, para conseguir efetivá-la em tempo hábil, fica uma sugestão e possível continuidade de pesquisa com os outros manuais de história da educação lançados no Brasil para fazer um apanhado geral da presença das obras de Moacyr nesses suportes formadores. Ampliar esta comparação da produção moarcyniana com seus contemporâneos através de sua obra completa também segue como uma possibilidade de dar continuidade às propostas de pesquisa deste trabalho e podem proporcionar novas hipóteses, problemas e conclusões.

A contribuição desse trabalho para o campo histórico educacional está ligada, principalmente, à maior exposição das obras de Primitivo Moacyr, as possibilidades de pesquisas que proporcionam e sua relevância para compreensão do processo educacional. Pois esse autor dedicou-se à pesquisa de maneira comprometida, expondo fatos e marcos educacionais, retomando um contexto para construir coerentemente a narrativa, ultrapassando

o tempo delimitado no recorte cronológico do título, diz o que foi engavetado, quem concorda ou discorda das leis ou propostas nas discussões ditas, muitas vezes acirradas, demoradas, esquecidas em suas discretas, porém, presentes aparições nos livros.

FONTES

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império**: subsídios para História da Educação no Brasil -1823-1853. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.

MOACYR,_____. **A Instrução e a República**. Reforma Benjamim Constant (1890 – 1892). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941a. 1º Volume.

Revistas do IHGB:

ARANHA, OSWALDO. Discurso de Posse, In. **R.IHGB**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, v. 175, 1940.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a História Nacional. In. **R.IHGB**, vol. LVII, parte 2ª, 1895.

CELSO, Affonso. Sessão Magna Comemorativa do Nonagésimo Oitavo Aniversario da Fundação (Sessão 1.622, Em 21 de Outubro de 1936). In: **R.IHGB**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, v. 171, 1939, p. 401.

FLEIUSS, Max. Sessão Magna Comemorativa do Nonagésimo Oitavo Aniversário da Fundação (Sessão 1.622, Em 21 de Outubro de 1936). In: **R.IHGB**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, v. 171, 1939, p. 401.

LIMA, Manoel de Oliveira. O Atual Papel do Instituto Histórico e Geográfico. In: **R.IHGB**, t 76(2), 1913.

R.IHGB. Breve noticia: Sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In. Revista. 1839, t. 1, p. 6.

R.IHGB. Revista. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, v. 161- 162, 1930.

R.IHGB. Revista. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1931, v. 164, p.591.

R.IHGB. Revista. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, v.163-164, 1932.

R.IHGB. Revista. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, v. 165-166, 1933.

R.IHGB. Revista. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, v. 167-168, 1934.

R.IHGB. Revista. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, v. 170, 1935 p. 344.

R.IHGB. Revista. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, v. 171, 1936.

R.IHGB. Revista. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, v. 172, 1937.

R.IHGB. Revista. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, v. 173, 1938.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. Laerte Ramos de Carvalho. In. **Dicionário dos Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Org. FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002.

BRASIL. Pedagogium. Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-667-16-agosto-1890-552093-publicacaooriginal-69096-pe.html> Acesso em: 23/01/2019

BRIQUET, Raul. **História da Educação: Evolução do Pensamento Educacional**. Editora Renascença S. A, São Paulo: 1945.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CALVI Lourdes Margareth; SCHEUBAUER Analete Regina. Moacyr Primitivo e a Instrução Pública: Império e República. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, V.10 2003. P.1-8.

CARVALHO, Rosana Areal; MACHADO, Raphael Ribeiro. Primitivo Moacyr e a produção historiográfica: entre o modus operandi do IHGB e a chancela do INEP. *Acta Scientiarum*, v. 38, p. 355-364, 2016.

CARVALHO, Rosana Areal; MACHADO, Raphael Ribeiro; SILVA, Thamires Maciel. Os subsídios de Primitivo Moacyr para Modernização da Educação Brasileira. In. **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Universidade Estadual de Maringá, 2015.

CARVALHO, Rosana Areal; MESQUITA, I. M. O ensino público no Congresso Nacional. Breve notícia, de Primitivo Moacyr. In: CARVALHO, R. A.; MESQUITA, I. M. (Org.). **Clássicos da Educação Brasileira**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013, v. III, p. 47-64.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a Escrita da História Historiografia e Nação no Brasil do Século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n.1, p. 11-29, 2004.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**. do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Ed UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Butrand Brasil, 1990

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário Porto Alegre: **Educação**, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago., 2009.

DANTAS, Andreia Maria Lopes. A Urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: A gestão Lourenço Filho (1938-1946). **Tese**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema> Acesso em: 02/03/2019.

DUARTE, Bruna A. Rodrigues; GATTI, Décio Junior. Manuais escolares, formação de professores e concepção clássica de modernidade: as “Noções de História da Educação” de Afrânio Peixoto no Brasil na década de 1930. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.7, n.20, p.145-166, maio/ago. 2017.

DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In. **Política, Nação e Edição**: O lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX. Org. DUTRA, Eliana F.; MOLLIER, Jean-Yves. São Paulo: Annablume, 2006: p.299-314.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e historiadores da Coleção Brasileira. O presentismo como perspectiva? **O Brasil em dois tempos**: História, Pensamento Social e Tempo Presente. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

FLEIUSS, Max. **O Instituto Histórico através de sua Revista**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.

GANDINI, Raquel P. Chain; RISCAL, Sandra Aparecida. Manuel Bergstrom Lourenço Filho. In. **Dicionário dos Educadores no Brasil**: da Colônia aos dias atuais. Org. FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002.

- GENETTE, Gérard. Introdução. In. **Paratextos Editoriais**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.
- GIL, Natália de Lacerda. A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 341-35 2009.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A república, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço 2009.
- GONDRA, José Gonçalves. O Veículo de Circulação da Pedagogia Oficial da República: a Revista Pedagógica. In. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.78, n188/189/190, p.374-395, jan/dez., 1997.
- GONDRA, José Gonçalves. Temperar a alma, retemperar os músculos: corpo e História da Educação em Afrânio Peixoto. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n.3 (66), p. 19-34, set/dez., 2011.
- GONDRA, José Gonçalves; MELO, Guaraci Fernandes M. de; PESSOA, Marcio Mello. Narrativas da História da Educação Brasileira: Notas para pensar a experiência de Primitivo Moacyr (1867-1942). In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. Vitória: UFES, 2011.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Museu da República. Rio de Janeiro, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: As tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi** vol.3 no.5 Rio de Janeiro July/Dec. 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n 1, 1988: p. 5-27.
- HANSEN, Patrícia. Apresentação. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In. **História e Historiadores no Brasil: do Fim do Império ao Alvorecer da República: C.1870-1940** [recurso eletrônico]. Org. NICOLAZZI, Fernando. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

HORTA, José Silvério Baía. Gustavo Capanema. In. **Dicionário dos Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Org. FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002.

KUHLMANN JR, Moysés. Raízes da Historiografia Educacional Brasileira (1881-1922). **Cadernos de Pesquisa**, n. 106, março/1999, p.159-171.

LESSA, Pedro. Reflexões sobre o Conceito de História. In. **História e Historiadores no Brasil: do Fim do Império ao Alvorecer da República: C.1870-1940** [recurso eletrônico]. Org. NICOLAZZI, Fernando. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

LIMA, Manuel de Oliveira. O atual papel do IHGB. In. **História e Historiadores no Brasil: do Fim do Império ao Alvorecer da República: C.1870-1940** [recurso eletrônico]. Org. NICOLAZZI, Fernando. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

LOPES, Eliana Marta Teixeira. Júlio Afrânio Peixoto. In. **Dicionário dos Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Org. FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002.

LOPES, Eliane Marta T.; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOURENCO FILHO, Manuel Bergström. Antecedentes e primeiros tempos do Inep. In. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.86, n 212, p.179-185, jan./abr., 2005.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; OLIVEIRA, Luiz Antônio. A Instrução Pública na Província do Paraná. In. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 2, p. 61-73, maio./ago. 2011.

MELO, Guaraci Fernandes M. Primitivo Moacyr: a arte de produzir material historiográfico. Monografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MELO, Guaraci Fernandes M. Primitivo Moacyr: de professor a dândi, uma vida dedicada à escrita da instrução pública. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MONARCHA, Carlos. **Práticas de escrita da história da educação: o tema da escola nova nos manuais de ensino produzidos por brasileiros (1914-1969)**. In: Anais do V Congresso

Brasileiro de História da Educação. O ensino e a pesquisa em história da educação. Aracaju: UFS, 2008.

MONARCHA, Carlos. Um autor polígrafo. Um manual insólito. Raul Briquet e História da Educação: Evolução do Pensamento Educacional. **Cadernos de História da Educação**. v. 13, n.2 jul/dez., 2014.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas**: História e memórias da cidade. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2006.

MORAES, Maria Celia Marcondes. Francisco Luís da Silva Campos. In. **Dicionário dos Educadores no Brasil**: da Colônia aos dias atuais. Org. FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002.

NUNES, Clarisse. Anísio Spindola Teixeira. In. **Dicionário dos Educadores no Brasil**: da Colônia aos dias atuais. Org. FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002.

NUNES, Clarisse. História da Educação e Comparação: Algumas interrogações. In. **Educação no Brasil**. História e Historiografia. Org. Sociedade Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de. A contribuição de Primitivo Moacyr na história da escola pública – as ações imperiais e republicanas. Dissertação Mestrado, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de. Tessituras do Ensino Público: A unidade em Primitivo Moacyr (1910-1930). Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de.; MACHADO, M. Cristina. Tessituras do Ensino Público: A unidade em Primitivo Moacyr (1910-1930). VIII Congresso Brasileiro de História da Educação. Universidade Estadual de Maringá, 29 jun/2jul de 2015.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Primitivo Moacyr e o Processo de Construção da Escola Pública. Seminário de Pesquisa do Programa de

Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 24 a 26 de setembro de 2008.

PEIXOTO, Júlio Afrânio. **Noções de História da Educação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. In. **Dicionário dos Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Org. FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002.

PRAZERES, Otto. A Instrução nas Constituições Americanas: investigações constitucionais. In: **Jornal O Paiz**. Edição 11607. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&PagFis=32381&Pesq=Primitivo%20Moacyr

ROBALLO, Roberlayne. Manuais de História da Educação da Coleção Atualidades Pedagógicas (1933-1977): VERBA VOLANT, SCRIPTA MANENT. (Tese) Curitiba: UFPA, 2012.

ROBALLO, Roberlayne. O passado que se tornou lição: Os manuais de Afrânio Peixoto e Theobaldo Miranda Santos e as Noções de História da Educação para alunas normalistas. In. 32ª Reunião Anual da Anped, 2009. Disponível em www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-5340-int.pdf Acesso em: 06/03/2019.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional Brasília, 1978.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS**, São Paulo, v.10, n. Especial, p. 147-167, 2008.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003. 2 ed. P. 232 – 253.

TANURI, Leonor M. Historiografia da Educação Brasileira: Contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de Pós-Graduação. In. **História da Educação Brasileira: formação do campo**. Org. Carlos Monarcha. 2 ed. Ampl. Ed. Unijui, 2005: p.228-250.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a Política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. Org. BRAGANCA, Anibal; ABREU, Marcia. São Paulo: Editora Unesp, 2010: p. 139-169.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Fontes para a história da educação no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 5, n.15, 1945, p.369-374.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Primitivo Moacyr e a história da educação. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 94-97, 1943.

VIDAL, Diana G. FARIA FILHO, Luciano M. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880 – 1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2003.

WARDE, Mirian Jorge. Contribuições da História para Educação. **Em Aberto**: Brasília, v. 9, n. 47, 1990

Sites consultados

ABL - <http://www.academia.org.br/>

Brasíliana Eletrônica - <http://www.brasiliana.com.br/>

CPDOC - <https://cpdoc.fgv.br/>

IHGB - <https://www.ihgb.org.br/>

ANEXOS

ANEXO 1

QUADRO 3 - Historiadores, pesquisadores e políticos citados brevemente na dissertação

Nome	Cidade natal	Formação acadêmica e Instituição	Ano de admissão e quadro Social no IHGB	Cargo público	Impressos (2 exemplos por autor)
Affonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de O.P) (1837-1912)	Ouro Preto, MG	Direito – Faculdade de São Paulo (1858)	Admissão: ano 1900 Sócio Honorário	Deputado provincial; deputado-geral; Senador; Ministro da Marinha e da Fazenda.	A marinha de outrora: subsídios para história; Advento da ditadura militar no Brazil.
Affonso d'Escragnoles de Taunay (1876-1958)	Florianópolis, SC	Engenharia Civil - Escola politécnica do Rio de Janeiro	Admissão: 1911 Sócio Grande-benemérito	Professor catedrático da Escola Politécnica de São Paulo; diretor do museu paulista; professor da Fac. de Filos., Ciências e Letras da USP.	Vultos da Independência Brasileira: Na Bahia Colonial; Na Bahia de D. João VI.
Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior) (1845-1912)	Rio de Janeiro, RJ	Direito – Faculdade de Direito de Recife	Admissão: 1847 Sócio Correspondente	Deputado por Mato Grosso; Cônsul-geral do Brasil em Liverpool; Superintendente de Emigração para o Brasil na Europa; Ministro plenipotenciário em missão especial nos EUA; Ministro plenipotenciário em missão especial na Suíça; Ministro plenipotenciário no Império Alemão; Ministro das Relações	Episódios da Guerra do Prata; Memórias Brasileiras.

				Exteriores.	
Barão Homem de Melo (Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo) (1837-1918)	Pindamonha ngaba, SP	Direito - Faculdade de São Paulo (1858)	Admissão: 1859 Sócio	Presidiu a Província de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e da Bahia; deputado por São Paulo; diretor do Banco do Brasil; inspetor da instrução pública primária e secundária do Rio de Janeiro; Ministro do Império do Gabinete Saraiva; Ministro interino da pasta da Guerra; Professor de História e Geografia do Colégio Militar.	Esboços biográficos; A Constituinte perante a história.
Basílio de Magalhaes (1874-1957)	São Joao Del Rei, MG	Direito - São Paulo (1889)	Admissão: 1914 Sócio Grande- benemérito (1944)	Professor catedrático de História Geral e do Brasil da Escola Normal (depois Instituto de Educação do Rio de Janeiro), da qual foi diretor; professor da Escola Amaro Cavalcanti, do Colégio Pedro II, livre-docente da Escola Nacional de Belas Artes, do Instituto de Arte da UDF e da Acad. de Altos Estudos; senador estadual em MG e	Lições de História do Brasil; O Café na História, no Folclore e nas Belas Artes.

				deputado federal.	
Brás Hermenegildo do Amaral (1861-1949)	Salvador, BA	Medicina - Faculdade de Medicina da Bahia (1886)	Sócio Benemérito	Lente da faculdade de Medicina da Bahia; Lecionou no Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes, professor de história universal e do Brasil no Ginásio da Bahia; deputado federal.	Resenha histórica da Bahia; História da Bahia do Império à República.
Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1837-1891)	Niterói, RJ	Bacharel em Ciências físicas, matemáticas e engenharia militar	Admissão: 1885 Sócio	Professor do Colégio Pedro II e do Instituto dos Meninos Cegos. Ministro da Guerra do Governo Provisório; General-de-brigada. Ministro de Instrução Pública, Correios e Telégrafos.	Teoria das Quantidades Negativas; Escritos de Política.
Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1848-1938)	Rio Pardo, RS	Medicina – Escola de Medicina do Rio de Janeiro (1868)	Admissão: 1912 Sócio Grande Benemérito (1917)	Cirurgião contratado do Exército; Lente do Colégio Pedro II; Lente na Faculdade de Medicina do RJ; Diretor da Biblioteca Nacional; Inspetor-geral da Instrução Primária e Secundária da Capital Federal; Diretor-geral de Instrução Pública do RJ.	Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Elogios dos Sócios Falecidos.

Candido José de Araújo Vianna (1793-1875)	Nova Lima, MG	Direito – Faculdade de Coimbra (1821)	Admissão: 1847 Sócio	Promotor de capelas e resíduos do Termo da comarca de Sabará; ministro do Supremo Tribunal de Justiça; deputado; senador; Presidiu as províncias de Alagoas e Maranhão; ministro da Fazenda e, interinamente, da Justiça.	Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil; Relatório sobre o melhoramento do meio circulante apresentado à Assembleia Geral em sessão extraordinária de 1833.
Clovis Bevilaqua (1859-1944)	Viçosa, CE	Direito – Faculdade de Direito de Recife 1882	Admissão: 1914 Sócio Grande-benemérito (1943)	Docente da Faculdade de Direito de Recife; Consultor Jurídico do M.R.E.	República e Ideia Nova; Filosofia Positiva no Brasil.
Euclides da Cunha (1866-1909)	Cantagalo, RJ	Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais – Escola Superior de Guerra	Admissão: 1903 Sócio	Superintendente de Obras Públicas de São Paulo.	Os Sertões; À margem da história.
Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1816-1878)	Sorocaba, SP	Engenharia-Escola do Exercito de Lisboa (1834)	Admissão: 1840 Sócio correspondente em Portugal (1840)	Adido de 1º classe à nossa legação em Lisboa; segundo-tenente do Imperial Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro; encarregado de negócios do Brasil na Espanha; ministro residente.	O descobrimento do Brasil; O Caramuru perante a história.
Gonçalves	Caxias, MA	Direito –	Admissão: 1847	Professor do	Primeiros

Dias (Antônio Gonçalves Dias) (1824-1864)		Faculdade de Coimbra (1844)	Sócio correspondente	Colégio D. Pedro II, de História e Latinidade; primeiro oficial da Secretaria dos Estrangeiros.	cantos; poema "Canção do Exílio".
Januário da Cunha Barbosa (1780-1846)	Rio de Janeiro, RJ	Seminarista - tomou ordens de subdiácono e, dois anos depois, foi sagrado sacerdote pelo bispo do Rio de Janeiro	Admissão: 1838 Sócio fundador	Deputado pelo Rio de Janeiro; Dirigiu a Tipografia Nacional e o Diário do Governo; diretor da Biblioteca Nacional.	Parnaso Brasileiro, 2 vols.; Investigações sobre as Povoações Primitivas da América.
Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano (1885-1994)	Rio de Janeiro, RJ	Direito - Fac. Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do RJ	Admissão: 1919 Sócio efetivo: 1919	Professor de História da Civilização Colégio Pedro II; Diretor da Escola Normal DF; subdiretor técnico de Instrução Pública do D.F.;	Epítome de História Universal; Metodologia da História na Aula Primária.
Jose Feliciano Fernandes Pinheiro (visconde com grandeza de S. Leopoldo) (1774-1847)	Santos, SP	Bacharelado Cânones – Universidade de Coimbra	Primeiro presidente do IHGB	Deputado por São Paulo; Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.	Da Vida e Feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão; Anais da Capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul.
Manuel Cicero Peregrino da Silva (1866-1956)	Pernambuco , PE	Direito – Faculdade de Direito de Recife (1885)	Admissão: 1905 Sócio Benemérito (1919)	Diretor-geral da Biblioteca Nacional; professor substituto e catedrático da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Diretor-geral de Instrução	A justiça penal entre os romanos; O patriarca dos jornalistas brasileiros: Hipólito Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça.

				Pública do Distrito Federal; diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo, reitor Diretor-geral do Departamento Nacional de Ensino.	
Marques de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa) (1769-1846)	Rio de Janeiro, RJ	Matemática – Universidade de Coimbra (1789)	Admissão: 1838 Sócio	Lente da Academia da Marinha; Major reformado; Brigadeiro; Ministro da Guerra, do Império, da Marinha e dos estrangeiros; Conselheiro do estado.	Tratado de Geometria; Elementos da Geometria.
Max Fleiuss (1868-1943)	Rio de Janeiro, RJ	Direito – Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	Admissão: 1900 Sócio Grande Benemérito (1920).	Professor da Escola Leonardo da Vinci e do Ginásio São Bento; Secretário particular do ministro dos Estrangeiros; membro do Comitê de Ciências Históricas, presidente da Comissão Brasileira de Iconografia.	Organização Política do Império; História da Imprensa no Brasil.
Nelson Coelho Senna (1876-1952)	Serro, MG	Direito – Faculdade Livre de Ouro Preto	Admissão: 1901 Sócio	Professor do Ginásio Mineiro; Deputado Estadual e Federal.	Efemérides mineiras; O Brasil e a Guerra. Tradições históricas do nosso patriotismo.

Oswaldo Aranha (1894-1960)	Alegrete, RS	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	Admissão: 1930 Sócio Honorário (1930)	Ministro da Fazenda; líder da Assembleia Constituinte de 1934, Ministro das Relações Exteriores; Embaixador do Brasil nos EUA; General de brigada honorário do Exército brasileiro.	O sindicalismo no Rio Grande do Sul; Estrela da Revolução.
Pedro Calmon (1902-1985)	Amargosa, BA	Direito – Universidade do Brasil	Admissão: 1931 Sócio Grande Benemérito (1958)	Conservador do Museu Histórico Nacional; Deputado estadual E federal pela Bahia; Catedrático na Faculdade de Direito do RJ; reitor da Universidade do Brasil; Ministro da Educação.	Pedra d'Armas; Brasília, Catedral do Brasil.
Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839)	Faro, Portugal	Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia – Exército Português	Admissão: 1838 Sócio fundador do IHGB	Tenente-coronel do Império; governador de armas na Província de Goiás.	Corografia histórica da Província de Goiás; Itinerário do Rio de Janeiro ao Para e Maranhão pelas Províncias de Minas e Goiás.
Rodrigo Octavio Langgaard Menezes Filho (1893-1967)	Rio de Janeiro, RJ	Bacharel em Ciências e Letras – Colégio Alfredo Gomes, 1909; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, 1914.	Admissão: 1931 Sócio Grande-benemérito (1968)	Presidiu a Assoc. Comercial do RJ, a Federação das Assoc. Comerciais do Brasil; Presidente do Banco Francês e Italiano; Fundador da Radiobrás.	Educação Cívica; O Fundo da Gaveta. Estudos Anuário do Brasil.

Visconde de Cairu (José Maria da Silva Lisboa) (1756-1835)	Salvador, BA	Direito Canônico e filosofia – Universidade de Coimbra	Admissão: 1847 Sócio Correspondente (1847)	Lecionou na Faculdade de Direito de Recife; deputado e secretário da Mesa de Inspeção na Bahia; desembargador da Relação da Bahia; deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação; censor régio; membro da Junta de Direção da Imprensa Régia, além de inspetor dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino.	Princípios de economia política; História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil.
Visconde do Bom Retiro (Luís Pedreira de Couto Ferraz) (1818-1886).	Rio de Janeiro, RJ	Direito – Faculdade de Direito de São Paulo	Admissão: ? Sócio	Lente substituto da Faculdade de Direito de SP; Ministro do Império; Deputado geral, presidente da província do Rio de Janeiro, e do Espírito Santo; Conselheiro de Estado e Senador do Império.	Regulamento das escolas de primeiras letras da província do Espírito Santo; Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte.
Wanderley Pinho (José Wanderley de Araújo Pinho) (1890-1967)	Santo Amaro, BA	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – Faculdade de Direito da Bahia	Admissão: 1931 Sócio Grande-benemérito (1960)	Promotor da Comarca de Mata de São João; Procurador Geral do Estado RJ; Deputado Federal pela BA; Prefeito de	Política e políticos no Império; Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe.

				Salvador;	
--	--	--	--	-----------	--

Fonte: Tabela elaborada por Maria Clara Moura a partir da consulta dos sites: IHGB ihgb.org.br; ABL www.academia.org.br; Arquivo Público Mineiro www.siaapm.cultura.mg.gov.br; Revista Fragmenta Histórica (Universidade de Lisboa) www2.fcsh.unl.pt/ceh/pdf/rev/2016/4_06.pdf; Estante Virtual www.estantevirtual.com.br – Acesso entre 23/10/18 a 20/11/18.

ANEXO 2

QUADRO 4 - Autores mais recorrentes nos sumários da Revista do IHGB (1936-1942)

Ano/Volume	Autor	Quantas vezes aparece como autor dos textos
1936/171	Feu de Carvalho	01
	Max Fleiuss	03
	Joao da Silva Tavares	01
	Manuel Cicero	03
	Ramiz Galvão	04
	Nelson de Senna	01
	Affonso Celso	10
	Pedro Calmon	01
	Rodrigo Octavio	02
	Basílio de Magalhaes	01
	Luiz Felipe Vieira Souto	01
	Wanderley Pinho	01
	Ricardo Levene	01
	Virgílio Correa Filho	01
Augusto Tavares de Lyra	01	
1937/172	Joao da Silva Campos	01
	Manoel Cicero	06
	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	01
	Affonso Celso	04
	Basílio de Magalhaes	02
	Carlos da Silveira Carneiro	01
	Mendes Correa	01
	Barbosa Lima Sobrinho	01
	Alfredo Nascimento Silva	01
	Feijó Bitencourt	02
	Tavares de Lyra	02
	Canabarro Reichardt	01
	Max Fleiuss	03
	Raul Montero Bustamante	01
	Alfredo Valadão	01
	Luiz Pasteur Vallery-Radot	01
Rodrigo Octavio	01	
Júlio A. Roca	01	
Ramiz Galvão	01	

Ano/volume	Autor	Quantas vezes aparece como autor dos textos
1938/173	Manoel Cicero	11
	Feijó Bitencourt	03
	Barbosa Lima Sobrinho	01
	Rodrigo Octavio Filho	02

	Franklim Belfort de Oliveira	01
	Alfredo Valadão	02
	Augusto Tavares de Lyra	01
	Max Fleiuss	06
	Francisco Radler de Aquino	01
	Affonso de Escragnolle Taunay	01
	Basílio de Magalhaes	01
	Alfredo Nascimento	01
	Jose Maria Moreira Guimaraes	01
	Pedro Calmon	01
	Oliveira Vianna	01
	Wanderley de Pinho	02
	Souza Docca	01
	Carlos Celso de Ouro Preto	01
	Leão Teixeira Filho	02
1939/174	General Augusto Tasso Fragoso	01
	Adalberto Reschtciner	01
	Vital de Oliveira	01
	Almirante Barroso	01
	Benjamin Constant	01
	Jose de Mesquita	01
	Feijó Bitencourt	01
	Caio de Mello Franco	02
	Wanderley de Pinho	01
	Coronel Orosman Vasques Ledesma	01
	Pedro Calmon	03
	Plinio Barreto	01
	Jose Carlos de Macedo Soares	01
	Fernando Magalhaes	01
	Bispo Dom José Gaspar de Affonseca	01
	José Salgado	01
	Levi Carneiro	01
	Dr. Silgueira	01
	Francisco Radler de Aquino	01
	Philip Guedala	01
1940/175	Rodrigo Octavio de Langgard Menezes	01
	Alcides Bezerra	01
	Fernando Luiz Vieira Ferreira	01
	Alberto Lamego	01
	Afonso Escragnolle Taunay	01
	Vicente Yanez Pizon	01
	Arthur Cesar Ferreira Reis	01
	Alvaro Rodrigues de Vasconcelos	01
	Max Fleiuss	05

	Jose Carlos de Macedo Soares	01
	Pedro Calmon	05
	Antônio Leôncio Pereira Ferraz	01
	Frei Pedro Sizing	01
	Levi Carneiro	01
	Riva Agüero	01
	Herbert Canabarro Reichardt	01
	Claudio Ganns	01
	Leão Teixeira	01
	Oswaldo Aranha	01
	Brás do Amaral	02
	João da Costa Ferreira	01
	Macedo Soares	02
	Henrique Carneiro Leão	01
1941/176 Sem sumário	Pereira Ferraz	01
	Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes	03
	Ramon J. Carcano	01
	Carlos da Costa Pereira	01
	Roberto Alegre Alarcon	01
	Adalberto Rechsteiner	03
	Manuel Vieira Tosta Filho	01
	Virgílio Corrêa Filho	01
	Max Fleiuss	01
	Clovis Bevilaqua	01
	Jose Carlos de Macedo Soares	01
	Feijó Bittencourt	01
	Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	01
	Alcindo Sodré	01
	Pedro Calmon	01
Júlio Dantas	01	
1942/177	Antônio Joaquim de Macedo Soares	01
	Tito Franco de Almeida	01
	Augusto Tavares de Lyra	01

Fonte: Revista IHGB – Elaborada pela autora da dissertação

*Os números destacados em negrito são daqueles autores que apareceram mais de três vezes os textos indicados no sumário.

ANEXO 3

QUADRO 5 - Gastos da renda pública e instrução nas províncias brasileiras na década de 1880

Província	Renda pública total	Valor em números destinado à Instrução	Valor aproximado em porcentagem destinado à Instrução	Ano do levantamento
Alagoas	725:000\$0	200:000\$0	28,27%	1886
Amazonas	-	-	25%	-
Baía	3600:000\$0	503:000\$0	13,97%	1889
Ceará	-	-	25%	-
Espírito Santo	657:000\$0	117:000\$0	17,8%	1887
Goiás	206:000\$0	36:000\$0	17,47%	1880
Maranhão	-	-	25%	-
Mato Grosso	-	-	-	-
Minas Gerais	3800:000\$0	968:000\$0	25,47%	1883
Pará	-	-	25%	-
Paraíba	-	-	-	-
Paraná	8000:000\$0	112:000\$0	1,45%	1883
Pernambuco	3600\$0	890:000\$0	24,72%	1887
Piauí	-	-	25%	-
Rio de Janeiro	4000:000\$0	993:000\$0	24,82%	1889
Rio Grande do Norte	-	-	30%	1887
Rio Grande do Sul	2844:000\$0	36:000\$0	17,47%	1880
Santa Catarina	-	-	30%	-
São Paulo	4000:000\$0	780:000\$0	19,5%	1887
Sergipe	720:000\$0	182:000\$0	25,27%	1885

Fonte: MOACYR, Primitivo. A Instrução e a República. Reformas Benjamim Constant (1890-1892), 1941 – Elaborado pela autora da dissertação.

ANEXO 4

Índice do livro *A Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação 1823-1853*

INDICE	
CAPITULO PRELIMINAR	
Jesuitas; escolas regias; D. João VI	9
I ENSINO NA CONSTITUINTE DE 1823	
Fala do trono; cartas de cirurgião; reforma das academias medico-cirurgicas; instituto brasileiro; dispositivos do projeto de Constituição; tratado de educação; universidades; memoria de Martim Francisco	71
II REFORMA JANUARIO CUNHA BARBOSA (1826)	
Escolas do 1.º grau; escolas do 2.º grau; escolas subsidiarias; escolas do 3.º grau; escolas do 4.º grau; inspeção das escolas Instituto do Brasil	148
III LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827	
Projeto e debate na Camara dos deputados; a lei; aviso do ministro Lino Coutinho; relatorios do ministerio do Imperio de 1832 a 1834; Ato adicional; relatorios de 1835 a 1836; decreto de regulamentação das escolas no municipio da Côrte; relatorios de 1839 a 1844; decreto regulando os concursos para mestres de primeiras letras; relatorios de 1845 a 1850	180
IV PROJÉTOS LEGISLATIVOS	
Recenseamento escolar; escolas nos conventos; instituto nacional de ciencias e letras; escolas agricolas; cursos elementares; collegio de belas-artes; escolas de estudos menores; liceus; curso de ciencias sociais; sociedades pre-escolares; faculdades de ciencias naturais; aulas e collegios particulares; liceu nacional; conselho geral de instrução; bases de uma reforma de ensino primario e secundario no municipio da Côrte	220
V ENSINO SECUNDARIO	
Creação do Collegio Pedro II; regulamento; relatorios do ministerio do Imperio 1838 a 1840; reforma no regulamento em 1841;	

relatorios de 1843 a 1850; nova reforma no regulamento 1850; ensino nas aulas avulsas publicas e particulares; relatorios de 1840 a 1848; relatorio de Justiniano José da Rocha . . . 276

VI ENSINO JURIDICO

Curso provisorio na Côrte; projéto e debate na Camara dos deputados; lei de 11 de agosto de 1827; estatutos provisorios; incuria e desleixo dos docentes, máo quilate de estudos e exercicios litterarios; relatorios do ministerio do Imperio de 1833 a 1837; modificações nos estatutos; relatorios de 1841 a 1846; debate na Camara dos deputados sobre as irregularidades dos cursos juridicos e collegios das artes; relatorios de 1847 a 1850; autorisação para reforma dos estatutos em 1851; decreto do ministro Gonçalves Martins em 1853 320

VII ENSINO MEDICO

Cartas de cirurgiaão; projéto de Ferreira França, de Lino Coutinho, de Paulo Araujo; lei de 3 de outubro de 1832 e estatutos; relatorios do ministerio do Imperio de 1836 a 1837; reclamação dos cirurgiaões formados e aprovados pela antiga Escola de cirurgiaões; projéto Ferreira França; relatorio de 1838; projéto de estatutos, debate na Camara dos deputados de 1841 a 1847; projéto substitutivo do Senado; projéto Soares Meirelles; relatorios de 1844 a 1847; autorisação para novos estatutos e debate na Camara; relatorios de 1848 a 1850 388

VIII PROJÉTOS DE UNIVERSIDADES

Indicação Teixeira de Gouvêa; projéto Feijó; relatorios do ministerio do Imperio de 1836 a 1840; projéto no Conselho de Estado; projéto Castro e Silva e o substitutivo do Senado; projéto visconde de Goiana. Relatorio de 1841 456

IX ENSINO PROFISSIONAL

Aula de commercio; relatorios do ministerio do Imperio de 1833 a 1840; reforma de 1842; relatorios de 1843 a 1845; regulamento de 1846; relatorios de 1847 a 1848 487

X ENSINO ARTISTICO

Academia de belas-artes em 1826; reforma de 1831; relatorios do ministerio do Imperio de 1832 a 1833; modificações nos estatutos; relatorios de 1835 a 1848; conservatorio de musica; concessão de loterias á Sociedade de Musica em 1841; criação do conservatorio musical 1847; estatutos 501

XI INSTITUIÇÕES CIENTIFICAS

Museu; relatorios do ministerio do Imperio de 1832 a 1840;

novo regulamento em 1842; relatorios de 1845 a 1850; biblioteca publica; relatorios de 1833 a 1848; jardim botanico; relatorio de 1831; observatorio astronomico, creação em 1827, regulamento em 1846; academia nacional de medicina; instituto historico e geografico do Brasil 517

XII ENSINO MILITAR

Reforma da Academia militar; união com a Academia de marinha; estatutos 1832; desligação da Academia de marinha; reforma dos estudos da Academia militar 1833; organização da Escola militar, 1839; transferencia da Academia de marinha para bordo de um navio 536

XIII ESTATISTICA DA INSTRUÇÃO 554

XIV PROGRAMAS ESCOLARES

Ensino elementar; ensino secundario; ensino especializado; ensino juridico; ensino medico; ensino militar 559

NOTAS

Ao cap. preliminar; ao ensino secundario; ao ensino medico; ao ensino artistico; ao ensino particular; ao regime universitario 591

BIBLIOGRAFIA 615

ANEXO 5

Índice do livro *A Instrução e a República: Reforma Benjamin Constant 1890-1892*

ÍNDICE	
Capítulo preliminar.	5
Ministério da Instrução.	39
Reforma do ensino primário e secundário.	64 41
Relatórios do inspetor geral.	65
Ensino normal.	79
Pedagogium.	87
Ginásio Nacional.	93
Conselho de Instrução Superior.	107
Exames de preparatórios.	141
Escola Politécnica.	123
Escola de Astronomia e Engenharia geográfica.	131
Escola de Minas.	133
Faculdades de Direito.	141
Faculdades de Medicina.	155
Escola Nacional de Belas-Artes.	169
Instituto Nacional de Música.	177
Instituto Nacional de Cegos. X	185
Docência.	193
Ensino militar.	201
Escola Naval.	217
Biblioteca Nacional.	223
Museu Nacional.	229
A instrução no Distrito Federal.	231
Despesas com a instrução.	249
Projetos legislativos.	253
Notas.	257
Bibliografia.	259